

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

MARINÉZIA GOMES TONÉ

ROMPENDO O CASULO
A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NOS
ESPAÇOS DE PODER.

João Pessoa
2024

MARINÉZIA GOMES TONÉ

ROMPENDO O CASULO
A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NOS
ESPAÇOS DE PODER.

Relatório Científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), área de concentração - Produção Jornalística, como requisito para obtenção do grau de mestre em Jornalismo.

Linha de pesquisa: Práticas, Processos e Produtos Jornalísticos.

Orientador: Prof. Dr. Laerte José Cerqueira da Silva

João Pessoa
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

T664r Toné, Marinézia Gomes.

Rompendo o casulo : a violência política de gênero e a resistência das mulheres nos espaços de poder / Marinézia Gomes Toné. - João Pessoa, 2024.
211 f. : il.

Orientação: Laerte José Cerqueira da Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA.

1. Violência política de gênero. 2. Mulheres na política. 3. Livro-reportagem. 4. Espaços de poder - Mulheres. 5. Política da Paraíba. I. Silva, Laerte José Cerqueira da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 305:32(043)



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2024, às 15 horas, foi realizada, na sala 107 do Bloco A do CCTA, em sessão pública, Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) aluno(a) **MARINÉZIA GOMES TONÉ**, sob a matrícula **20221005543**, cuja pesquisa intitula-se **“ROMPENDO O CASULO: A violência política de gênero e a resistência das mulheres nos espaços de poder.”**, para obtenção do título de Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba.

AVALIAÇÃO:

Aprovado(a) () Reprovado(a) () Insuficiente

As observações sobre o trabalho acadêmico encontram-se no verso desta ata.

COMISSÃO EXAMINADORA:


Prof(a). Dr(a). **Laerte José Cerqueira da Silva**
Presidente


Prof(a). Dr(a). **Gloria de Lourdes Freire Rabay**
Examinador(a) Interno(a)


Prof(a). Dr(a). **Elane Gomes da Silva Oliveira**
Examinador(a) Externo(a) ao Programa

Dedico este trabalho a todas as mulheres que ousaram romper com o que era determinado ao seu gênero e, com coragem e determinação, buscaram abrir espaços na política, ampliando os direitos femininos.

Dedico também a todas as meninas, assim como Maria Flor, para que cresçam com saúde em um mundo mais respeitoso e igualitário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelos cumprimentos de suas promessas. Agradeço pela saúde, persistência e por sua presença nas madrugadas de estudos. Quando as forças iam sumindo pelos desafios da vida, a fé me reerguia, me colocava de pé e me inundava de inspirações. Ele disse, coloca o pé que eu abro o mar. Eu me apropriei e, depois de mais de dez anos longe da academia, termino mais um ciclo de pesquisa, com o coração quentinho de alegria e gratidão.

Eu agradeço à minha família pela paciência, força e incentivo. Em especial, à minha mãe Iraci, aos meus filhos Cauã e Maria Flor, além da filha de coração Beatriz. Sem a compreensão e apoio de vocês, eu jamais conseguiria concluir o mestrado. Obrigada por não soltarem a minha mão, nos piores e melhores dias. No final, são vocês a minha base. Gratidão às amigas que, direta ou indiretamente, me ajudaram com uma palavra de estímulo, uma oração, um abraço ou o simples fato de entenderem minhas ausências.

Obrigada à minha turma de mestrado, como foi bom encontrar vocês. Tanta gente diferente, vindo de lugares distintos, mas que carregam a generosidade nos corações. Que turma solidária e companheira. É mais fácil caminhar na academia quando temos parceria e colaboração. Desejo uma trajetória de sucesso para vocês. Agradeço a todos os professores e professoras que cruzei nesse percurso. Uns eu já conhecia, outros tive a honra de encontrar. Mas, agradeço, em especial, ao meu orientador, o professor doutor Laerte Cerqueira, e à professora doutora Glória Rabay, por acreditarem mais em mim do que eu mesma. Vocês foram luzes que me guiaram e não me deixaram desanimar. Que privilégio ter vocês nessa jornada comigo. A todos que fazem o PPJ, por tanta dedicação, compromisso e atenção. O programa é fundamental para quem é da área de comunicação.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que vieram antes de mim, na academia, na política, na gestão. A luta e coragem destas mulheres abriram portas para que outras entrassem e assim vamos abrindo caminhos para podermos ter uma sociedade mais igualitária e respeitosa. Minha eterna gratidão às personagens – Jô Oliveira, Márcia Lucena, Estela Bezerra e Camila Toscano – pelo tempo, entrega, bem como por confiarem suas vidas, entendendo a importância do registro para criar memórias e, também, para que outras mulheres se inspirem e acreditem que, além de ser possível, é um direito ocupar os espaços de poder, fortalecendo a democracia e construindo um país com mais justiça social.

RESUMO

Muito se fala da importância da participação das mulheres na política como forma de ampliar a democracia e a justiça social. Mas, os avanços legais conquistados estão sendo suficientes para diminuir a sub-representação feminina nos espaços de poder? Como as mulheres fazem para se manterem na política da Paraíba, caracterizada pelo conservadorismo? Estes questionamentos foram pontos de partida para este trabalho que resultou num livro-reportagem que traz a discussão sobre a violência política de gênero, através da vivência de mulheres que ousaram romper com papéis sociais, buscando ampliar direitos a partir da presença na política paraibana. O percurso metodológico é o descritivo, tendo como base a entrevista em profundidade. Esse caminho possibilitou ouvir as personagens, mergulhando nas suas experiências no mundo político, espaço tão negado ao público feminino. O resultado é um produto de comunicação que debate sobre a violência política de gênero, com o desejo de colaborar com as reflexões sobre as desigualdades de gênero na sociedade e com as possíveis saídas para a sub-representação feminina na política.

Palavras-chaves: Violência política de gênero; Livro-reportagem; Espaços de poder.

ABSTRACT

A lot is discussed about the importance of women in politics as a means of broadening democracy and social justice. But, have the achieved legal advancements been enough to shrink the feminine subrepresentation in positions of power? How do women act to keep themselves in the politics of Paraíba, characterized by conservativeness? These questions were starting points to this work which resulted in a report book which contains discourse over political gender violence, through the life of women who dared to disrupt gender roles, aiming to expand rights from their presence in the politics of Paraíba. The methodological proceeding is that of the descriptive, having as a basis in-depth interviews. This chosen method made it possible to hear the characters, diving into their experiences in the political realm, often denied to the female public. The result is a product of communication that raises debate over political gender violence, wishing to aid with reflections about gender inequality in society and with possible solutions to female subrepresentation in politics.

Keywords: Gender political violence; Report-book; Positions of power.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 LIVRO-REPORTAGEM: UM MERGULHO MAIS PROFUNDO NO JORNALISMO	10
2.1 LIVRO-REPORTAGEM-PERFIL.....	11
3 UMA AMEAÇA À DEMOCRACIA REPRESENTATIVA.....	13
3.1 GÊNERO, UMA RELAÇÃO DESIGUAL DE PODER.....	14
3.2 VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: UM DESAFIO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES.....	16
3.3 LEI 14.192/2021: TIPIFICAR PARA DESNATURALIZAR.....	19
4 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO LIVRO REPORTAGEM.....	21
4.1 PROCESSO METODOLÓGICO.....	21
4.2 RECORTE PARA ESCOLHA DAS PERFILADAS.....	23
4.3 ESTRUTURAÇÃO DO LIVRO-REPORTAGEM.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	40
APÊNDICE B – LIVRO REPORTAGEM.....	42

1 INTRODUÇÃO

Apesar dos diversos estudos sobre mulher, participação política e poder, há ainda um longo caminho que precisa ser desbravado com vigilância para não retroceder nas conquistas já garantidas. As mulheres, que são a maioria do eleitorado, têm buscado avançar na educação, no mercado de trabalho, mas continuam a passos lentos no que se refere à conquista de espaços na política. Um dos fatores para essa realidade é a violência política de gênero que, por décadas, foi tratada como atos naturais do universo político.

Conhecida também como violência política contra as mulheres, essa problemática tem sido pautada em diversas instâncias da sociedade, principalmente, após a sanção da Lei 14.192/21, que tipifica e criminaliza qualquer ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher. Dar nome é desnaturalizar as violências históricas sofridas por mulheres que ousaram entrar num universo tão masculino, onde as práticas machistas e conservadoras ainda prevalecem. A legislação que previne, reprime e combate à violência política contra a mulher não foi uma conquista fácil. O processo começou com um projeto de lei em 2015, mas só foi sancionada em 2021, após vários casos escandalosos de violência contra mulheres nos espaços políticos e, principalmente, após a morte da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, em 2018.

Apesar das garantias legais que as brasileiras possuem, os números da sub-representação ainda são elevados, deixando o Brasil como um dos piores países no quesito representação feminina no poder. Conforme a Organização Inter-Parliamentary Union (IPU), o Brasil ocupa o 129º lugar no ranking mundial de participação feminina em parlamentos nacionais (IPU, 2023). É importante ressaltar que, em 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro à presidência da república, a extrema-direita avançou e, conseqüentemente, aumentou o discurso de ódio destilado aos grupos sociais minoritários, como as mulheres, população LGBTQIA+, população negra, entre outros. Com a permissibilidade da intolerância ao diferente, a violência política ganha força e deixa ainda mais o ambiente político tóxico às mulheres. É preciso vigiar e combater.

Este trabalho trata da temática da violência política contra a mulher, a partir das experiências de mulheres paraibanas que atuam no cenário político, enfrentando os desafios desse ambiente tão nocivo às suas atuações. A proposta é entender como essa problemática está presente na vida das personagens e como elas enfrentam estes desafios para permanecerem na política. O produto é um livro-reportagem que possibilitou uma escrita

profunda, mas com leveza e humanidade, além de um espaço necessário para mergulhar na vida das perfiladas, colhendo aprendizados e possibilitando o registro histórico.

Aqui vamos pedir licença e adentrar na participação política de Jô Oliveira, primeira mulher negra vereadora da Câmara de Campina Grande; Márcia Lucena, mulher que rompeu com um ciclo vicioso das famílias tradicionais que se reversavam no poder e se tornou prefeita do município de Conde–PB; Estela Bezerra, mulher negra, lésbica, primeira secretária de planejamento da cidade de João Pessoa, primeira gestora de políticas para as mulheres da Paraíba e deputada estadual por dois mandatos; e Camila Toscano, filha de família tradicional da política paraibana, mulher branca, que está no terceiro mandato de deputada estadual. As quatro mulheres têm trajetórias distintas, mas têm em comum as marcas da violência política de gênero nas suas atuações nos espaços de poder.

O livro-reportagem “Rompendo o casulo: a violência política de gênero e a resistência das mulheres nos espaços de poder” é composto por cinco capítulos. O primeiro é intitulado **Violência política contra a mulher: vamos romper o silêncio**, que traz o cenário brasileiro e paraibano na questão da representação feminina, além de apresentar os avanços legais para a garantia dos direitos políticos das mulheres. O capítulo 2 nomeado “**Não é coragem, é necessidade**” – **Jô Oliveira**, dá início às experiências das personagens no mundo político da Paraíba. Já no terceiro capítulo, “**Eu me sinto mutilada, arrancaram a minha vida**” – **Márcia Lucena**, mergulhamos na atuação de Márcia na política e nas gestões públicas. O quarto capítulo, “**Foi difícil manter minha presença quando tudo dizia: você não deve existir**” – **Estela Bezerra**, traz a trajetória política de Estela em vários espaços de resistência e de poder. O último capítulo, que recebe o título “**Eu tive que me impor**” **Camila Toscano**, conta a chegada da deputada à política e os desafios enfrentados nesse lugar.

Estudar sobre as mulheres nas esferas de poder é dar visibilidade ao grupo que, historicamente, foi colocado às margens dos processos de decisão dos rumos da sociedade. A pesquisa acadêmica contribui para entender, registrar e apontar saídas para as problemáticas sociais. Neste campo, os estudos das relações de gênero têm avançado na reflexão e nas estratégias para diminuir a disparidade entre homens e mulheres na democracia representativa. O desejo deste trabalho é contribuir no debate, a partir das falas e sentimentos das mulheres que estão construindo o dia a dia político e que, com seus exemplos, têm mostrado que é possível ocupar este universo que é de todas as pessoas, independente do sexo, orientação sexual, raça e religião.

2 LIVRO-REPORTAGEM: UM MERGULHO MAIS PROFUNDO NO JORNALISMO

O livro-reportagem é um produto de comunicação que satisfaz o jornalista que tem interesse em aprofundar sobre alguns temas pouco ou não explorados pelo jornalismo rotineiro do dia a dia. Este produto, além de informar, exige uma leitura de realidade, resultando em um registro histórico para a sociedade.

O jornalismo, como uma das instituições que se apresentam para interpretar os fatos cotidianos e a contemporaneidade, pode contribuir para o debate público sobre a memória brasileira, sendo o livro uma das opções mais perenes e respeitadas (Maciel, 2018).

Segundo Lima (1993), o livro-reportagem é um veículo com características específicas, que consegue expandir as pautas tratadas pelo jornalismo diário, bem como, mergulhar em temas tratados de forma superficial pelos periódicos, “recuperando para o leitor a gratificante aventura da viagem pelo conhecimento da contemporaneidade”. Há uma classificação dos livros-reportagem proposta por Lima (1993), que se baseia na linha temática e no tratamento narrativo. As categorias são: perfil, depoimento, retrato, ciência, ambiente, história, nova consciência, instantâneo, atualidade, antologia, denúncia, ensaio e viagem.

Para este trabalho, conforme as categorias sugeridas, focaremos no livro-reportagem-perfil, que se enquadra na proposta da pesquisa. Segundo Lima (1993), essa categoria procura evidenciar o humano da pessoa perfilada, que pode ser uma celebridade ou uma pessoa anônima que apresenta algo de interesse à sociedade. “A pessoa geralmente representa, por suas características e circunstâncias de vida, um determinado grupo social, passando como que a personificar a realidade do grupo em questão” (Lima, 1993, p. 45).

O livro-reportagem é um instrumento de comunicação que se aprofunda na investigação e na pesquisa, além de permitir um tempo tanto para a observação quanto para a escuta e, assim, ter uma escrita rica não só em aprendizados, mas também em sensações. “É exatamente essa peculiaridade - de avançar fronteiras do jornalismo para além dos limites convencionais que ele próprio se impõe - que transforma o livro-reportagem num produto cultural fascinante” (Lima, 1993, p. 07). Neste trabalho, a narrativa do livro-reportagem traz a junção do jornalismo com a história de mulheres na política paraibana, entregando um registro que contém informações, resistência, mas também conquistas e avanços de direitos.

2.1 LIVRO-REPORTAGEM-PERFIL

O perfil é um gênero jornalístico, o qual, aqui no Brasil, viveu sua melhor fase de 1966 a 1968, em que as revistas *Realidade* e *O Cruzeiro* investiam tempo, recursos e espaço para esse tipo de publicação. Mas, segundo Vilas Boas (2003), foi na década de 1930 que a mídia impressa começou a se interessar em contar histórias de personalidades, juntando o jornalismo e a literatura. Inicialmente, figuras públicas, como políticos, celebridades e empresários. “Esperava-se que a matéria lançasse luzes sobre os comportamentos, valores, a visão de mundo e os episódios da história da pessoa para que suas ações pudessem ser compreendidas num contexto maior que o de uma simples notícia descartável” (Vilas Boas, 2003, p. 22). A revista *The News York* foi considerada a pioneira, por conta do espaço que destinava para as publicações de perfis.

Vilas Boas (2003), em seu livro *Perfis e como escrevê-los*, faz diversas críticas ao jornalismo convencional, afirmando ter se tornado jornalismo de fragmentos e usa o termo “preconceito” para discordar de direções de jornais e revistas que dizem que “seus assinantes não têm tempo e nem gostam de ler”. Ele defende que os leitores buscam textos com os quais se identifiquem e os perfis provocam isso.

Os espaços de jornais e revistas estão cada vez mais disputados por avalanches de informações fragmentadas e por uma competição brutal em torno de formatos praticamente idênticos. Fica a impressão de que os veículos tentam se diferenciar apenas para que, no fundo, permaneçam iguais. O resultado disto é a ênfase nas pílulas de informações em detrimento dos “textos para guardar” (Vilas Boas, 2003, p. 11).

Lima (1993), também corrobora com o argumento de que o perfil tem o papel de humanizar o jornalismo e criar uma relação de identificação com o leitor.

O perfil, que é o lado da humanização da reportagem, já que o jornalismo se diferencia também por ser uma forma de comunicação que se volta para o homem, em última instância, como foco central e como tal visa emocionar, ao lado da elucidação racional, para transmitir o retrato completo dos temas que aborda (Lima, 1993, p. 26).

Apesar de a biografia e o perfil dialogarem, eles trazem focos diferenciados. Nos livros biográficos, “os autores têm de enfrentar os pormenores da história do biografado, os perfis podem focalizar apenas alguns momentos da vida da pessoa” (Vilas Boas, 2003, p. 13). Diante dessas características, o livro-reportagem-perfil é o gênero que melhor se apresenta para relatar a experiência de mulheres paraibanas e suas relações com a violência política de gênero. A proposta é conhecer uma parte importante da vida das perfiladas - Jô Oliveira,

Estela Bezerra, Márcia Lucena e Camila Toscano - trazendo as marcas de suas histórias, as barreiras enfrentadas e os sentimentos vivenciados na atuação nos espaços de poder.

Os perfis cumprem um papel importante que é exatamente gerar empatias. Empatia é a preocupação com a experiência do outro, a tendência de tentar sentir o que sentiria se estivesse nas mesmas situações e circunstâncias experimentadas pelo personagem. Significa compartilhar as alegrias e tristezas de seu semelhante, imaginar situações do ponto de vista do interlocutor (Vilas Boas, 2003, p. 14).

Para o processo de criação, Vilas Boas (2003) recomenda utilizar elementos como, “memória, conhecimento, imaginação, síntese e sentimentos”, bem como ampliar a capacidade de observação, característica perdida no jornalismo convencional. “As subjetividades (as perguntas sem respostas fáceis, digamos) me encantam mais do que dados indiscutíveis. Transito entre os caminhos mais longos e os feitos perenes” (Vilas Boas, 2003, p. 31). O livro-reportagem-perfil é o produto jornalístico que possibilitará contribuir com o debate da violência política de gênero na sociedade, trazendo experiências de mulheres que atuam no cenário político da Paraíba, que ainda é bem masculinizado e conservador.

3 UMA AMEAÇA À DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Segundo o dicionário Aurélio, a palavra democracia tem origem grega, composta por duas palavras: “*demos*”, que significa povo, e “*kratia*” que denota poder. Ou seja, o poder é exercido pelo povo, por meio de representantes escolhidos pela população¹. No Brasil, o regime é democrático, mas os espaços de poder não representam a diversidade do povo brasileiro. O cenário político é composto, em sua maioria, por homens brancos e de classe média alta, silenciando vários grupos sociais. O censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), de 2022, aponta que as mulheres representam 51,5% da população brasileira, mas no quesito de participação política, os números são bem inferiores. No processo eleitoral de 2022, chegaram à câmara federal, por exemplo, apenas 18% de mulheres, segundo o portal da Câmara Federal. “Há um entendimento de que a ausência de mulheres nessas esferas remete ao silêncio e corresponde, portanto, à ausência de representação de seus interesses” (Pinheiro, 2007, p. 19).

A inexistência feminina nos espaços públicos é uma construção histórica. As mulheres eram privadas de exercer sua cidadania, como estudar, adentrar no mercado de trabalho e na política.

É importante ressaltar que a dicotomia público e privado possui extrema relevância para a igualdade de gênero. Se o público constitui domínio exclusivamente masculino, automaticamente as mulheres são excluídas desse âmbito, tanto no momento do contrato social como posteriormente. Por outro lado, o fato de assumirem, de forma exclusiva ou predominante, as tarefas domésticas, impossibilita e/ou dificulta o acesso das mulheres à política (Souza, 2015, p. 155).

A democracia brasileira é constantemente ameaçada. Com isso, também percebemos os ataques às conquistas femininas na área dos direitos políticos. O Brasil viveu um governo de extrema-direita, no período de 2019 a 2022, e as consequências vieram através da intolerância às mulheres, população negra e comunidade LGBTQIA+, além de inúmeros ataques ao regime democrático. É importante vigiar os direitos já conquistados, ampliando a participação dos diversos grupos sociais para fortalecer e consolidar a democracia.

1 Dicionário Aurélio, disponível em <https://www.dicio.com.br/democracia/>

3.1 GÊNERO, UMA RELAÇÃO DESIGUAL DE PODER

A famosa frase “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, da filósofa francesa Simone de Beauvoir, no seu livro *O Segundo Sexo*, ajuda a compreender sobre o conceito de gênero. Quando nos referimos ao significado do termo gênero, estamos trazendo o debate sobre as relações sociais determinadas por meio de padrões de comportamentos desejados ao sexo masculino e feminino. Ainda segundo Beauvoir (1967), não é o biológico e nem as características psíquicas e econômicas que definem a posição da mulher na sociedade, “é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino” (Beauvoir, 1967, p. 09).

A historiadora norte-americana Joan Scott, apresenta o termo gênero como uma questão que vai além das diferenças culturais no que é ser mulher e homem, mas aponta uma hierarquia de poder nessa relação. Nas suas pesquisas, Scott aponta que gênero

é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1989).

Conforme os papéis sociais estabelecidos aos gêneros, os homens foram preparados para o mundo do trabalho remunerado e para os espaços públicos de poder. Restou às mulheres a vida doméstica, o cuidado e a invisibilidade. “O espaço privado da casa constitui-se, então, em espaço feminino de responsabilidade da mulher e considerado menos importante que o masculino do trabalho e dos negócios” (Pinheiro, 2007, p. 34). Esta exclusão da vida pública trouxe às mulheres consequências históricas. Para Bourdieu (2012), há uma “ordem social” que trabalha para legitimar o poder masculino na sociedade. Ainda segundo o autor, desde as atividades determinadas a cada sexo no mundo do trabalho, até a visão de espaço, onde “o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres” (Bourdieu, 2012, p. 18), favorece a relação de dominação masculina sob a vida feminina.

Essa estrutura de poder traz violências simbólicas, aparentemente, como situações naturais que reforça o lugar da mulher na submissão, justificado nas questões biológicas e sociais.

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho, de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitas*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os

membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (Bourdieu, 2012, p. 45).

As questões vivenciadas no âmbito privado foram levadas também ao espaço público, onde as mulheres eram excluídas de qualquer participação na sociedade. Diante dessa realidade, as mulheres eram impedidas de estudar, trabalhar e suas vidas eram pautadas pela autoridade masculina, seja o pai ou o marido. Estar ausente dos espaços públicos acarretou consequências que percebemos até hoje na vida em sociedade, como, por exemplo, na participação política, onde há uma sub-representação feminina e um ataque às poucas mulheres que estão neste lugar. “Tratadas com hostilidade desde a conquista do voto, mesmo diante das ações afirmativas implementadas, as mulheres ainda não são naturalizadas no ambiente político” (Reis; Martins, 2022, p. 299).

Mas, a partir do século XX, essas relações sociais, baseadas no gênero, começaram a se abalar com os argumentos do movimento feminista que denunciava a desigualdade entre homens e mulheres que não estavam estabelecidas no campo biológico, mas que legitimava uma relação de poder. Para Pinheiro (2007, p. 35), o conceito de gênero é político e surge da luta dos movimentos de mulheres para mostrar à “sociedade e à comunidade científica que as diferenças físicas entre elas e os homens não geram a desigualdade verificada, mas, ao contrário, são usadas para naturalizá-las”.

O pensamento feminista contribuiu para rupturas e transformações na vida das mulheres ocidentais. Pilares construídos a milhares de anos foram abalados e a ideia de submissão aos homens vem sendo, aos poucos, substituídas por direitos garantidos por meio de debates, pesquisas e lutas na sociedade. Apesar de colher vários frutos desse processo, as mulheres ainda têm muito o que conquistar para viverem numa sociedade mais igualitária. Segundo o IBGE (2019), as mulheres acima de 25 anos, têm se capacitado mais, sendo 19,4% com ensino superior completo, enquanto os homens têm um pouco mais de 15%. Embora esses dados sejam positivos, as mulheres quando saem para o mercado de trabalho enfrentam desafios, resquícios da desigualdade de gênero. Além da dupla jornada de trabalho, com os afazeres domésticos e o trabalho formal, a desigualdade salarial é uma realidade na vida das mulheres. Ainda segundo o IBGE (2019), no Brasil, o salário médio mensal dos homens foi de R\$ 2.555, enquanto o das mulheres foi de R\$ 1.985.

Outra realidade, que rende pesquisas, debates e mobilizações, é a representação feminina nos espaços de poder. O tempo renegado às mulheres de viverem sua cidadania, sendo excluídas de direitos civis e políticos, não possibilitou as mesmas oportunidades de acesso à formação política como tiveram os homens. Segundo Rabay e Carvalho (2010, p.

33), o campo político é um espaço de interesses, “com regras com normas próprias de recrutamento e de treinamento político. Além disso, diferente do homem, os ciclos de vida da mulher segmentam sua vida, em particular, com o advento da maternidade”.

Historicamente, como já apontamos, o universo político foi construído para o homem. Até hoje, as poucas mulheres que conseguiram entrar nesse espaço vivenciam constrangimentos, humilhações e preconceitos, como se estivessem num espaço proibido, não permitido ao sexo feminino. No Brasil, para tentar mudar essa realidade, várias iniciativas foram feitas. As legislações que garantem a participação de, ao menos, 30% de candidaturas de um dos gêneros que, neste caso, são as mulheres por sua baixa representação nos parlamentos, bem como, a destinação de fundos eleitorais para as candidaturas femininas, são ações afirmativas na tentativa de equilibrar as representações nos espaços de poder. Recentemente, a Lei 14.192/2021, que coíbe a violência política contra a mulher nas campanhas eleitorais e no exercício de mandatos eletivos, foi sancionada e se apresenta como mais um instrumento jurídico a favor das mulheres que estão na política.

Entender a desigualdade de gênero, possibilita pensar rumos para diminuir as sequelas na vida das mulheres. E, sem dúvidas, um desses caminhos é a via da política formal, em que as decisões sobre a vida em sociedade passam e as ausências são sinônimos de postergação de pautas. Mesmo com os avanços legais e rompendo estruturas milenares na relação de poder entre homens e mulheres, há muito o que se conquistar em direitos e equidade. As mulheres carregam bagagens desiguais, fruto de uma sociedade patriarcal, que insiste em obstaculizar a presença feminina em espaços de poder e decisão.

3.2 VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: UM DESAFIO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

A violência nos espaços políticos contra as mulheres é um dos principais fatores que dificultam a participação feminina na política. Atos como silenciar microfones, chamar de desequilibrada quando defende de forma firme uma posição, não ser incluída em comissões importantes, são apenas algumas situações de violências que as mulheres sofrem na sua atuação política. Por décadas, essas atitudes violentas foram naturalizadas. No espaço público, as mulheres vêm conquistando diversos direitos, mesmo convivendo com os atrasos no universo privado, como a violência doméstica, bem como a sobrecarga nos cuidados da casa e das pessoas. Mas, essas conquistas esbarram quando analisamos os dados da participação feminina na política. Há avanços, mas os passos são lentos, mesmo que

persistentes. “As mulheres brasileiras são maioria na população, possuem níveis educacionais mais elevados que os homens e trabalham mais que estes. No entanto, a sua participação na política encontra-se entre as mais reduzidas do mundo” (Sabino; Lima, 2015).

Essa exclusão do espaço político já foi tema de vários eventos internacionais que tiveram como produtos finais tratados e documentos com orientações que pudessem mudar esse cenário.

Contudo, a existência formal desses direitos não assegura às mulheres participação equitativa nos espaços de poder, que permanecem com escassa presença feminina na política formal, ainda que haja ampla participação na política não institucional (Rezende, 2020, p. 299).

No Brasil, só em 1932, o voto feminino foi permitido. A garantia de votar e ser votada trouxe também outras violências para o universo feminino. Os questionamentos surgiam tanto dentro da arena política, como na sociedade conservadora, que não aceitava a presença feminina na vida pública, como se o seu lugar se resumisse ao ambiente da casa, do privado.

Antes mesmo da garantia do direito ao voto, em 1932, temos o caso de Alzira Soriano, em Lajes-RN, a primeira mulher eleita prefeita na América Latina. Durante sua campanha eleitoral, em 1928, sofreu ofensas misóginas, com insinuações de que tinha um caso com o governador ou que, sendo uma "mulher pública", era prostituta (Gruneich; Cordeiro, 2022, [online])

Percebemos que desde as primeiras tentativas de participarem dos processos eleitorais, as mulheres sofrem com intimidações e constrangimentos nas campanhas eleitorais e no exercício de seus mandatos. Somando-se a tudo isso, parte da sociedade, a ala mais conservadora, sempre fortaleceu o discurso preconceituoso e excludente com a justificativa de que a saída da mulher do espaço privado para a vida pública, desestabilizaria a família. Fagundes (2022) traz o conceito de “moralidade em colapso”, em que as famílias tradicionais apontavam para as mulheres que ingressavam na atividade política, culpando-as pela falência das famílias e afirmando que “a mulher não conseguiria lidar com a esfera privada e a pública ao mesmo tempo, já que a função natural/biológica dela era voltada para o papel de mãe e esposa”.

A chegada da internet ajudou algumas mulheres (as que têm acesso à rede) driblarem algumas dificuldades encontradas em campanhas, muitas vezes, por não serem prioridades dos partidos políticos na distribuição dos fundos partidários. Mas, não se pode esquecer que a violência política de gênero aumentou nesse universo virtual, passando a ser praticada por pessoas de fora de suas localidades eleitorais. Durante as eleições de 2020, o Instituto Marielle Franco realizou a pesquisa intitulada Violência política de gênero e raça constatando

que 98,5% das entrevistadas afirmaram ter sofrido, ao menos, um tipo de violência política e, desse total, 80% aconteceram na internet.

Para uma parcela importante das mulheres, a realidade é marcada pela violência doméstica, dupla jornada de trabalho, salários diferenciados e solidão na maternidade. Esta conjuntura aliada às diversas violências na política, seja no partido, militância social e espaços de poder, se transformam em barreiras que impedem a participação feminina e sua permanência na vida pública.

A violência que incide sobre as mulheres que ousam ultrapassar as barreiras convencionais e atuar na política – tanto na política institucional quanto no ativismo – apresenta-se sob diferentes formas, que, no entanto, sobrepõem-se e convergem nos seus objetivos, que são o de constranger a atuação política das mulheres e deslegitimar sua atuação no espaço convencionalmente masculino da política (Biroli, 2016, [online]).

Todas as mulheres que adentram o universo político sofrem violências sutis ou ostensivas. Mas, se observamos, as mulheres negras, lésbicas, transexuais, indígenas, quilombolas sentem a violência com mais força, pois vem associada a outros preconceitos, devido seus marcadores sociais.

A violência institucional contribui para manutenção de poder de um grupo dominante, através dela, as instituições, em contexto democrático, reproduzem desigualdades, desvantagens, discriminações propositalmente dirigidas a determinados grupos ou pessoas excluídas historicamente das estruturas de disputa de poder (Instituto Marielle Franco; Justiça Global e Terra De Direitos, 2020, p. 15)

Os partidos têm, também, papel fundamental para equilibrar a representação feminina, bem como para formar e enfrentar as violências políticas de gênero. Disputar os partidos não é tarefa fácil, mas necessária para se desconstruir vícios arraigados nas instâncias partidárias, bem como garantir a execução das leis já conquistadas pelos grupos sociais, historicamente excluídos dos espaços de poder. Segundo Reis e Martins (2022, p. 308), não podemos desconsiderar os partidos políticos, quando pensamos na sub-representação feminina, “tendo em vista que eles são fundamentais na seleção e na apresentação dos candidatos ao eleitorado, sendo, portanto, centrais para a eleição de mulheres no país”.

No Brasil, não existia uma legislação que tipificasse essas violências, portanto, não existiam caminhos para a denúncia. Isso fez com que, por décadas, se naturalizassem e se normalizassem essas práticas violentas. Segundo Biroli (2020), o crescimento da extrema-direita é real, mas “não podemos permitir que a violência e, em particular, o discurso de ódio sejam normalizados. Essa tem sido uma tática dessa direita, a violência como espetáculo, a violência normalizada”.

Em 2021, foi sancionada a Lei 14.192, que criminaliza os atos de violência vivenciados por mulheres na política. Segundo a lei, em seu artigo 3º, a violência política de gênero é definida como:

Art. 3º - Considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher.

Parágrafo único. Constituem igualmente atos de violência política contra a mulher qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo (Brasil, 2021).

Os passos estão sendo dados e os caminhos precisam se abrir. Com a Lei 14.192/21, a violência política de gênero saiu do natural para o criminal. Para não nos perdermos nesses extremos, se faz necessário colocar o debate para a sociedade, nas instâncias de educação, nas ações de governos, no fortalecimento do legislativo e na execução da lei por parte da justiça. É um trabalho que exige mudança de mentalidade e, por isso, diz respeito a todos nós.

3.3 LEI 14.192/2021: TIPIFICAR PARA DESNATURALIZAR

O Brasil, assim como outros países da América Latina, tem buscado avançar em legislações que possam diminuir a distância nos números de homens e mulheres na representação política do país. Por entender que a violência política de gênero favorece nos baixos números de representações femininas nos espaços de poder, a partir de 2000, o debate sobre esta problemática foi ganhando espaço na pesquisa acadêmica, nos legislativos e na justiça. “Nos últimos dez anos, vários países latinos começaram a tomar providências, no âmbito jurídico, para a erradicação desse tipo de violência de gênero que atinge os direitos políticos e humanos das mulheres” (Araújo, 2023).

Países como México, Argentina, Equador, Bolívia, El Salvador, Panamá e Uruguai têm legislações que contemplam a segurança no exercício político das mulheres. Os países que adotaram, mais recentemente, leis de combate à violência política de gênero foram: Brasil, Peru e Costa Rica (Araújo, 2023). O Brasil fez um percurso longo até chegar à Lei 14.192/2021, que estipula normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.

O primeiro projeto de lei surgiu em 2015, de autoria da deputada Rosângela Gomes, “fruto de um amplo debate promovido pela Bancada Feminina da Câmara dos Deputados para a construção de consenso e da possibilidade de aprovação da matéria em plenário” (Gruneich; Cordeiro, 2022). Na câmara federal, o projeto foi aprovado na Comissão dos Direitos das

Mulheres, mas não passou na Comissão de Constituição e Justiça. Assim, o projeto ficou parado. Após as eleições de 2018, onde vários casos de violência política contra a mulher começaram a ter visibilidade, além da morte da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, a bancada feminina pressionou os líderes partidários e conseguiu colocar em votação no plenário. Após algumas adaptações, o projeto foi aprovado e encaminhado ao Senado, no qual o processo foi mais rápido, assim, em julho de 2021, foi aprovado e enviado para sanção presidencial (Gruneich; Cordeiro, 2022).

É importante ressaltar que a lei 14.192/2021, sancionada em agosto de 2021, é um importante instrumento jurídico que, com outros, buscam garantir os direitos políticos das mulheres, mas as leis só terão êxito com a participação de vários setores da sociedade com debates, pesquisas, formações, investimentos financeiros e visibilidade. Assim, teremos mudanças de mentalidade e a política será um ambiente saudável e convidativo às mulheres.

4 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO LIVRO REPORTAGEM

4.1 PROCESSO METODOLÓGICO

O livro-reportagem é o produto que possibilita, nesta pesquisa, aprofundar sobre as violências políticas que as mulheres vivenciam no mundo público da política. Esta imersão trará, também, o relato das experiências de mulheres nos espaços de poder, fazendo a junção da teoria com a vivência política.

Para a execução da pesquisa, o método utilizado é o tipo descritivo. O Professor Doutor Gil (2017, p. 33), classifica as pesquisas descritivas como as que têm o objetivo central de descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. A proposta foi descrever a experiência feminina na política, com foco nas barreiras enfrentadas neste espaço. “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” (Gil, 2002, p. 42). A pesquisa descritiva possibilitou o aprofundamento do tema, em que se debruçou em dados coletados e nas falas das mulheres. O resultado deste trabalho possibilitou conhecer o campo da participação das mulheres na política, com recorte de figuras paraibanas e seus desafios, assim como conquistas nesse lugar. A pesquisa partiu do princípio de ouvir as mulheres, seus sentimentos, suas vivências na política, entender os caminhos que as levaram a romper com papéis pré-estabelecidos pela sociedade e adentrar num universo ainda tão masculino e cheio de violência.

A abordagem é a de natureza qualitativa. Para Gil (2017, p. 41), a utilização dessa abordagem possibilita aprofundar com o “enfoque interpretativista”. Para este enfoque, “o mundo e a sociedade devem ser entendidos segundo a perspectiva daqueles que o vivenciam, o que implica considerar que o objeto de pesquisa é compreendido como sendo construído socialmente” (Gil, 2017, p. 41). A pesquisa qualitativa possibilitou a interpretação de uma realidade vivida pelas personagens e suas relações no mundo público da política. Não há a pretensão da generalização sobre a participação feminina nas estruturas de poder, mas o desejo de contribuir, ampliando o olhar para os caminhos percorridos pelas mulheres para ultrapassar obstáculos que são próprios dos papéis sociais, que as deixam à margem das decisões políticas da sociedade.

Quanto às técnicas para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista em profundidade e a pesquisa bibliográfica. Esses métodos contribuíram para conhecer as perfiladas e construir um

livro-reportagem conforme o objetivo da pesquisa. De acordo com Gil (2017, p. 77), a entrevista consegue ser um recurso que atinge um público amplo, com ou sem escolaridade.

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer (Duarte, 2005).

As entrevistas podem ser classificadas em abertas, semiabertas e fechadas. “As abertas e semiabertas são do tipo em profundidade, que se caracterizam pela flexibilidade e por explorar ao máximo determinado tema” (Duarte, 2005, p. 64). O que diferencia a entrevista aberta da semiaberta é que esta última segue um roteiro, minimamente planejado, que pode guiar o momento da conversa. Já a entrevista aberta se guia no tema e deixa fluir. A entrevista fechada se aplica, principalmente, nas pesquisas quantitativas, em que se utiliza de um modelo estruturado, testado em vários entrevistados, a fim de se comprovar um resultado. E, mesmo que se pareça ser mais simples a aplicação de um questionário, “sua elaboração exige profundo conhecimento prévio do assunto” (Duarte, 2005, p. 67).

Nesta pesquisa, optamos pela entrevista aberta e a semiaberta, que possibilitou convidar as personagens a revisitarem suas experiências mediante uma condução, com um roteiro de perguntas semiestruturadas, mas também de forma livre, deixando um assunto puxar outro. A entrevista em profundidade, usada em áreas de conhecimento como a comunicação, a psicologia, a antropologia, por exemplo, não busca resposta na quantidade, mas na profundidade dos assuntos. Para Duarte (2005, p. 62), a entrevista individual em profundidade “é a técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiência de informantes para analisá-las e apresentá-las de formas estruturadas”. Além disso, Lage (2006) vê a entrevista como complemento importante na apuração dos fatos, mas reforça que na entrevista em profundidade, o foco é na “figura do entrevistado, a representação de mundo que ele constrói, uma atividade que desenvolve ou um viés de sua maneira de ser, geralmente, relacionada com outros aspectos de sua vida” (Lage, 2006, p. 75).

Outro percurso metodológico foram as pesquisas bibliográficas que possibilitou aprofundar sobre os estudos de gênero, violência política contra a mulher e poder. Esses conhecimentos ajudaram a entender a história da participação feminina nos espaços políticos, inserindo a história da personagem nesse contexto histórico e social. A pesquisa bibliográfica “inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos” (Gil, 2017, p. 34).

Após reunir todo o material (entrevistas, fichamento de leituras, reportagens e fotos), o processo de escrita possibilitou juntar a experiência das mulheres paraibanas com o conhecimento adquirido, assim como construir um produto que contribui com a discussão da violência política de gênero, bem como com a reflexão sobre os caminhos para diminuir a sub-representação feminina na política e, conseqüentemente, o fortalecimento da democracia.

4.2 RECORTE PARA ESCOLHA DAS PERFILADAS

Os estudos sobre mulher e espaço político se ampliaram a partir da década de 1990, principalmente, por dois fatores importantes. Um se dá pelo aumento da inserção das mulheres em setores da vida social, como na educação e no mundo do trabalho. O outro fator se deu pela força das ações e políticas afirmativas impostas no cenário político, principalmente, nos países da América Latina (Pinheiro, 2007). Mas esses fatores não têm sido suficientes para mudar a realidade da representação feminina nos espaços da política e do poder.

Neste trabalho, a escolha das personagens, inicialmente, seguiu a linha pelo campo progressista, diferentes espaços de poder e de localizações distintas. Seguindo este roteiro, chegamos a Jô Oliveira, vereadora de Campina Grande; Márcia Lucena, prefeita de Conde; e Estela Bezerra, deputada estadual de João Pessoa. Esse raciocínio ia de contraponto com algumas características da política paraibana marcada pela presença de famílias oligarcas, donos de terra e homens alfabetizados; (Santos Neto; Santos, 2017), como também, pelo conservadorismo nas pautas e trajetória dos políticos e pelas diversas formas de violências que acontecem nos territórios da Paraíba por motivos políticos.

Com o processo da pesquisa, sentimos a necessidade de inserir uma mulher do campo conservador, que tivesse uma trajetória familiar tradicional na política do Estado e que tivesse vivenciado situações de violências. Entendemos que todas as mulheres que estão em espaços de poder e decisão sofrem constrangimentos por ser um ambiente ainda muito masculino. Nossa proposta foi compreender como a violência política chegava nestas mulheres, se elas tinham consciência e se entendiam a importância de outras mulheres nestes espaços. Assim, decidimos inserir a deputada estadual Camila Toscano, com as seguintes justificativas:

1. Camila Toscano vem de família tradicional da política, com base eleitoral na região de Guarabira, brejo paraibano;
2. A deputada estadual sofreu violência política na campanha para reeleição em 2022 e denunciou com base na lei 14.192/2021, sendo o terceiro caso do Brasil. O processo eleitoral

de 2022 foi o primeiro a ser regido pela nova legislação de combate à violência política contra as mulheres;

3. Camila é branca, heterossexual e carrega sobrenome da política. Estas constatações despertam o desejo de entender se essas características amortecem a violência na política e se existe diferença com outras mulheres que não possuem esses marcadores sociais.

Com as escolhas fechadas, buscamos informações na imprensa e internet que ajudassem a conhecer e, também, construir uma pauta norteadora para o momento da entrevista. Neste sentido, o livro-reportagem ficou com as seguintes personagens:

1. Jô Oliveira, vereadora de Campina Grande. Mulher negra, filha de doméstica e mãe solo, estudante de escola pública, chegou a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde cursou serviço social e se encontrou com o movimento estudantil. Foi a partir das lutas através do Centro Acadêmico e Diretório Central dos Estudantes que despertou para a política. Atuou também no movimento de juventude, através da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e da Associação de Juventude pelo Resgate a Cultura e Cidadania (). Jô Oliveira sempre buscava participar de espaços que ajudassem na construção de políticas públicas para as camadas mais vulneráveis da população. A vida partidária iniciou ainda na universidade, mas só em 2016, decidiu colocar seu nome para disputar uma vaga na Câmara de Campina Grande. Conseguiu chegar à primeira suplência. Já nas eleições de 2020, obteve mais do dobro dos votos da primeira disputa e foi vitoriosa com 3.050 votos, se tornando a primeira mulher negra da Câmara de Vereadores de Campina Grande.

2. Márcia Lucena, prefeita do município de Conde, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Não tem um histórico familiar na política e a escolha do partido foi por sua experiência nas gestões públicas e vivência na militância da educação e cultura. Foi gestora do ProJovem Urbano, na Prefeitura de João Pessoa e, no Governo da Paraíba, ocupou os cargos de Secretária da Educação e Presidente da Fundação Espaço Cultural. Durante sua gestão, como prefeita do município do Conde, Márcia Lucena foi citada na operação do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco), chegando a ser presa durante quatro dias. Nesse período, perdeu o mandato de prefeita. Após recorrer à justiça, Márcia foi solta e retomou os trabalhos à frente da Prefeitura. A prisão de Márcia gerou diversas mobilizações sociais que repudiavam a prisão, alegando ser ilegal e arbitrária. Márcia ganhou destaque nacional denunciando como Lawfare as perseguições sofridas por conta da operação. Hoje, Márcia é do Partido dos Trabalhadores (PT).

3. Estela Bezerra, deputada estadual. Se identifica como mulher negra, lésbica e vinda da periferia de João Pessoa. Despertou para a vida política quando reivindicava por

transportes coletivos para poder, ela e outras pessoas, chegar até a Universidade Federal da Paraíba. Mas, foi no movimento feminista que ela se identificou e se formou politicamente, fazendo parte da Organização Não-Governamental Cunchã Coletivo Feminista, na qual realizou várias campanhas e ações de promoção à saúde da mulher, de combate à violência doméstica e de formação de grupos populares de mulheres. Em 2005, Estela foi convidada pelo prefeito à época, Ricardo Coutinho, para implementar o primeiro organismo de políticas públicas para as mulheres. Na gestão municipal, se destacou e passou a ocupar cargos estratégicos como a Secretaria de Transparência Pública, tendo sido a primeira mulher a ocupar a Secretaria de Planejamento de João Pessoa. Por seu trabalho e atuação na cidade, Estela foi escolhida para ser a candidata sucessora do prefeito Ricardo Coutinho, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), nas eleições de 2012, ficando em terceiro lugar. Como era formada em Comunicação, Estela volta para o executivo, ocupando o cargo de Secretária de Comunicação Institucional do Governo da Paraíba. Ainda na gestão estadual, ocupou a chefia de gabinete do governador e saiu para disputar as eleições estaduais de 2014. Foi eleita com quase 35 mil votos. Em 2018, Estela ampliou o número de votos (40 mil) e foi reeleita, sendo a única candidata com votos em todos os 223 municípios da Paraíba. Atualmente, Estela está filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT).

4. Camila Toscano, deputada estadual, está no seu terceiro mandato, ela é advogada e mãe de dois filhos. Natural de João Pessoa, com raízes familiares em Guarabira, no Brejo paraibano, cresceu no meio da política acompanhando a atuação dos pais: a ex-deputada Léa Toscano e o ex-deputado, como também ex-prefeito Zenóbio Toscano. Seus pais já foram prefeitos de Guarabira e também já ocuparam cadeira na Assembleia Legislativa da Paraíba. Ela é vice-presidente do PSDB Estadual, secretária Geral da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) na Paraíba e Vice-Presidente de Assuntos Legislativos da Comissão da Mulher da entidade.

Após a definição, procuramos caminhos para apresentar a proposta da pesquisa para as personagens, que aceitaram fazer parte deste estudo. O primeiro encontro foi com a vereadora Jô Oliveira, em seguida com a deputada Camila Toscano. Com Estela Bezerra, demorou a acontecer o encontro por questões de saúde e viagens. Márcia Lucena, neste período da pesquisa, se mudou para Brasília, o que dificultou a entrevista com ela, sendo a última a ser entrevistada. Todas as conversas fluíram e renderam bastante material para a escrita.

Visibilizar experiências de mulheres nos espaços políticos é olhar para um campo que precisa avançar e este produto vem colocar luz na história de mulheres que estão

protagonizando na política paraibana, cada uma no seu espaço e com trajetórias distintas, mas rompendo barreiras e abrindo portas para outras chegarem.

4.3 ESTRUTURAÇÃO DO LIVRO-REPORTAGEM

O livro-reportagem “Rompendo o casulo: a violência política de gênero e a resistência das mulheres nos espaços de poder”, tem cinco capítulos. O capítulo 1, intitulado **Violência política contra a mulher: vamos romper o silêncio** (Figura 1), faz um breve passeio pelo cenário político do Brasil e da Paraíba, além de trabalhar a violência política de gênero e seus instrumentos legais para a participação política da mulher na sociedade.

O capítulo 2 é denominado “**Não é coragem, é necessidade**” – **Jô Oliveira** (Figura 2). Este espaço é dedicado a registrar a experiência da vereadora Jô Oliveira. Mulher negra que decidiu entrar no campo político para levar as pautas dos movimentos sociais, mesmo tendo consciência desse lugar ser hostil ao perfil que ela representa. Jô, como educadora popular, aproveita o espaço para despertar o interesse pela política em outras mulheres e, assim, fortalecer a democracia. Nessa parte do livro, Jô Oliveira relata suas dores, decepções, mas também suas conquistas, suas alegrias e a esperança em dias melhores para seu povo.

No capítulo 3, “**Eu me sinto mutilada, arrancaram a minha vida**” – **Márcia Lucena** (Figura 3), vamos passear pela história de Márcia, que atuou em várias áreas da gestão pública e foi prefeita do município de Conde–PB. Ela traz os desafios vividos e as marcas que ficaram da Operação Calvário, na qual ela chegou a ser presa acusada de participar de uma organização criminosa que desviava recursos públicos da saúde do estado.

Já o capítulo 4 traz a experiência de Estela Bezerra. Intitulado “**Foi difícil manter minha presença quando tudo dizia: você não deve existir**” – **Estela Bezerra** (Figura 4), neste espaço vamos conhecer a trajetória de Estela que vem da periferia, se encontra com o movimento feminista e cultural, chega a gestão pública e, depois de muitas experiências, vive o parlamento com dois mandatos na Assembleia Legislativa da Paraíba.

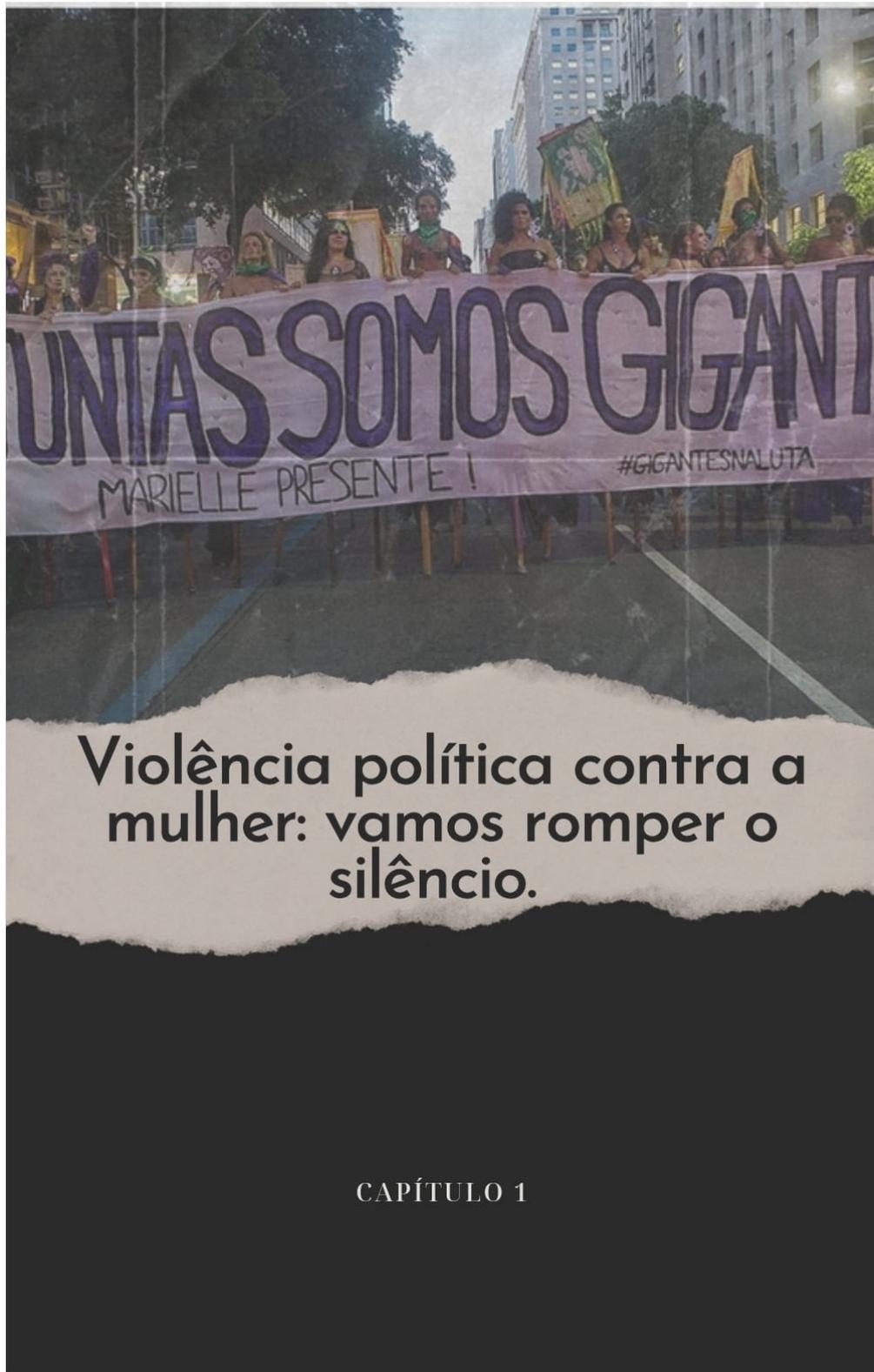
No último capítulo, trazemos a bagagem política de Camila Toscano. É filha de políticos tradicionais, com base eleitoral na região do brejo paraibano. Camila está no terceiro mandato de deputada estadual. O capítulo nomeado “**Eu tive que me impor!** – **Camila Toscano** faz um passeio pela vida da deputada que é marcada, desde a infância, pela participação política.

Já o capítulo 4 traz a experiência de Estela Bezerra. Intitulado “**Foi difícil manter minha presença quando tudo dizia: você não deve existir**” – **Estela Bezerra** (Figura 4), neste espaço vamos conhecer a trajetória de Estela que vem da periferia, se encontra com o

movimento feminista e cultural, chega a gestão pública e, depois de muitas experiências, vive o parlamento com dois mandatos na Assembleia Legislativa da Paraíba.

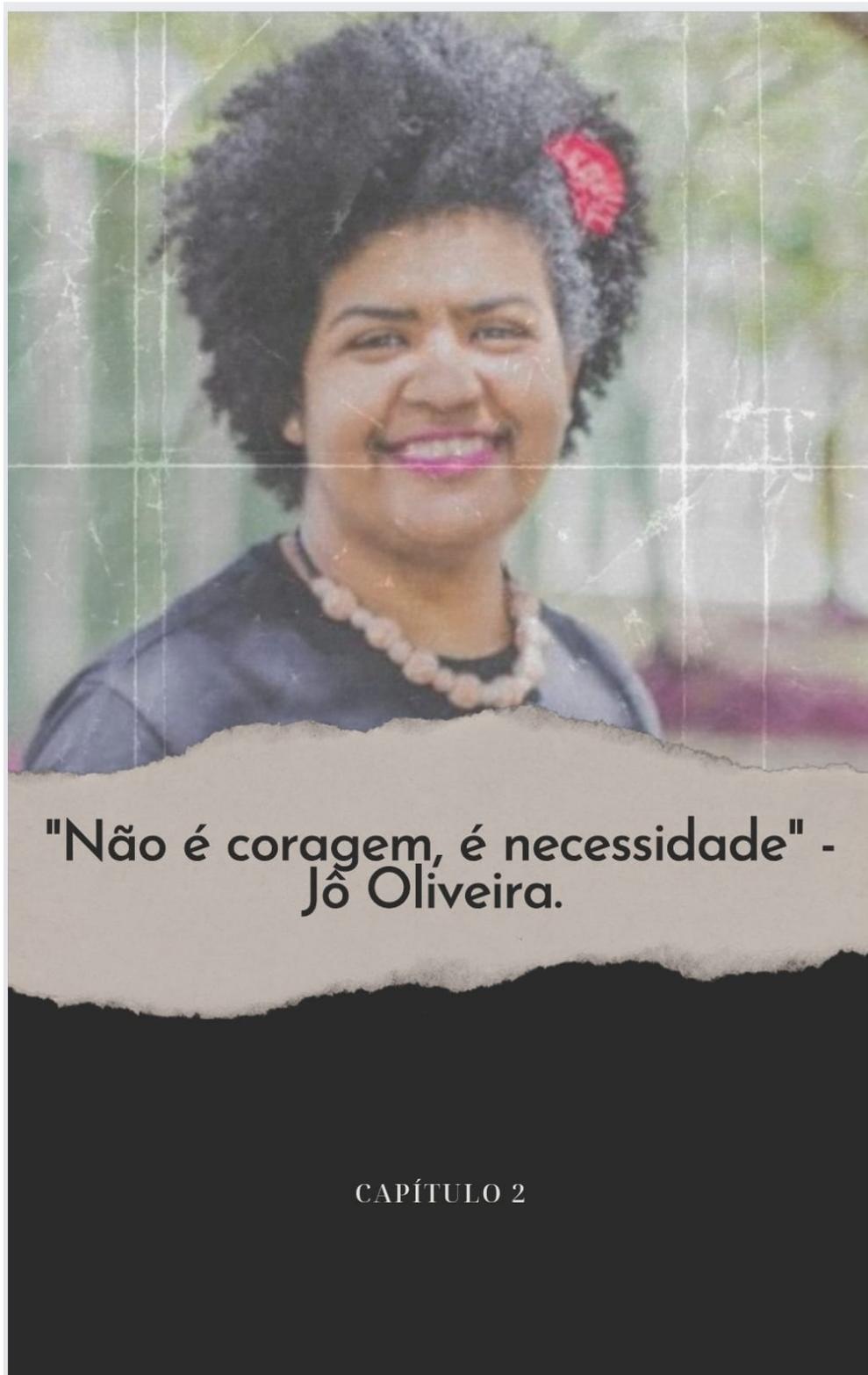
No último capítulo, trazemos a bagagem política de Camila Toscano. É filha de políticos tradicionais, com base eleitoral na região do brejo paraibano. Camila está no terceiro mandato de deputada estadual. O capítulo nomeado “**Eu tive que me impor! – Camila Toscano**” faz um passeio pela vida da deputada que é marcada, desde a infância, pela participação política.

Figura 1- Arte do Capítulo 1



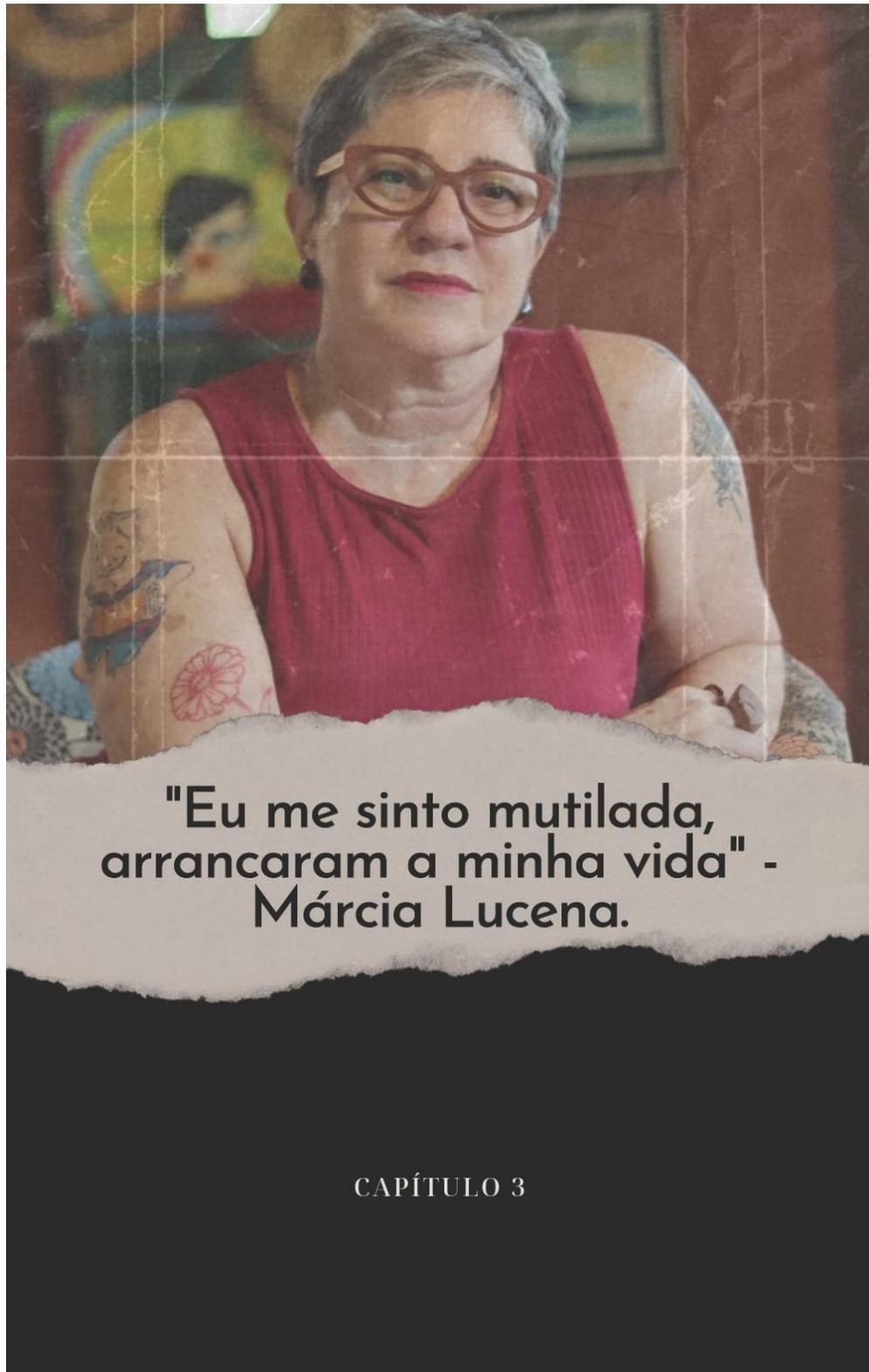
Fonte da imagem: Site Memórias e Movimentos Sociais, 2023.

Figura 2- Arte do capítulo 2



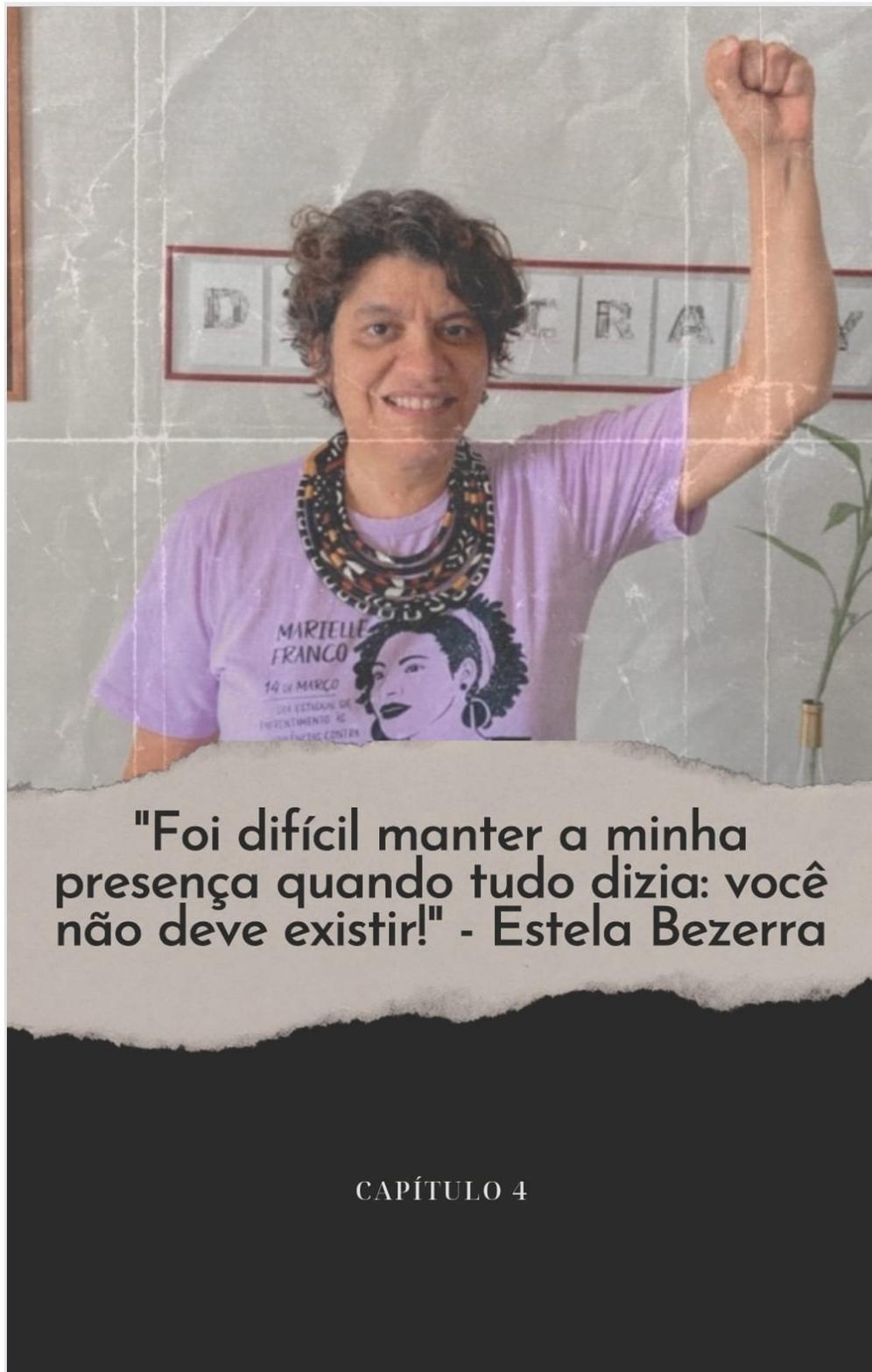
Fonte da foto: Instagram @jooliveirapb, 2013.

Figura 3 - Arte do capítulo 3



Fonte da foto: Instagram @marcialucena, 2023.

Figura 4 - Arte do capítulo 4



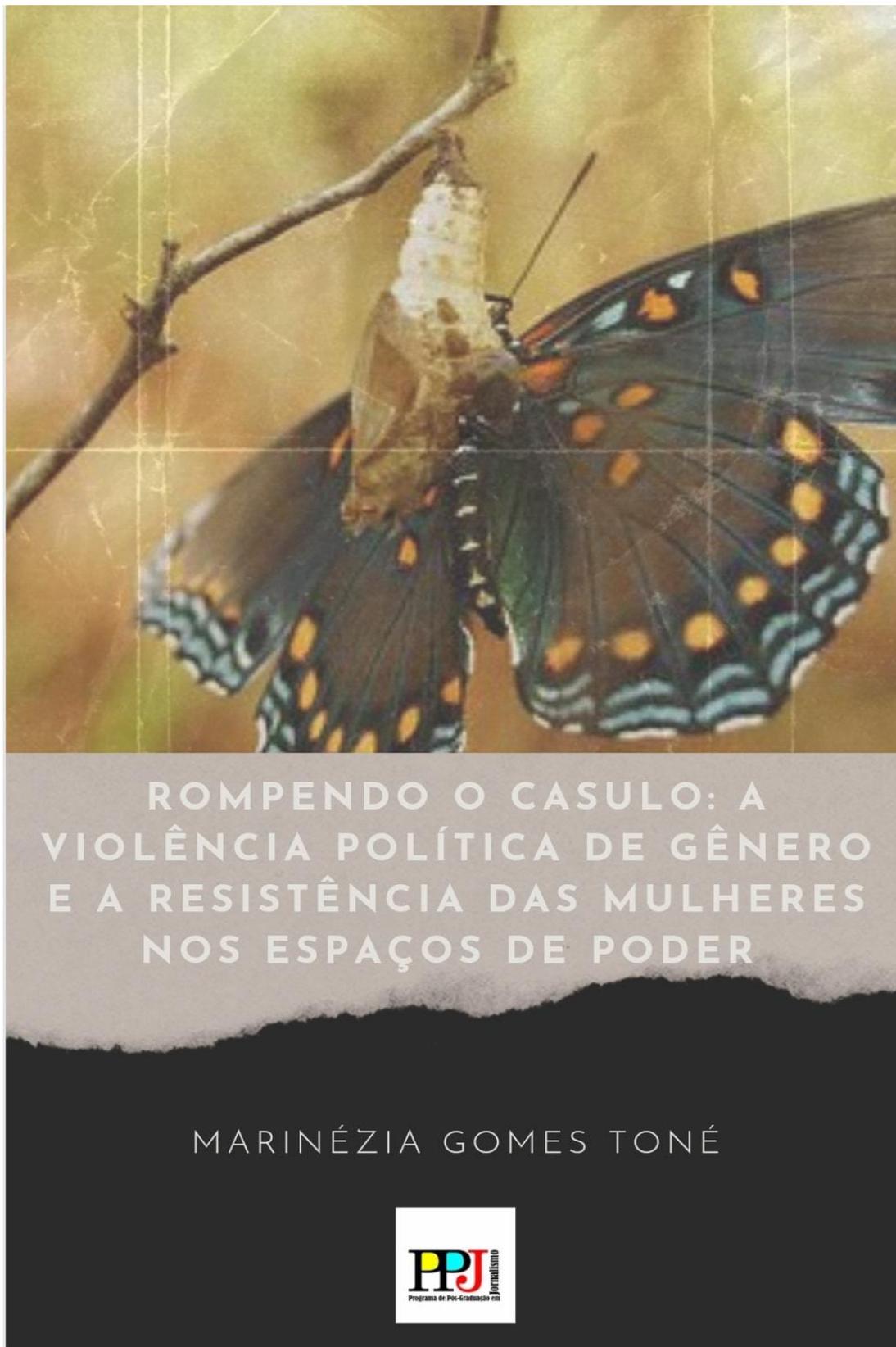
Fonte da foto: Instagram @estelabezerraoficial, 2023.

Figura 5 - Arte do capítulo 5



Fonte da foto: Instagram @depcamilatoscانو, 2023.

Figura 6 - Arte da Capa do livro-reportagem



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão desta pesquisa resultou no livro-reportagem “Rompendo o casulo: a violência política de gênero e a resistência das mulheres nos espaços de poder” como um produto de comunicação, mas também de construção de memória da vida de mulheres que atuam na política paraibana, enfrentando os desafios dos espaços de poder e colocando luz na problemática da violência política de gênero. O percurso do mestrado teve muitos desafios, a começar pela chegada ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Um período de pandemia, em que o medo rondava o mundo, a universidade se reinventava para que a ciência não parasse, as aulas e o contato com a turma eram por meio de telas.

O projeto inicial trabalhava apenas a trajetória de Márcia Lucena e, após amadurecimento nas disciplinas e nas orientações, se expandiu para Estela Bezerra, Jô Oliveira e Camila Toscano, tendo como foco a violência política de gênero. Essa decisão foi fundamental para chegar ao objeto de estudo e estruturar a metodologia da pesquisa. O trabalho buscou dar visibilidade às vozes femininas e posicioná-las na história como sujeitos ativos de construção de direitos. Escutar e registrar a vida dessas mulheres que decidiram romper com valores patriarcais e se dedicaram ao enfrentamento das desigualdades e injustiças, é também compromisso e respeito por suas trajetórias que abrem caminhos para um mundo mais igualitário.

O livro-reportagem me possibilitou uma escrita sem amarras. No texto, consegui dialogar com as personagens a partir das minhas vivências em espaços políticos de poder. O livro-reportagem é um gênero de comunicação que exige entender sobre a temática pesquisada, mas também sobre a conjuntura em que ela está inserida. O texto precisa de uma escrita atraente e isso também é desafiador.

Por fim, apesar dos desafios, entrego um produto na esperança de contribuir com as pesquisas e debates de gênero. Trago algumas constatações nessa caminhada, entre elas:

- Todas as mulheres que estão na política já sofreram ou ainda sofrem com as violências praticadas nesse espaço ainda tão masculino;
- As mulheres que têm algum marcador social, como raça, orientação sexual, geracional, entre outras, sofrem com mais intensidade a violência política de gênero por serem associadas com outros preconceitos;
- As mulheres que têm em suas trajetórias formações políticas, conseguem identificar mais a violência e não costumam naturalizar as ações. Normalmente, essas mulheres estão em partidos progressistas;

- As leis voltadas para a garantia dos direitos políticos das mulheres são importantes, mas precisam ser visibilizadas e trabalhadas nos partidos, espaços de educação, mídia, entre outros, porque precisam mudar, não só as regras eleitorais, mas também a mentalidade e cultura da sociedade.

“Andar com fé eu vou, que a fé não costuma faiá”. Como esse trecho da música do cantor e compositor Gilberto Gil, vou fechando essa trajetória que foi marcada por altos e baixos, trocas e aprendizados, perdas e conquistas. Só mesmo a fé em dias melhores que nos dá coragem de olhar para a ferida histórica da exclusão, das dores e das lutas das mulheres. Essa força nos impulsiona a dedicar nosso tempo e energia para entregar a sociedade e a comunidade acadêmica um produto de comunicação que dialoga com as mulheres, mas também, apresenta a problemática da violência política de gênero que ainda é capaz de deixar do lado de fora das decisões políticas a maior parcela da população.

O livro-reportagem “Rompendo o casulo: a violência política de gênero e a resistência das mulheres nos espaços de poder” é um produto do mestrado, mas espero que não se encerre nele. Que outras mulheres sejam ouvidas, que outras pesquisadoras desbravem sobre o tema e a sociedade avance na representação feminina na política, reforçando a democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jéssica Teles de. **A proteção jurídica da participação política da mulher: fundamentos teóricos, aspectos jurídicos e propostas normativas para o fortalecimento do modelo brasileiro.** Fortaleza: FADIR, 2018. Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32128/3/2018_dis_jtalmeida.pdf. Acesso em: 14 de junho de 2023.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

BIROLI, Flávia. **Violência política contra as mulheres.** Boi Tempo.

BIROLI, Flávia. Combater a violência política de gênero é dever da sociedade, defende Flávia Biroli. Entrevista concedida a Débora Brito. **Marco Zero**, Rio de Janeiro, novembro de 2020.

BRASIL. **Lei n. 14.192, de 04 de agosto de 2021.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm. Acesso em: 12 junho. 2023.

BRASIL. **Decreto 21.076, de 24 de maio de 1932.** Decreta o Código Eleitoral. Brasília: Câmara Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Bertrand Brasil. 11. ed. Rio de Janeiro, 2012.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisas em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

FACUNDES, Emelly Sueny Fekete. Prós e contras: O debate acerca do voto feminino na primeira Constituinte republicana brasileira. **Anais do Encontro Nacional de História Política -ANPUH** 29 mai. 2017. Disponível em: http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_completos/298-44573-28042017-145753.pdf. Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

FRANCO, Adriana Alves. **Violência política de gênero: do conceito à realidade brasileira.** Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades - Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 152, 2022.

FEITOSA, Maria Luiza Alencar Mayer; CITTADINO, Gisele; LIZIERO, Leonam. **Lawfare: o calvário da democracia brasileira.** Andradina: Ed. Meraki, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUNEICH, Danielle; CORDEIRO, Iara. **O que é violência política contra a mulher?** – Brasília: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em:

file:///D:/Users/LENOVO/Downloads/violencia_politica_mulher%20(1).pdf. Acesso em: 05 de abril de 2023.

GRUNEICH, Danielle; CORDEIRO, Iara. Brasil avança no enfrentamento à violência política contra a mulher: a Lei nº 14.192. **Boletim de Notícia Conjur**, 16 de setembro de 2021. Disponível em: . Acesso em 01 de junho de 2023.

GUEDES, Aline. **Em 2021, mulheres comandarão 658 prefeituras, em apenas 11,8% das cidades**. Agência Senado, Brasília, 30 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/30/em-2021-mulheres-comandarao-658-prefeituras-em-apenas-11-8-das-cidades>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mulheres brasileiras na educação e trabalho**. 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO; JUSTIÇA GLOBAL; TERRA DE DIREITOS. **Violência política contra as mulheres negras**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org/2020>. Acesso em: 29 de junho de 2023.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). **Mujeres en la política**: 2023. Genebra: 2023.

LAGE, Nilson. **A Reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LEWIN, Linda. Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia da base familiar. **Revista História**. São Paulo, n. 123-124, p. 143-219, agosto/julho, 1990/1991.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas**: o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é Livro-reportagem**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Mulher e periférica**: Jô Oliveira, a primeira mulher negra eleita para a Câmara de Vereadores de Campina Grande. In: PANKE, Luciana; ARAGÃO, Elthon; SCHEIDWEILER, Gerson; QUEVEDO, Josemari (org). Eleições 2020: as mulheres nas disputas municipais. Campina Grande: EDUEPB, 2021. p. 66-88.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. **Revista Sociologia e Política**, Paraná, volume 27, número 70, 20 de janeiro de 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1678-987319277003>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER. **Cartilha sobre a violência política de gênero**. Brasília, 2021. Cartilha. Disponível em: https://aplicacao.mpmg.mp.br/ouvidoria/CARTILHA_VIOLENCIA_GENERO.pdf . Acesso em: 14 de outubro de 2023.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós- Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007 (Série Documentos).

PUC Minas Livres. **A violência política contra a mulher e seus desdobramentos**. YouTube, 08 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iU2SHvkCiQY>.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**: História de vida e luta. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010.

REIS, Fernanda Azevedo dos; MARTINS, Gustavo Rocha. Violência política de gênero sob uma análise institucional: violações que impedem a efetivação das políticas públicas em relação ao exercício dos direitos políticos feminino. **Revista Vianna Sapiens**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 289 a 319, julho a dezembro de 2022.

REZENDE, Daniela Leandro. **Mulher no poder e na tomada de decisão**. In: FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina. Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020, p. 299 – 367.

SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Igualdade de gênero no exercício de poder. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 23, n. 3, setembro a dezembro de 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p713>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

SANTOS NETO, Martinhos Guedes dos; SANTOS, Shslyder Lira dos. Elites políticas e partidárias na Paraíba do século XX: subsídios teóricos e metodológicos – encaminhamentos introdutórios de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA, 2, 2017, João Pessoa. **Anais**, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_completos/298-31265-04052017-202638.pdf

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 25 de junho de 2023.

SILVA, Laerte José Cerqueira da; TONÉ, Marinézia Gomes. **Paraíba (ainda) masculina**: uma radiografia das mulheres à frente das prefeituras e câmara de vereadores do estado. In: PANKE, Luciana; ARAGÃO, Elthon; SCHEIDWEILER, Gerson; QUEVEDO, Josemari (org). Eleições 2020: as mulheres nas disputas municipais. Campina Grande: EDUEPB, 2021. p. 47-65. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1zooXhI-Kc_QW34Gduiyw7DmWgEQWfArF/view.

SOUZA, Cristiane Aquino de. A desigualdade de gênero no pensamento de Rousseau. **Revista Novos Estudos Jurídicos** – Eletrônica, v. 20, n. 1, janeiro a abril, 2015. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

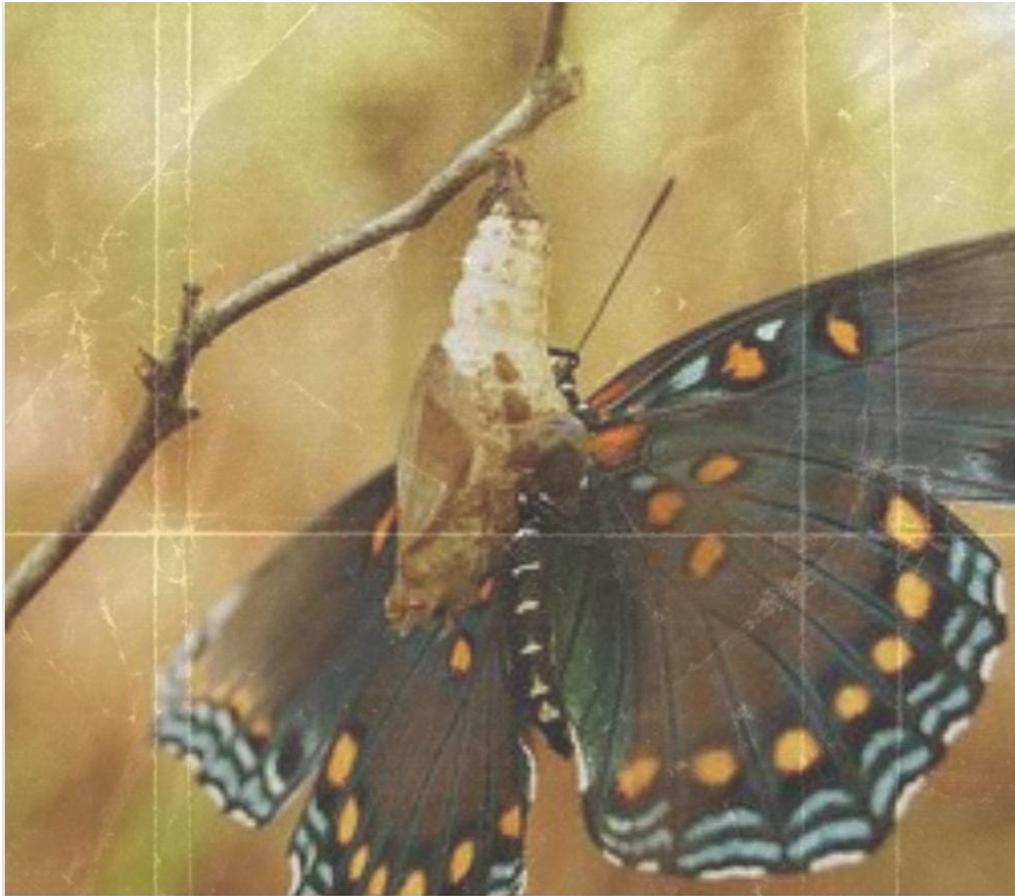
APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Perguntas:

1. Como você entrou na política? O que te motivou?
2. Quando você olha para sua trajetória, você consegue enxergar atos de violência?
3. Você acredita que as mulheres negras sofrem mais violências que as mulheres brancas na política?
4. Você acha que há condições iguais entre homens e mulheres no seu partido? Há estímulo para a participação da mulher no processo eleitoral? Como é o processo de financiamento de campanha?
5. No partido, você passou por algum constrangimento ou viu alguma mulher passar por algum tipo de violência?
6. Você já sofreu algum tipo de violência no processo de campanha?
7. Você já foi exposta ou sofreu ataques nas redes sociais?
8. Na sua opinião, essas violências atrapalharam seu exercício na política? Como?
9. Já tiveram acontecimentos que fez você pensar em desistir da política? Quais?
10. Você acha que há uma naturalização da violência política contra as mulheres?
11. Na sua opinião, por que existem essas violências nos espaços políticos contra as mulheres?
12. Você tem conhecimento sobre a Lei 14.192/21? Você acha que ela será capaz de reduzir essa problemática?

13. Como você avalia a sub-representação feminina na Paraíba? Vê caminhos para diminuir? Como?

APÊNDICE B – LIVRO REPORTAGEM



ROMPENDO O CASULO: A
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO
E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES
NOS ESPAÇOS DE PODER

MARINÉZIA GOMES TONÉ



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
CAPÍTULO 1 - Violência política contra a mulher: vamos romper o silêncio.....	4
O cenário político do Brasil e da Paraíba	6
Violência política contra a mulher: uma barreira para a participação feminina.....	10
CAPÍTULO 2 – “Não é coragem, é necessidade” – Jô Oliveira.....	14
Os desafios do cotidiano da Câmara de Vereadores de Campina Grande.....	23
Campanha eleitoral: o desafio de não ser invisibilizada.....	37
Partido político, uma barreira a ser enfrentada.....	40
CAPÍTULO 3 - “Eu me sinto mutilada, arrancaram minha vida” – Márcia Lucena.....	46
De professora a prefeita de Conde.....	59
O calvário da vida de Márcia.....	77
O dom de se comunicar.....	89
CAPÍTULO 4 – “Foi difícil manter minha presença quando tudo dizia: você não deve existir” – Estela Bezerra.....	94
Os desafios enfrentados na arena política.....	82
O partido e a responsabilidade com a participação feminina na política....	119
Calvário: a ferida aberta	123
O olhar para a violência política contra as mulheres.....	129
CAPÍTULO 5 – “Eu tive que me impor” – a experiência política de Camila Toscano.....	136
Camila, sobrenome Toscano.....	142
A atuação política de Camila na Assembleia Legislativa da Paraíba.....	146
A campanha e o episódio que levou a denúncia de crime pela lei 14.192/21.....	154
A experiência partidária.....	165

APRESENTAÇÃO

Você pode até achar que não sabe o que é violência política de gênero, mas você já deve ter presenciado, acompanhado pelos meios de comunicação ou ouvido falar. Silenciar o microfone ou não permitir que uma mulher fale em público ou na tribuna, excluir das construções políticas, dos recursos eleitorais e até dos palanques, além dos assédios sexuais, ameaças e desqualificação, são exemplos do que as mulheres vivenciam cotidianamente quando rompem o casulo do lar e ousam participar dos espaços públicos.

Aqui, peço licença às personagens para escrever sobre partes de suas vidas, honrando suas coragens e sendo solidária com suas dores. Muitas outras podiam estar aqui, pois mesmo a Paraíba sendo um estado marcado pelo conservadorismo na política, temos muitas mulheres construindo os espaços sociais, com a vontade latente de ver um mundo melhor e, apesar das barreiras, doam suas melhores versões para a construção de uma política mais inclusiva e respeitosa.

Este livro-reportagem, dividido em cinco capítulos, é um convite ao leitor e à leitora para mergulharem não só na vida das mulheres, mas também conhecerem os bastidores da política paraibana, bem como o outro lado da história de alguns acontecimentos que marcaram o cenário político. O primeiro capítulo é intitulado ***Violência política contra a mulher: vamos romper o silêncio***, o qual traz o cenário do Brasil e da Paraíba no quesito de representação feminina na política, além de fazer um passeio, de forma breve, pelo caminho percorrido da Lei 14.192/21, que combate a violência política de gênero.

O capítulo 2, “***Não é coragem, é necessidade***” – ***Jô Oliveira***, traz a vivência política da vereadora no seu primeiro mandato. Jô relembra seu despertar para a política representativa, após anos de militância partidária e nos movimentos sociais. Traz de forma pedagógica e envolvente seus desafios diante desse universo, inclusive as conquistas e a alegria de poder, como mulher negra, contribuir para que outras meninas e mulheres se interessem pela política e sua construção.

Já no capítulo 3, vamos nos encontrar com a história de Márcia Lucena, uma professora que tem na educação e na arte um farol para sua vida e sua trajetória política. Com o título “***Eu me sinto mutilada, arrancaram minha vida***” – ***Márcia Lucena***, esse capítulo

traz não só poesia e força, como também, uma aula de resiliência, já que se trata de uma professora.

O capítulo 4, intitulado “*Foi difícil manter a minha presença quando tudo dizia: você não deve existir!*” – *Estela Bezerra*, é um passeio pela história de uma mulher negra, lésbica e referência feminista que se tornou pioneira em várias áreas da vida pública. Ela é um exemplo de resistência, pois de onde não se esperava nada, a vida brotou, regada a muita luta e persistência.

Já o capítulo 5, “*Eu tive que me impor!*” – *Camila Toscano*, traz um passeio pela história da deputada Camila, a qual vem de uma família tradicional da política paraibana. Ela, que tem uma trajetória diferente das outras personagens, comprova que a violência política está presente na vida de todas as mulheres, de forma diferenciada, mas nenhuma escapa. Camila buscou ser respeitada, honrando de onde vinha, mas buscando sua própria personalidade na política. O livro-reportagem “*Rompendo o casulo: a violência política de gênero e a resistência das mulheres nos espaços de poder*” proporciona o entendimento das violências sutis e agressivas que as mulheres sofrem no partido, no período de campanha e nos espaços de poder. É bonito enxergar também que as mulheres estão rompendo o silêncio, assentando o terreno da política com respeito e abrindo novas portas para que outras entrem e fortaleçam a democracia, no seu sentido mais completo. Que mais casulos sejam rompidos, que mais mulheres voem seguras e livres em todos os lugares que queiram chegar e permanecer.



**Violência política contra a
mulher: vamos romper o
silêncio.**

CAPÍTULO 1

Violência política contra a mulher: vamos romper com o silêncio.

“Me tornei borboleta quando percebi que o casulo me sufocava”

Cecilia Sfalsin

Vamos entrar num território que, por muito tempo, nós mulheres, não podíamos nem nos atrever a falar, muito menos participar. A nós, reservaram o espaço privado, o da casa, onde o cuidado com as pessoas e com o lar era nossa maior e importante atividade. Nos prenderam num casulo e achavam que já era o suficiente, já que o que nos restava era apenas se arrastar nos anseios do que a sociedade esperava de nós. Mas, algumas mulheres começaram a se incomodar, se indignar, estudar, refletir, se encorajar e perceberam que o casulo estava apertado demais para o que estava florindo dentro delas. E assim, começaram a romper, ir contra os papéis sociais, se indignar pela falta de oportunidade, lutar por direitos iguais. Meio sem jeito, sem saber o caminho, criaram coragem, libertaram suas asas e voaram, meio perdidas, mas decididas a fazer uma trajetória, encantando com suas cores e histórias, mostrando a outras mulheres que era possível.

Foi fácil? Não. Doeu bastante e ainda dói. Mas é assim que as lagartas se transformam em borboletas. O poder da liberdade de voar por onde quiser vale toda metamorfose e suas dores. Decidir mudar é igual ao que Guimarães Rosa já falou, “é um rasgar-se e remendar-se” cotidianamente. Muitas mulheres conseguiram sair de seus casulos, ocupar vários espaços públicos, mas desde as primeiras experiências dessa ousadia, foram colocadas em situações de constrangimentos, sendo apontadas por julgamentos morais, excluídas por preconceitos e ameaçadas por estarem em espaços que não foram convidadas, ou seja, não são bem-vindas.

A política e seus espaços de poder são instrumentos para as transformações da realidade. É o caminho por onde passam as garantias dos direitos, as decisões para viver em coletividade e é por onde avançamos no modelo de sociedade que queremos. Ficar de fora desses espaços é silenciar pautas e estagnar na cidadania. Por isso, os grupos sociais buscam abrir espaços para participarem desse universo tão necessário para uma vida com respeito ao diferente e a equidade de oportunidade.

Mesmo antes de 1932, quando a população feminina conquistou o direito de votar e ser votada, as mulheres buscavam participar de movimentos sociais, na tentativa de garantir

sua cidadania ativa na política. Mas elas enfrentaram barreiras que foram naturalizadas e, até os dias atuais, são empecilhos para chegarem aos espaços de poder e/ou permanecerem. Esses obstáculos chamamos agora de violência política de gênero. Foi importante tipificar para desnaturalizar e combater. Conforme a lei 14.192/21, considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher. E, apesar de mais de 90 anos do sufrágio feminino, o Brasil ainda ocupa as piores posições no quesito representação feminina na política na América.

O cenário político do Brasil e da Paraíba

O Brasil é um país rico em belezas naturais, tem uma cultura diversa e valiosa, mas ainda é atrasado politicamente. Seus movimentos sociais são organizados, o país tem um importante papel na representação internacional, apesar de ainda conviver com um poder que não representa a realidade, excluindo grupos sociais dos espaços de decisão. O país sofre as consequências de uma nação em que a política é um espaço para poucos, onde a população não participa dos rumos da sociedade e onde os interesses de grupos políticos estão acima das necessidades reais do seu povo. As consequências dessa realidade são de um país que, até 2022, tinha 21,1 milhões de pessoas passando fome², além de um total de 1,4 mil feminicídio³ por ano e uma taxa de desemprego de 8%⁴. Tudo isso tem a ver com política.

Se tirarmos uma foto do cenário político brasileiro até as eleições de 2022, veremos uma imagem composta, majoritariamente, por homens brancos. Mas você pode perguntar: o que isso tem a ver com toda a conversa lá de cima? E eu te respondo: tudo! Só teremos mudança na sociedade, se os diversos grupos sociais passarem a ocupar, também, os espaços de poder, formulando políticas públicas que garantam mais direitos para essas populações historicamente excluídas. A pluralidade, neste caso, fortalece a democracia e garante mais justiça social.

2 Dados do relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição do Mundo”, realizado pela ONU para Alimentação e Agricultura, 2023

3 Dados do Monitor da Violência. O estudo aponta ainda que a cada 6h, uma mulher é morta por seus companheiros ou ex- companheiros.

4 Dados retirados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2022.



Foto do site JusBrasil.

Vamos fazer um recorte, trazendo a realidade da população feminina. Em 2022, as mulheres brasileiras representavam 51,1% da população e, do total de eleitorado, o público feminino era de 51,65%⁵. Mas, mesmo sendo a maior parcela do povo, as mulheres não estão em maioria nos espaços de poder. O Brasil ocupa uma das piores colocações quando se trata de representação feminina na política. Dos 191 países pesquisados pela União Interparlamentar ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil ocupa a 140ª posição, conforme mostra a Figura 1, retirada do site Poder 360.

5 Dados do Tribunal Superior Eleitoral.

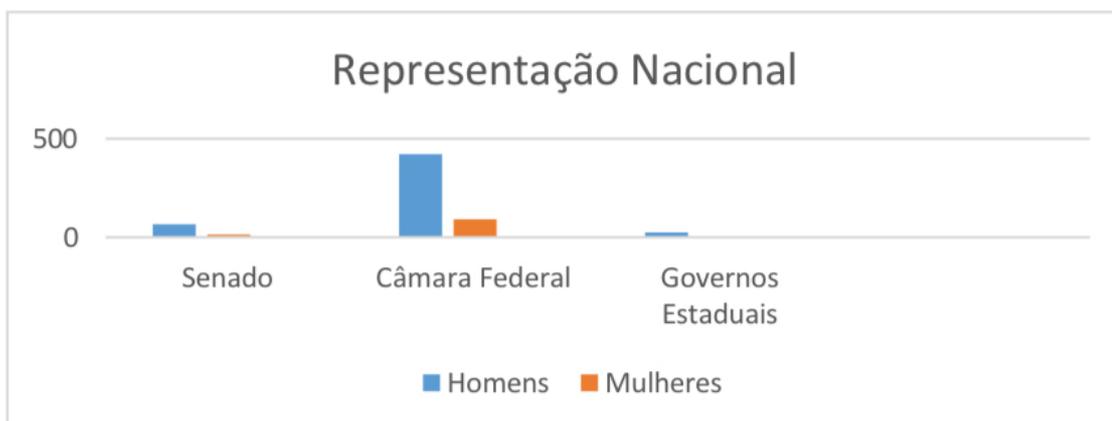
Figura 1 – Ranking dos países na representação feminina nos legislativos



Fonte: site Poder 360.

Nas eleições de 2022, as mulheres conquistaram 18% das cadeiras da Câmara Federal. Isso representa 91 deputadas para 422 homens. Já no Senado, os números são de 66 representantes masculinos, para 15 senadoras, sendo quatro suplentes que assumiram com a vacância dos senadores titulares. Olhando para os governos estaduais, dos 27 gestores, apenas duas mulheres estão à frente: uma em Pernambuco e outra no Rio Grande do Norte. Podemos visualizar melhor esse panorama na Figura 2, em que percebemos o quanto estamos atrasados na igualdade de representação política no Brasil.

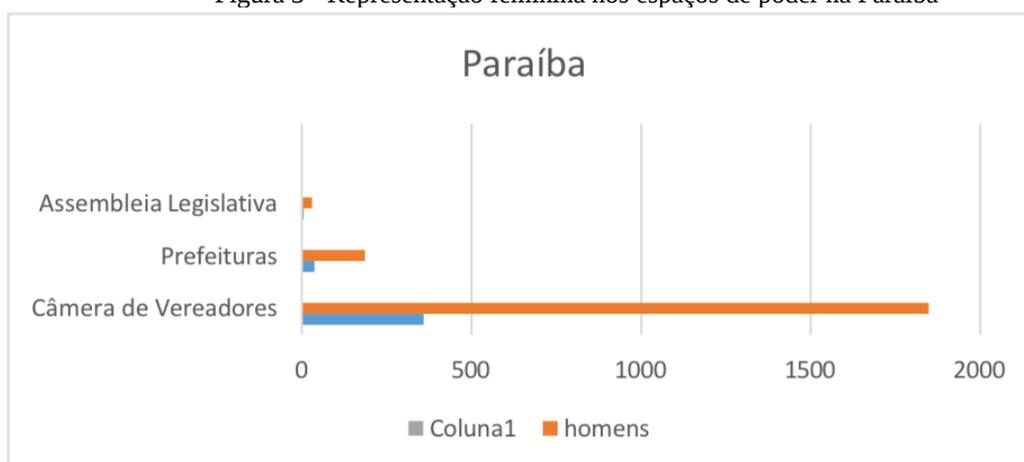
Figura 2 – Representação feminina nos espaços de poder Nacional



Fonte: autoria própria, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Na Paraíba, a conjuntura não é diferente. Das 36 cadeiras da Assembleia Legislativa, apenas 6 são ocupadas por mulheres, representando 16,6%. Na realidade municipal, dos 2.207 vereadores espalhados pelos 223 municípios da Paraíba, apenas 359 são mulheres. Além disso, somente 37 são prefeitas, o que representa 18% do total de municípios (Figura 3). A Paraíba conta com uma senadora e, nas eleições de 2022, o estado foi um dos quatro que não elegeu nenhuma mulher para a câmara federal.

Figura 3 - Representação feminina nos espaços de poder na Paraíba



Fonte: autoria própria, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Para as mulheres entrarem na política e sentarem numa cadeira parlamentar, alguém precisa levantar e sair. Essa não é uma tarefa fácil. Por isso, desqualificar as mulheres que chegam ao poder e atacar as legislações que as protegem são algumas das estratégias para desestimulá-las a permanecerem ou influenciá-las a desistirem da vida pública.

Violência política contra a mulher: uma barreira para a participação feminina

A violência política de gênero só veio ser tipificada recentemente, mas esta problemática é vivenciada pelas mulheres desde muito tempo. Em cada tentativa de adentrar num universo dominado pelos homens, é possível perceber a presença de atos de ódio e intolerância contra as mulheres. A cidadania feminina chegou bem tardia e, por mais que se avance em outras áreas, a presença da mulher é quase invisível no mundo da política. O cenário do poder, no Brasil, é composto, majoritariamente, por um sexo, uma cor e uma orientação sexual. Não representa a diversidade da população brasileira.

Mas, o que seria a violência política contra a mulher? É a violência composta por ações e condutas ou omissões, baseadas no gênero, de forma individual ou grupal, que tenha como objetivo ou resultado minar, anular, impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos das mulheres e de participar dos assuntos políticos e públicos em condições de igualdade⁶. Silenciar microfones, acusar de desequilibrada, excluir de comissões parlamentares importantes, desqualificar, assediar, publicizar a vida pessoal, insinuar situações sobre a vida sexual, são alguns exemplos de violência política de gênero.

O Brasil conta com algumas legislações que tentam garantir a participação e a permanência das mulheres na política. Esses instrumentos jurídicos são importantes porque pautam a problemática da sub-representação feminina e condenam situações que foram naturalizadas. Por outro lado, essas legislações sozinhas não serão capazes de mudar a cultura machista impregnada na política brasileira. No Quadro 1, listamos leis conquistadas pelas mulheres, mas que também, com elas, surgiram desafios a serem enfrentados.

6 Conceito tirado da dissertação de FRANCO, Adriana Alves, intitulado: A violência política de gênero: do conceito à realidade brasileira, 2022.

Quadro 1 –Legislações que fortalecem a participação das mulheres na política

Ano	Instrumentos Jurídicos	Conquistas	Desafios
1997	Lei 9.504 – Lei de Cotas	A lei garante uma RESERVA de cotas, visando estimular a participação das mulheres.	O termo “reserva” não exigia dos partidos o cumprimento da lei e muitos resistiram a buscar e estimular as candidaturas femininas.
2009	Alteração na lei autoral - Art. 10	A alteração substituiu o termo reservar para PREENCHER, isso obrigou os partidos a inserir as mulheres nas candidaturas proporcionais.	Por não conseguirem cumprir a cota de mulheres, os partidos começaram a lançar “candidatura laranja”, muitas vezes forçando e constrangendo as mulheres.
2018	Resolução 23.568 - STF	Reserva de ao menos 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para financiar candidaturas femininas, bem como destinar o mesmo percentual para inserção na propaganda eleitoral	Muitos partidos não cumprem essa resolução ou repassam a “candidatura laranja”, desviando em seguida para as candidaturas prioritárias do partido, ou seja, os candidatos homens.

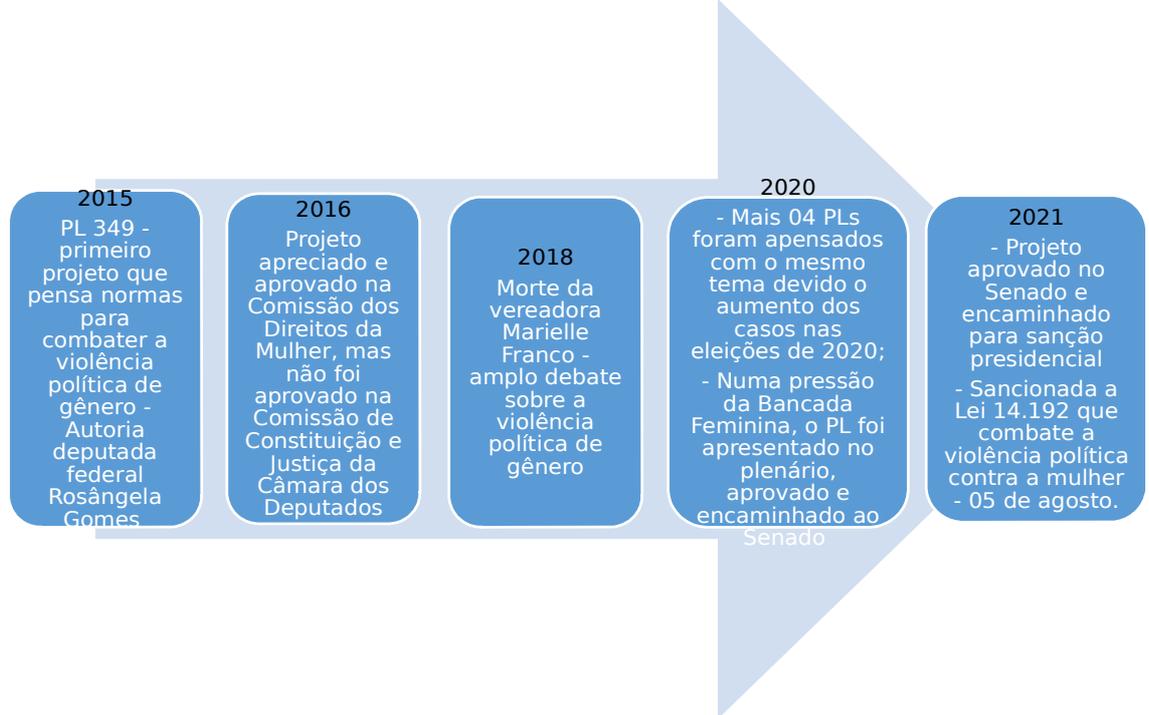
		gratuita.	
2021	Lei 14.192 – Lei de combate à violência política contra a mulher.	Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.	Lei que precisa ser visibilizada, com campanhas, ações de formação, entre outras, para desnaturalizar ações que constroem e violam o fazer político das mulheres.

Fontes: autoria própria, a partir de dados do TSE – Tribunal Superior Eleitoral / Prof. Dra. Marlise Matos – Palestra no canal da PUC Minas Livres, 2021.

Apesar dos desafios a serem enfrentados, esses instrumentos jurídicos são alicerces para a construção de uma política mais inclusiva, plural e justa. A última lei sancionada, que combate a violência política contra a mulher, teve uma longa trajetória até se concretizar num instrumento de denúncia e, também, de mudança de mentalidade. Foi preciso criminalizar para poder vislumbrar um ambiente mais saudável e respeitoso para as mulheres na política.

O primeiro projeto de lei apresentado foi o PL 349/2015, pela deputada federal Rosângela Gomes (Republicanos/RJ). O projeto percorreu as comissões e só entrou em pauta no plenário da câmara federal, em dezembro de 2020. No Senado, o trâmite foi mais rápido e, em agosto de 2021, a Lei 14.192 foi sancionada. Segue uma linha do tempo (Figura 4) para entender o trajeto da lei que garante mais proteção às mulheres, desde as campanhas eleitorais até o exercício dos seus mandatos.

Figura 4 – Percurso da Lei 14.192/21



Fonte: Fonte: autoria própria, a partir de dados da Cartilha “O que é violência política contra a mulher?” – Câmara dos Deputados, 2022.

A lei 14.192/21 é considerada uma legislação nova, mas se apresenta com uma reparação da dívida histórica que o mundo político tem com as mulheres. A ausência, nas decisões da sociedade, trouxe consequências para a população feminina que ainda sofre com problemas sociais como a violência doméstica e sexual, a desigualdade salarial e a extrema pobreza. Debater, pesquisar, informar, bem como estimular a participação das mulheres na política é tarefa dos partidos, dos governos, dos parlamentos, das instituições de educação e dos meios de comunicação. Assim, fortaleceremos os direitos já conquistados, mudaremos o cenário político e alargaremos a democracia.



**"Não é coragem, é necessidade" -
Jô Oliveira.**

CAPÍTULO 2

“Não é coragem, é necessidade” – Jô Oliveira



Foto retirada do Instagram @jooliveirapb.

Quando eu tinha uns 11 anos, estudava numa escola municipal de um bairro periférico de João Pessoa, capital da Paraíba. Nesse período, eu participei de um projeto em que escolhiam representantes para compor a “Prefeitura Mirim”. Eu fui escolhida secretária municipal de educação. Era o cargo, depois do prefeito, mais importante. Eu me recordo, vagamente, de ter visitado o gabinete da secretária de educação, conversado com a titular da pasta e ter sido recebida com um lanche delicioso. Estava me sentindo envergonhada, não entendia bem, mas estava gostando. Lembro que uma das atividades era participar de uma

audiência na câmara de vereadores de João Pessoa. Apesar de parecer entediante, era legal porque encontrava os outros estudantes que participavam do projeto.

Aquele lugar que era para ser de toda a população, não tinha mulheres. Eu não tinha consciência de nada, mas percebi que só nos apresentaram homens como vereadores. Do sexo feminino, só estavam algumas assessoras da câmara e da prefeitura, além de algumas crianças (como eu) que participavam com secretárias municipais mirins. O ano era de 1991 e o prefeito da época era Carlos Mangueira, que tinha assumido o cargo após a renúncia de Wilson Braga, prefeito eleito em 1988.

Essa memória de infância surgiu em meio à conversa com a primeira mulher que resolvi entrevistar, Jô Oliveira. Ela é vereadora da cidade de Campina Grande, segunda maior da Paraíba. Sinto que algo me marcou ao ver Jô como vereadora. Talvez, inconscientemente, eu já desejasse, naquela época de infância, ter encontrado mulheres na câmara de João Pessoa, assim, quem sabe, eu me sentiria mais representada e mais à vontade naquele ambiente.

Jô estava em João Pessoa cumprindo algumas agendas. Veio para o lançamento da exposição “Mulheres pela democracia”, o qual destaca personagens femininas pioneiras em cargos de poder. Jô era uma das homenageadas por ser a primeira vereadora negra de Campina Grande. A exposição foi organizada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB). Logo após, a vereadora participaria de um programa de rádio. Aproveitei o espaço e marcamos um encontro num shopping próximo ao local da entrevista. Em certo momento, vejo aquela mulher negra, com uma flor de crochê num cabelo black maravilhoso (marca registrada de Jô), caminhando em minha direção, sorrindo e se deliciando com uma casquinha de sorvete na mão. Não tem como não olhar para Jô e não admirá-la pela força que deve ter tido para chegar onde chegou.

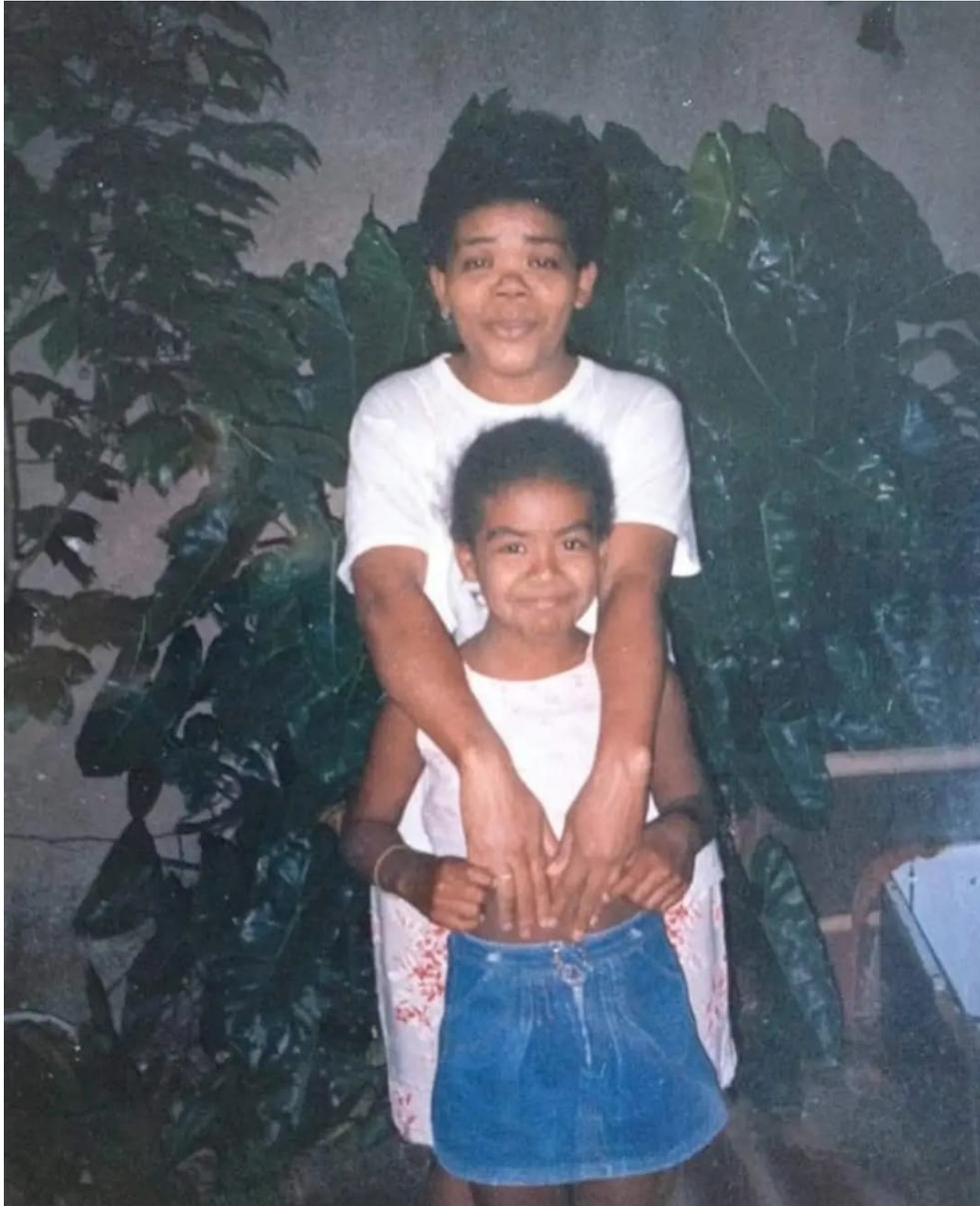


Foto do dia da nossa conversa. Assessoria de Jô Oliveira.

Para nós mulheres, restou uma carga de invisibilidade, preconceitos, violências e negações de direitos. Ver uma mulher negra, competente e comprometida com a justiça social, sem parentesco político, chegar à vereança de uma cidade conservadora e tradicional é ter esperança numa real democracia representativa.

Josilene Maria de Oliveira, a Jô Oliveira, é filha de Dona Basta, mãe solo e trabalhadora doméstica. Estudou em escolas públicas e cursou Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde, também, fez seu mestrado.

Jô e sua mãe Dona Basta



Arquivo pessoal.

Ela faz questão de afirmar que o despertar dela para a política formal foi após sua entrada na universidade. “Quando cheguei no curso de serviço social, tive uma recepção boa

dos movimentos sociais e dos partidos, especialmente do PT”⁷. Jô fez militância nos movimentos de juventudes, tanto na Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), como na Associação de Juventude pelo Resgate à Cultura e Cidadania (AJURCC), onde foi sócia-fundadora. Ela também fez parte do Conselho Municipal do Orçamento Participativo, do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, do Conselho Estadual de Juventude da Paraíba e da Rede de Jovens do Nordeste. Esses espaços foram formando, capacitando e fortalecendo a atuação política de Jô.

“Como mulher, a gente não é ensinada que a política é um lugar para nós. Mesmo a gente compondo os partidos, participando das atividades, fazendo muitas coisas, mas nunca na direção de ser candidata. Desde quando eu me filiei ao PT, conheci o MST⁸ e outros movimentos que foram contribuindo para minha formação, permitindo que a gente fizesse uma leitura diferente da realidade, a partir de um projeto de sociedade. Eu não imaginava que esse lugar de disputa poderia ser meu também”.

7 Partido dos Trabalhadores

8 Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Trabalho de Jô com a juventude



Arquivo pessoal.

A fala de Jô reforça a realidade muito comum nos partidos políticos. As mulheres estão nos bastidores, realizando eventos, assessorando a instância partidária em diversas áreas, mas não são prioridades nas escolhas para as candidaturas. Quando questionei onde a chave virou e ela percebeu que poderia estar no lugar de disputa e pleitear uma vaga na Câmara de Campina Grande, ela respondeu: “foi uma avaliação coletiva, a partir da experiência de coordenar na cidade uma campanha para deputada estadual”.

“Isso começou a ser ventilado em 2015. Nós ficamos responsáveis por organizar a campanha de Estela Bezerra em Campina Grande, na eleição de 2014. Mesmo sendo da cidade e entendendo a política local, não tínhamos vivenciado a dinâmica de uma eleição tão de perto, coordenando. Após essa experiência, o grupo formado começou a pensar e se questionar sobre a possibilidade de pensar

Campina, ocupando os espaços, ampliando o grupo, já que estamos apontando que só tem uma mulher na câmara, que as famílias tradicionais vivem se revezando no poder, como vamos mudar isso?”.

Nessa época, Jô, que era filiada ao PT, passou a ingressar o Partido Socialista Brasileiro (PSB), em que contava com o apoio da então deputada estadual Estela Bezerra, a qual ajudou a eleger em 2014. Jô colocou seu nome para a disputa nas eleições de 2016, obtendo 1.544 votos, ficando na primeira suplência, mas nunca chegou a assumir.

Jô recebendo o diploma de suplente de vereadora, 2017



Foto retirada do Instagram @jooliveirapb.

Em certo momento, lembrando desse processo eleitoral, Jô colocou uma experiência que ela achou marcante. Ela relata que em uma das atividades de campanha, já com todas as pessoas presentes, inclusive ela, alguém indagou se não ia começar e uma pessoa respondeu que ainda estava faltando o candidato chegar.

- Como assim, está esperando o candidato chegar? - Indaga Jô.

- Não é o rapaz Jô, o candidato? Estamos esperando por ele - responde à pessoa da casa que recebia a reunião.

- Eu sou Jô. Eu sou a candidata – se apresenta.

Esse constrangimento fez a candidata reforçar, em seus discursos, que existem outras possibilidades, que é importante a diversidade chegar na câmara. “É essa consciência de gênero, raça e classe que traz a gente para a política, exatamente, pela ausência. Não tinha mulher negra, não tinha mulher pobre, não tinha, não tinha, não tinha. É sempre ausência”. Jô por um instante silencia e volta afirmando que tudo isso é um processo de violência. “Aqui, na Paraíba, se você tem um sobrenome político, você já tem 70% do caminho andado. As pessoas que não têm, não são reconhecidas e, se for mulher, tem que ficar se justificando de onde vem, a capacidade que tem”.

A arena política ainda é um universo majoritariamente masculino. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na Paraíba, o processo eleitoral de 2020 elegeu 2.207 vereadores, nos 223 municípios. Desse total, apenas 358 são mulheres e, das eleitas, só 15 se autodeclararam pretas. A vereadora Jô Oliveira está incluída nesse número. As violências vivenciadas pelas mulheres nos espaços políticos são barreiras que dificultam as mulheres tomarem a decisão de concorrer a uma eleição e, também, são as principais justificativas para não permanecerem nesses ambientes.

Imagem de campanha de Jô Oliveira, 2016



Foto retirada do Instagram @jooliveira.

Os desafios do cotidiano da Câmara de Vereadores de Campina Grande

A violência política de gênero sempre esteve presente na vida das mulheres que ousaram encarar a vida pública, rompendo com o papel de submissão que lhes cabia. As mulheres conquistaram o direito à educação e, segundo o IBGE, as mulheres têm se capacitado mais, sendo mais de 19% da população com superior completo, enquanto os homens apresentam um percentual de 15%⁹. No mercado de trabalho, as mulheres ocuparam diversos espaços, mas ainda sofrem com a dura realidade da diferença salarial. É como se

9 Dados do IBGE, 2022.

abrissem espaços para elas, mas limitassem, tendo as mulheres que provar, o tempo todo, suas competências.

Jô Oliveira na Câmara de Vereadores de Campina Grande



Foto Instagram @jooliveirapb

Jô sofre ainda hoje com essas violências veladas. Muitas vezes, “elogios” que escondem um universo de preconceitos normalizados.

“Uma coisa que me assusta muito é você chegar num determinado local, fazer uma fala e as pessoas te abordarem, dizendo: nossa, como você fala bem; como você entende do assunto. É como se, antecipadamente, as pessoas imaginassem que, ou a gente não saberia falar, ou não entendesse de determinado assunto,

principalmente, se forem assuntos que não são do universo feminino. Até hoje passo por isso”.

A vereadora reforça que os marcadores sociais que ela traz de ser mulher, preta e vinda de movimentos sociais, geram nas pessoas a ideia de que não pode ter uma fala centrada, linear, qualificada, com propostas resolutivas. Ainda falando deste assunto, Jô lembrou de um caso que passou, recentemente, com um jornalista que a abordou num momento de lazer, como ela mesmo disse: “numa festa badalada de um segmento importante da cidade”. Ao chegar no evento, o jornalista a aborda para ser entrevistada e diz:

- Acompanho seu mandato. Eu vejo tudo que vem fazendo. Mas saiba que eu estou de olho, viu?!

- Que bom que você tem acompanhado nosso trabalho - responde Jô.

- Você tem mostrado capacidade e a gente não espera menos de 100% de você - Acrescentou o jornalista.

Jô disse que seguiu na festa, mas quando chegou em casa e começou a refletir, se sentiu incomodada e se questionou: “será que ele cobra 100% dos outros? Será que ele tem acompanhado a atuação dos vereadores e pega no pé? Fiquei refletindo como isso pesa para nós”. Após relatar, Jô sorriu e disse que aguardava ansiosa encontrar novamente esse mesmo jornalista para fazer todos esses questionamentos a ele.

O ambiente político foi construído por homens e para eles. As mulheres chegam nesse universo após anos de luta, buscando a equidade nesse espaço, pautando temas específicos, mas enfrentam desrespeito e não só ataques políticos, mas também pessoais.

“Quando tenho a oportunidade de fazer falas nas escolas, universidades, tenho sempre colocado que as mulheres podem sonhar em serem médicas, professoras, psicólogas, mas também podem se abrir para pensar em ser vereadora, deputada,

senadora, presidente. Não nos prepararam para a política. Ainda somos poucas e isto fortalece a violência política contra nós. Não é que vá acabar, mas seremos muito mais abordando, denunciando, se organizando. É cansativo estar o tempo inteiro denunciando as violências vividas na política e em outros espaços. A política é o lugar onde construímos saídas para isto”.

Palestra em escola estadual



Foto Instagram @jooliveiraph

Questionada se ela identifica violências no fazer político de seu mandato na câmara de Campina Grande, Jô responde positivamente. Peço que ela relate algumas dessas violências vivenciadas. Ela já começa a falar da primeira que, ao que me pareceu, foi a que mais a marcou no exercício da legislatura.

“Eu tinha chamado uma audiência pública para discutir sobre a regulação dos leitos em Campina, por conta das questões cardiovasculares, porque os hospitais

públicos não estão dando conta desta demanda. Era um problema recorrente, as pessoas denunciando muito nas redes sociais, porque teve um impacto grande após a covid, as pessoas ficaram com sequelas e as questões cardiovasculares eram uma dessas. Tinha uma demanda urgente. Pensamos em fazer a audiência pública para debater e achar caminhos. Fiz o requerimento, apresentei, foi aprovado. No dia da audiência, estavam todos os convidados na câmara. Governo Estadual, Prefeitura, sociedade civil, todo mundo. Nesse dia, estava tendo sessão antes e eu estava secretariando e, ao mesmo tempo, monitorando a audiência que ocorreria logo em seguida”.

Jô continua o relato e diz que, em um dado momento, um dos vereadores pediu a palavra e disse:

- Estamos todos aqui atentos porque terá uma audiência muito importante e eu queria sugerir ao presidente que ele conduzisse os trabalhos da audiência, porque a vereadora que convocou, sem qualquer demérito, ela lida com pautas específicas, com a questão das mulheres, com a questão da juventude, não sei se teria condições de presidir ou conduzir esse trabalho – Sugeri o vereador.

- Presidente, eu escutei isso mesmo? Ele está dizendo que não tenho capacidade de conduzir a audiência? - Questionou Jô com bastante sentimento de raiva.

Indignada, foi até o presidente e ameaçou fazer barulho caso ele aceitasse a sugestão. Ela se sentiu profundamente ofendida e brigou pelo direito de conduzir a audiência que o seu mandato tinha convocado. O clima ficou tenso na sessão e o presidente respondeu ao vereador.

- Não é de praxe este tipo de coisa e, mesmo que não seja regimental, quem chama a sessão é quem preside. Eu apenas faço a abertura e passo a presidência para quem convocou a audiência – disse o presidente da câmara.

Em seguida, Jô pediu a fala. Segundo ela, não poderia ser diferente, após uma fala tão preconceituosa e desrespeitosa do vereador.

- Não é o fato de eu ser mulher preta e ter na minha carta programa que eu tenha sempre que tratar desses assuntos e que eu não possa, necessariamente, discutir saúde, assistência, educação - rebateu a vereadora.

Esse fato marcou o início da carreira como parlamentar. É nítido como ainda a deixa indignada. Ela diz que parece que querem reduzir a atuação dela. “A gente fica o tempo todo fugindo das caixas e, nesse lugar, querem colocar a gente nas caixas também”.

Essa experiência trazida por Jô faz pensar que, quando nos limitam só as pautas femininas, como, por exemplo, os assuntos ligados ao cuidado, o debate da violência contra a mulher, as sessões do dia internacional da mulher, é uma forma de limitar a atuação das mulheres e, é também violência. Todas essas pautas são importantes para o avanço dos direitos femininos e têm que ser tratadas, mas as mulheres querem e devem ser incluídas também nos debates da economia, política, educação, entre outros, que transformam as estruturas sociais da sociedade.

Outra situação relatada e que ganhou destaque na imprensa foi numa audiência sobre a cultura, em que um assessor da vereadora presenciou uma fala racista e misógina de um vereador nos corredores da câmara, pouco tempo antes do evento.

- O que foi que aconteceu? - Perguntou Jô ao ver seu assessor nervoso.
- Eu estou sem saber como agir. Eu estava nos corredores dos gabinetes quando escutei um vereador dizer: eu vou lá acompanhar essa audiência chamada por esta “nega”, tenho tempo para isso não – relatou o assessor à vereadora.

Jô faz um parêntese no meio do relato para dizer que o assessor ficou “em choque” e que às vezes acontece isso. “A gente nunca espera a violência porque chegamos nesse lugar nas mesmas condições, pelo voto e, às vezes, a gente paralisa diante dos tratamentos diferenciados”. Após esse desabafo, ela retoma o acontecido. Conta que, na hora em que o presidente a chama para fazer a justificativa da audiência, ela pede licença e denuncia o ocorrido.

“Estou entristecida e irritada porque tenho que ouvir um colega de casa dizer que não ia participar do debate, que é importante para a cidade, porque é uma pauta minha, dessa “nega” aqui”.

Segundo Jô, foi um alvoroço no outro dia, na sessão ordinária. As pessoas estavam pressionando-a a dizer quem tinha sido o vereador que tinha feito a fala preconceituosa, porque a imprensa estava especulando. “A gente diz que o Brasil é racista, mas a gente não se reconhece racista. Ninguém queria levar a fama de racista”. Apesar de toda pressão, a vereadora não citou o nome do parlamentar para não prejudicar o assessor que, segundo ela, na relação entre os vereadores, era a figura mais frágil que poderia sair prejudicada.

Sessão Especial em alusão a Consciência Negra, 2023



Foto do Instagram @jooliveirapb

Diante desse relato, perguntei a Jô se ela acredita que tenha alguma diferença na relação com as vereadoras brancas da casa legislativa. Sabemos que todas as mulheres sofrem tipos variados de violências na política, mas será que com a mulher negra é mais acentuada?

“Às vezes, eu percebo essa diferença. Com algumas, o tratamento é diferente até pelo sobrenome. Tem a história do marido, do ex-marido. Elas são atravessadas pelo passado ou relação familiar que chega antes e amortiza um pouco mais a violência. Para gente não! A batida é seca. Não tem arroteio. Quando é para generalizar, generaliza sempre pelo ruim”.

Ainda passeando pela memória, Jô trouxe outro acontecimento que também veio a público.

Sim, porque é importante lembrar, e a vereadora reforça isso, que há muitas violências vivenciadas pelas mulheres no cotidiano da política que são sutis e sem holofotes.

Após mais de dois anos de mandato, em uma sessão com uma pauta polêmica que tratava dos empréstimos da prefeitura, a câmara reforçou a segurança da casa legislativa, com receio de tumulto durante a sessão. Na porta que dava acesso do estacionamento para o plenário dos parlamentares, colocaram um segurança novato e Jô, ao chegar no recinto, foi impedida de entrar pelo segurança, de forma truculenta, por não reconhecer ela como vereadora.

- Aonde você vai? - Perguntou o segurança empurrando Jô.

- Eu sou vereadora e quero entrar para a sessão – respondeu a parlamentar

Vereadora de oposição foi barrada em sessão da CMCG para aprovar empréstimo

Por Maurílio Júnior

31/03/2023 - 20:40 🔥 2 💬 0



Jô Oliveira. (Foto: Divulgação)

A vereadora Jô de Oliveira (PCdoB) foi impedida de entrar no plenário da Câmara Municipal de Campina Grande para participar da sessão extraordinária desta sexta-feira (31/3) para aprovar o empréstimo de US\$ 52 milhões do prefeito Bruno Cunha Lima (PSD) junto ao Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). Só depois de muito sacrifício, a parlamentar conseguiu entrar no plenário. Jô relatou a situação durante a sessão antes da decisão judicial que cancelou a votação nesta sexta-feira. Uma vergonha!



Fonte: Blog Maurílio Júnior

Nesse lugar, tinha um grupo de pessoas que começaram a fazer barulho, afirmando que Jô era vereadora. Ao entrar na sessão, a parlamentar usou a tribuna para denunciar o que aconteceu. “Uma das coisas que não tenho deixado passar é de relatar essas coisas que vivemos”.

- É um absurdo colocar pessoas na porta que se prestam ao papel de barrar o cidadão, que já é um problema, e essas pessoas não sabem nem que são os vereadores da casa – disse Jô na sua fala na tribuna da câmara.

- Você se lembra se nesse dia algum homem, vereador, foi barrado também? – Pergunto a ela.

- Pois é, qual o referencial que ele tinha de vereadores e vereadoras da casa? Ele não tinha obrigação de me conhecer, mas também não podia me empurrar ou me tratar daquela maneira. Ainda teve algumas pessoas que ficaram dizendo que eu queria aparecer, porque ele não tinha o dever de me conhecer (porque sempre tem pessoas que falam esse tipo de coisas). Foi difícil a situação e ainda ter que ficar se justificando que não queria aparecer, mas sim o mesmo tratamento das outras pessoas eleitas da casa – expõe a vereadora.

Jô Oliveira na atuação de seu mandato de vereadora em Campina Grande



Foto do Instagram @jooliveirapb

Jô ainda desabafa que no dia a dia outras tantas violências acontecem. “A gente está falando e eles falam mais alto. A gente pede silêncio e eles dizem que a gente quer ser o centro das atenções. Dizem que eu tenho o tom professoral, querendo dar aula”. O ambiente político é hostil para as mulheres até hoje. Situações como “cortar” o microfone e silenciar os discursos das mulheres, interromper as falas, não convidá-las para debates políticos, são formas de invisibilizar a atuação das mulheres no parlamento. Muitas vezes, elas são taxadas de desequilibradas, loucas ou histéricas quando estão fazendo debates acirrados, defendendo suas posições. Neste caso, na nossa conversa, Jô confessa que ela busca se policiar, fugindo desses estereótipos que são jogados às mulheres que estão na política.

“Eu falo muito. Eu sou muito efusiva. Às vezes, estou falando e meu tom de voz aumenta. Mas nos temas mais sensíveis, eu fico tentando controlar o tom de voz para que eu não aumente e eles já comecem a dizer que estou perdendo o controle. É muito difícil ficar se policiando para não cair nesta peste de desequilibrada. Eles só esperam isso para dizerem que é comunista, descontrolada. Já teve uma situação de um vereador ficar falando que a esquerda é um bando de desocupados e outras coisas. Nisso, um assessor estava filmando o vereador e olhando para mim, porque se eu fizesse qualquer reação contrária, ele viraria a câmera para pegar minha reação. É muito chato e cansativo isto!”.

O processo de desconstrução dos papéis sociais é lento. Mesmo com diversas ações afirmativas, como legislações que estimulam a participação feminina na política, os avanços têm acontecido, mas não na velocidade que seria importante para avançarmos em

cidadania. Uma das tantas coisas que Jô falou e me tocou foi a relação do quanto precisamos avançar na sociedade e quanto há de contradição.

“Quando eu venci as eleições, eu estava na mídia o tempo todo. Passamos meses falando da importância de se ter uma mulher negra no parlamento. A gente estava em todos os lugares sendo esse tipo de exemplo. Mas, na mesma medida que a gente chega à câmara, tinha uma mulher negra sendo resgatada do trabalho análogo à escravidão. Mulher negra, trabalhadora doméstica, quase 60 anos, há duas quadras da Câmara. Tem muito o que fazer ainda. Precisamos preencher esses espaços, chamar outras mulheres, fazer os convencimentos de que não somos rivais e a violência só será superada com toda a sociedade. Precisamos chegar nas câmaras, nas assembleias, no senado e resgatar, sempre, as outras para que não fiquem pelo caminho. Às vezes, é meio desesperador. Tem dias que me sinto de saco cheio, tem dias que tenho vontade de brigar, mas tem dias que só olho o movimento e tem dias que me pergunto: o que estou fazendo aqui?”

Jô abre o sorriso, respira e diz que sabe da finalidade e do compromisso com esse lugar. “Chegam outras pessoas com a gente e isso vale a pena”. A chegada de Jô à Câmara é também a vinda dos movimentos sociais e das pautas que, até então, não tinham espaço. Sem dúvida, abre caminhos para grupos minoritários entenderem que o parlamento é a casa de todos e é possível participar das decisões políticas que impactam diretamente na vida da população.

Falamos muito da importância de ter mais mulheres na política, mas Jô reforça que não podemos romantizar esse lugar. É um espaço que tem muitos desafios, mas quanto maior o número de mulheres, negras, LBT (lésbicas, bissexuais, transexuais femininas), maior a força para enfrentar as barreiras.

“Costumamos falar da parte bacana da representatividade, mas não podemos mentir para as coleguinhas e dizer que é fácil (risos). Não é fácil, mas bora! Eu escuto muito as mulheres falando que não teriam coragem, que me acham corajosa. Mas respondo que não é questão de coragem, é necessidade. Todo dia é uma guerra para se levantar e enfrentar tudo. É pela necessidade e, enquanto for necessidade, vai ficar pesado. Tem que equilibrar. Chegar lá não é fácil, mas é preciso”.

Marcha das Margaridas, 2023



Foto do Instagram @jooliveirapb

Campanha eleitoral: o desafio de não ser invisibilizada.

Decidir concorrer a um cargo público é um passo importante. Para as mulheres, existem obstáculos pessoais e partidários que precisam ser encarados para poder colocar seus nomes à disposição para o processo eleitoral. E, quando tomam a decisão, elas entram numa arena onde a luta é desigual. Vai para a disputa, expondo não só suas propostas, mas também sua sexualidade, aparência, vida pessoal e seu nível de competência. Além de enfrentar o cansativo processo de uma campanha, as mulheres têm que enfrentar, muitas vezes, a moralidade da sociedade.

Jô diz que sentiu o impacto maior na primeira experiência, em 2016. Segundo ela, foi um processo pedagógico, pessoal e coletivo. “As pessoas começaram a questionar o slogan da campanha: por que a cor de Campina? Nisso a gente tinha que fazer o debate, dizendo que a cor de Campina também era a minha. Esse trocadilho era um jeito de dizer que não pode ser só homem branco, mulher branca, não pode ser os mesmos nomes. Por que não podemos apostar entre nós? Por que não apostar diferente?”

A experiência de Jô na primeira eleição ajudou, segundo ela, a se sentir mais firme e preparada para as outras campanhas, de 2020 e de 2022. Mas ela destaca que, no processo eleitoral, as maiores violências são as enfrentadas nos eventos.

- Você poderia explicar melhor – pedi para a vereadora desenvolver.

- Sabe o que é violento na campanha? É você estar num determinado espaço e chegar a informação que só vai falar “sicrano” e você questiona, faz a disputa interna para garantir espaços em palanques. Eu não estou nem falando de verbas eleitorais, tempo de TV, estou falando da campanha, do dia a dia. Ver citar um “bocado de machos” para fazer o debate, bem como se apresentar como candidato e você perguntar: que horas eu falo? É o tempo todo fazendo esses enfrentamentos – responde Jô, com o tom de indignação.

Como muitas vezes as candidaturas femininas não são prioridades nos partidos políticos, as mulheres têm que fazer a disputa entre os próprios correligionários. As mulheres que não enfrentam terminam ficando invisibilizadas nos eventos partidários.

- E nas redes sociais, você identifica desrespeito à sua candidatura? – Pergunto, curiosa.

- Pouquíssimo. Era uma das coisas que me preparei - apesar de ninguém estar preparado para isso - por conta do que estávamos vivendo no país. Aconteceu, mas muito pouco.

Minha pergunta se deu, principalmente, porque após as eleições de 2018, o discurso de ódio contra mulheres, LGBTQIA+, negros e nordestinos, tomou conta do cotidiano brasileiro e conter essa permissividade tem sido um desafio até hoje na sociedade.

“Eu já ouvi algumas justificativas para me respeitarem, do tipo: você não é uma cidadã agressiva. As pessoas também já criam um estereótipo da gente. Acha que todo mundo tem o sovaco cabeludo, figura descompensada, que vai brigar com todo mundo. Eu já ouvi dizer comigo: você é uma esquerdista até moderada (risos). Eu sempre respondo: primeiro, minha mãe me deu educação. Segundo, não se engane, em algum momento eu vou para cima. Eu prezo pelo diálogo. Eu ainda prezo, inclusive, para que, independente do problema, a gente consiga apontar soluções e, mesmo que a gente se desentenda, nesse ambiente democrático, vale o diálogo. Mas se engrossar, a gente também engrossa”.



Foto de divulgação – assessoria de Jô Oliveira

Esses estereótipos, apontados por Jô, estão sempre presentes nas trajetórias das mulheres progressistas, de esquerda, as quais são colocadas como “radicais”, que tentam ganhar o debate no tumulto. Essa é uma forma de desqualificar as mulheres que, por muitas vezes, para serem respeitadas, precisam endurecer a fala e a postura.

- Certa vez, um vereador da direita me parou e disse que eu era foda. Dizendo que tinha outra imagem de mim, mas que eu era preparada, falava bem e trazia sempre números para embasar minhas falas. Disse admirar minha atuação, mesmo estando em lados ideológicos diferentes.

- E como será que ele te imaginava? – Perguntei a Jô.

- Com esses estereótipos alimentados pelo discurso de ódio que ele fazia – respondeu a vereadora.

Ainda sobre esse assunto, a parlamentar disse que os próprios funcionários da Câmara de Vereadores confessaram haver sempre uma tensão quando tinha evento do mandato de Jô. A preocupação se dava com a imagem de que a esquerda só ia para quebrar as coisas. “Pelo amor de Deus, vocês acham que a gente anda com um monte de selvagem? Selvagem no sentido pejorativo da palavra. Vocês acham que a gente fica em casa combinando que vai derrubar as coisas? Não é possível isso!” – Respondeu Jô aos funcionários.

O fazer político, de fato, traz muitos benefícios, principalmente, se tivermos pessoas que estão comprometidas com a equidade e justiça social. Mas é um campo minado para as mulheres, onde violências são naturalizadas ou tidas como brincadeira e, assim, umas mulheres vão silenciando, outras denunciando, algumas se culpando e todas resistindo, de um jeito ou de outro, para permanecer nesse espaço que também é nosso e é fundamental para garantir a vida digna de toda população.

Partido político, uma barreira a ser enfrentada

Os partidos políticos têm um papel importante para diminuir a sub-representação feminina na política. Nessas instâncias é que se definem as candidaturas, como elas serão apresentadas ao público eleitor e quais delas são prioridades. No Brasil, todos os partidos precisam cumprir a cota de, no mínimo, 30% de mulheres e as candidaturas femininas têm fundo partidário específico para garantir suas campanhas. Na teoria, tudo é ótimo, mas, na

prática, temos acompanhado partidos que lançam candidaturas “laranjas” para cumprir a cota e o recurso ser repassado para candidatos já consolidados na política.

Jô já está no seu terceiro partido. O primeiro que se filiou foi o PT, o qual passou 15 anos, depois foi para o PSB, ficando mais cinco anos e, desde 2019, está filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). “No partido, é a gente que organiza tudo, só não estamos na hora da representação. Foi assim comigo por muito tempo”.

- Você poderia falar mais sobre suas experiências nos partidos?

- Quando estava no PSB e a gente começou na dinâmica de pensar em lançar candidatura, já existia a obrigação da cota de 30% de gênero, mas não tinha ainda a questão do fundo eleitoral para as mulheres e nem a definição do tempo de TV. Na campanha de 2016, eu não recebi absolutamente nada, não tinha a obrigatoriedade. Tive uma contribuição de transporte, apoio em atividades, mas para a estrutura de campanha, não tive. Na campanha de 2020, já existiam recursos para as mulheres e, também, recursos para candidaturas raciais, inclusive, estava no processo bem inicial. Nesta campanha, eu já recebi do partido e da cota racial. A cada processo eleitoral, vamos tendo alguns ajustes dessa relação com os partidos e aquilo que a gente entende como obrigatório. Ainda não é na medida do que a gente espera, porque sabemos que, mesmo dentro do próprio partido, nem todo mundo tem o mesmo acesso.

Quando pergunto se ela, como vereadora, com uma atuação consolidada, teve o mesmo acesso aos recursos, comparado a outros candidatos na última eleição em que ela participou, em 2022, ela esbanja uma reação negativa e faz um desabafo.

“Eu tive um fundo partidário definido em reunião para todo mundo.

Depois descobrimos que tinha outro candidato que estava recebendo mais. Tivemos que fazer uma briga com a direção partidária para ter

um pouco mais. Mas a realidade é que recebemos menos de 50% desse outro candidato e tivemos quase a mesma votação. Isso ainda é um desafio que precisamos avançar”.

Atividade política, 2022



Foto do Instagram @jooloveirapb

Uma saída apontada por Jô para mudar essa realidade é que mais mulheres ocupem as direções partidárias e que haja um trabalho para que as candidaturas femininas tenham condições reais para enfrentar o processo eleitoral, acabando com as candidaturas “laranjas”. “Me dói saber que essa realidade acontece em todos os partidos, da ultradireita aos de esquerda”.

Jô tem se tornado um exemplo para que outras mulheres possam sonhar em ocupar os espaços de poder. Em algumas falas durante a nossa conversa, ela relata o quanto é parada nas atividades, nas ruas e na câmara, por mulheres que se sentem representadas por ela, ou que

passaram a acompanhar a política por conta da atuação dela, ou até querendo vivenciar esse universo político.

“Eu tenho encontrado mais mulheres dispostas. Acho que as mulheres que estão na política têm conseguido despertar alguma coisa, mesmo as que estão do outro lado ideológico, elas também cumprem um papel de despertar outras mulheres. O debate ideológico a gente faz nos espaços apropriados, mas é importante despertar para serem também outras mulheres e não as mesmas. Até nesse campo da política precisamos de renovação”.

Por essas horas, Jô já estava bocejando de sono. Ela tinha acordado às 4h da manhã, enfrentado a viagem de Campina Grande a João Pessoa num dia de chuva e trânsito parado. Já tinha participado de duas agendas e já estava há horas de conversa comigo. Resolvi ir terminando nosso papo, porque ela também precisava voltar para sua cidade. Mas antes do “até outro dia” (porque quero ter outros momentos com ela, claro), soltei a última pergunta:

- Você consegue vislumbrar alguns caminhos para diminuirmos a sub-representação feminina na política?

- Percebo sim. Quando olho, por exemplo, para a atividade que fui hoje, onde tinha uma exposição das mulheres pioneiras e vejo a primeira prefeita indígena da Paraíba, a primeira mulher negra vereadora de Campina Grande, a primeira jurista do TRE da Paraíba, um monte de primeiras, logo pensei que tem possibilidade. Não é um caminho fácil, mas estamos chegando – respondeu Jô, esperançosa.

Foto de campanha para deputada estadual, 2022

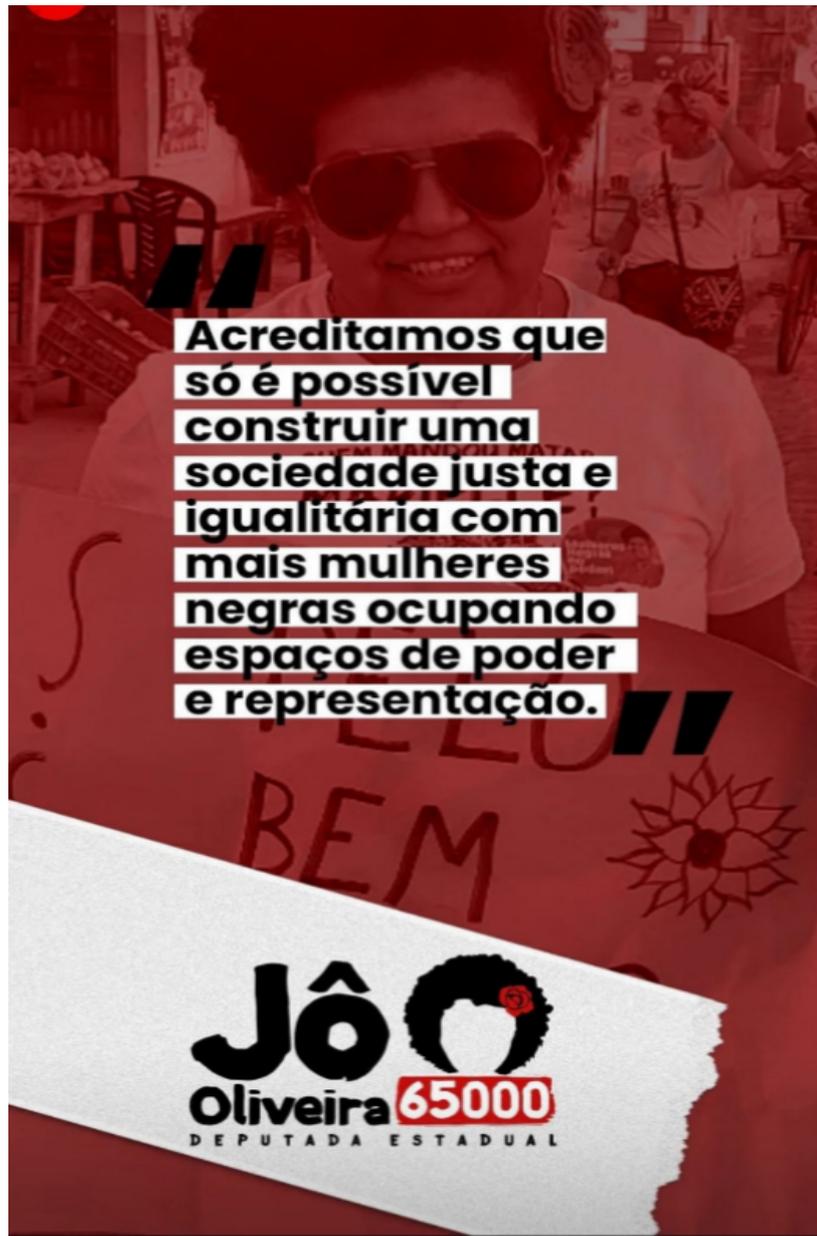
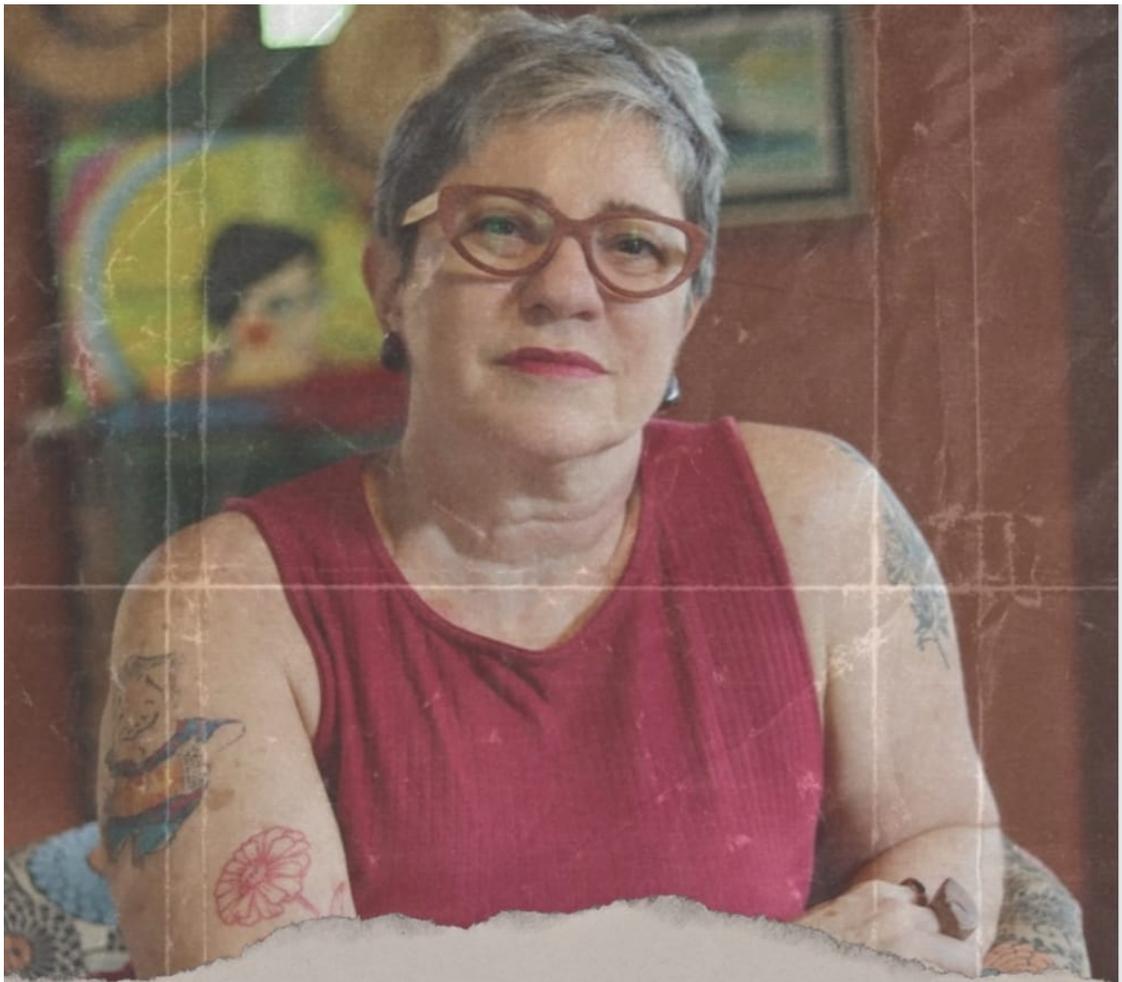


Foto do Instagram @jooliveirapb

Foi muito gostoso conversar com Jô Oliveira. A trajetória dela a fez uma pessoa preparada para conversar, de forma leve e pedagógica, com todo mundo que se encosta perto dela. E ela gosta de falar. Gosta de sorrir das situações passadas e vencidas. Tem essência de educadora popular. Talvez tenha levado tantos “nãos” da vida, que dá para sentir que ela é desejosa de chegar mais longe e o mais rápido possível. E não chegar sozinha, mas levar

muita gente com ela, seja através das pautas defendidas, seja na sua postura constante de quem sonha e luta por uma sociedade menos excludente. Que mais mulheres como Jô possam brotar na política paraibana.



**"Eu me sinto mutilada,
arrancaram a minha vida" -
Márcia Lucena.**

CAPÍTULO 3

“Eu me sinto mutilada, arrancaram minha vida” – Márcia Lucena

*“Sou eu aqui
De pé Inteira
Verdadeira
Sou eu aqui
Aprumada e atenta
Às rajadas de vento
Aos movimentos
Sou eu aqui
Lambendo as feridas
Focando o olhar
Pronta para a partida
Para algum lugar...”*

Essa é uma poesia de Márcia Figueiredo Lucena Lira. Professora apaixonada pela arte, ela gosta de escrever, pintar e dançar, descobrindo desde jovem o poder de transformar a realidade através da educação e da arte. Márcia é casada com o ator Nanego Lira, mãe de Flora e João. Formada em educação artística, é mestra em serviço social, além de possuir pós-graduação em liderança e gestão, pelo Centro de Liderança Pública de São Paulo. Encantada com a sala de aula e a cultura, ela descobriu seu chamado para a gestão pública e o despertar para a comunicação.

João, Nanego, Márcia e Flora



Foto @marcialucena

Márcia Lucena já foi gestora do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), na Prefeitura de João Pessoa. Depois foi para a gestão da secretaria estadual de educação, do Governo da Paraíba. Foi presidente da Fundação Espaço Cultural da Paraíba (Funesc) e prefeita do Município de Conde. Esse percurso deu a Márcia várias oportunidades de desenvolver políticas públicas que garantiram direitos básicos da população, mas nesse caminho ela também tropeçou em diversas pedras que a feriram e deixaram marcas profundas na sua trajetória de vida.

Márcia Lucena – Secretária de Estado da Educação – 2014



Foto do blog Dom Adauto

No processo de escrita deste livro-reportagem, Márcia se mudou para Brasília. O mais de 2.200 km de distância me frustrou um pouco. Para não a deixar de fora da escrita, eu teria que fazer nossa conversa de forma digital. Eu tinha resistência a esse formato, porque eu gosto de perceber os detalhes e, às vezes, a tela não permite a mística que se tem no presencial. É importante ressaltar aqui que, com a pandemia da Covid-19 em 2020, em que as pessoas tiveram que se isolar em suas casas, cresceu o uso das salas virtuais, aplicativos de conversas, entre outras estratégias que a internet possibilitava para minimizar a distância entre as pessoas. Os trabalhos ficaram remotos (os que eram possíveis), os shows e espetáculos foram adaptados para lives e vídeos, as reuniões e aulas passaram a ser virtuais. A sociedade foi se acostumando com esse novo modelo e, mesmo após a pandemia, muitas atividades permaneceram virtuais ou híbridas. Então, como Márcia está longe, a internet seria um caminho para garantir a entrevista com ela, mesmo com o receio de perder a intensidade poética que ela carrega.

Atualmente, Márcia trabalha no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil. Em dezembro de 2023, ela veio para o estado de Pernambuco para uma atividade de trabalho. Ela aproveitou e veio à Paraíba, numa breve passagem de um dia e meio. Nesse curto tempo, ela conseguiu abrir a agenda para nossa conversa. Não podia perder essa oportunidade e logo cancelei tudo o que tinha para ficar à disposição dos horários dela. O nosso encontro aconteceu na casa de Jaira, irmã de Márcia, onde ela estava hospedada. Com a ida para Brasília, Márcia alugou sua casa para ser uma renda a mais, já que o custo de vida na capital do Brasil é bem mais alto que na Paraíba. A casa de Jaira fica no Conde, município a 22 km de João Pessoa, capital paraibana. O lugar é rodeado de árvores, tem um alpendre amplo e ventilado, onde sentamos e iniciamos a conversa. No dia, não foi possível curtir o silêncio da natureza, porque numa granja ao lado estava acontecendo uma festa, com um pagode tocando alto e, por vezes, os fogos nos assustavam e interrompiam nossa entrevista. Mas, apesar da agitação, deu tudo certo.

Chego e encontro Márcia um pouco apreensiva. Logo fico sabendo que ela tinha recebido políticos antes de mim e que já tinha uma agenda marcada, após nossa conversa. Márcia parecia preocupada com o futuro, com o município de Conde, com as pressões de líderes partidários para pensar numa possível candidatura em 2024, bem como com as angústias expressadas por familiares que sentem receio nesse universo que eles acham tão nocivo. Ela vem caminhando pela casa, cabisbaixa, mas ao me ver, abre o sorriso, acolhe-me em um abraço e se prepara para nossa conversa.

Foto do meu encontro com Márcia



- Márcia, como você despertou para a política? Pergunto, no sentido mais amplo, mas como ela estava tomada, ainda, pela conjuntura de Conde, ela começa a falar de como se tornou prefeita do município.

- Eu me lembro de como se formou essa onda. A primeira pessoa que falou comigo foi Livânia. Ela chegou para mim e disse: olha, eu saí da reunião agora e o chefe disse que

você ia ser candidata a prefeita no Conde. E aquilo gerou uma revolta em mim. Eu achei que era um absurdo. Como alguém que nunca falou comigo, que não falava comigo, decidi que eu ia ser alguma coisa? Ela ainda disse: eu já dei tanto pulo aqui. Ai, eu falei que ela desse os pulos tudo de volta. Eu não quero você pulando alguma coisa que eu não decidi, pule tudo de volta – contou Márcia.

Livânia Farias era, nessa época, secretária de administração do governo do estado e o chefe citado por ela era o então governador Ricardo Coutinho, isso foi no ano de 2015. Márcia era presidente da Funesc e não tinha nenhum interesse na vida política partidária. Essa situação me fez lembrar da história da presidenta Dilma Rousseff, contada no livro *A vida quer é coragem*, de Ricardo Batista Amaral. Em um capítulo intitulado *Uma coisinha importante*, o autor conta a história de que o deputado federal Antônio Palocci foi questionar Lula sobre quem seria o candidato a presidente do Brasil nas eleições de 2010. Lula só respondeu que seria ela, sem citar nome. De posse da informação, o deputado foi logo à sala de Dilma perguntar se ela estava preparada. A futura presidente ficou extremamente chateada e reclamou com o Palocci. Ele retorna ao gabinete do presidente, constrangido pela situação, perguntando se Lula já tinha falado com ela e ele logo responde que não, acrescentando que não iria conversar. O autor então destaca, “um jeito muito Lula de fazer as coisas: mandar recados pelas pessoas certas”¹⁰.

Ao relatar essa passagem a Márcia, ela responde logo, “igualzinho. Foi do mesmo jeito”. Ela sorri e continua:

“A partir daí, tudo que vinha neste sentido, eu rejeitava. Depois isso foi amadurecendo. Mas eu acho que a chave virou quando eu conversei com meu pai. Ele colocou as coisas no nível do sentimento, que é o nível meu e dele, o que nos liga. Ele disse assim...”

10 AMARAL, Ricardo Batista. “A vida quer é coragem: A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil”, p. 183.

Márcia fala do diálogo com o pai.

- Por que você reage tão negativamente quando alguém fala disso? E qual é o seu sentimento? - Pergunta o pai.

- Eu não sei, eu tenho raiva e não sei o porquê.

- Mas por que você tem raiva? Você se acha melhor do que os políticos? - Questiona ainda o pai.

- Eu me acho – responde Márcia.

- Então, minha filha, eu acho que esse é um atributo importante para você considerar a proposta, porque a política precisa de gente boa e, se você se acha melhor, é bom você colocar isso ao serviço do povo.

Márcia, ainda resistente, seu pai tenta sensibilizá-la:

- Minha filha, você precisa pensar na política como uma professora. Qual é a professora que não quer ter uma sala de aula repleta de estudantes? Então, você imagina a política assim: a cidade é a sua sala de aula e os 25 mil munícipes são os seus estudantes e você é a professora. Pense assim – disse o pai.

- Foi aí quando ele me disse isso, que eu me empolguei com a imagem e decidi entrar na política formal – lembra Márcia.

Esse diálogo com o pai foi um dos motivos que fez Márcia decidir colocar o nome dela à disposição para concorrer ao cargo de prefeita em 2016. “Eu achei interessante porque ele não questionou e não julgou meu sentimento”.

Ricardo, Jaira, dona Iracema, seu Iveraldo, Márcia e Raquel



Foto do Instagram @marcialucena

Em 1962, ele adquiriu um terreno na zona rural de Conde. Foi assim que começou a relação de afeto da família com o município. “Eu vinha para o Conde desde muito novinha. É como se viesse para um paraíso”. Depois, o pai de Márcia resolveu dividir o terreno em lotes e distribuir com os seus filhos, onde todos construíram suas casas e passaram a morar com suas famílias. Todas as casas são aconchegantes e rodeadas de belezas naturais.

Casa de Márcia Lucena - Conde



Casa dos pais de Márcia – Conde



Eu retomo a conversa e pergunto novamente a Márcia quando foi que ela despertou para a política, não só partidária, mas quando ela entendeu que poderia contribuir para a mudança de realidade.

- Na verdade, eu nunca pensei que o que eu fazia, o que eu sonhava em mudar a realidade das pessoas, podia ser política. Hoje é que eu encaixo na política. Por exemplo, como professora de alfabetização, eu ia onde a escola não ia. Porque no final dos anos 80, início dos anos 90, a escola não estava em todos os lugares. Hoje, em qualquer comunidade, qualquer periferia de uma cidade, a gente tem uma escola. Mas a gente não tinha isso há muito pouco tempo. Então, quando eu era jovem, já professora, sonhava em mudar o mundo. Eu ainda sonho – destaca ela e sorri. Uma coisa que eu fazia de forma autônoma era, por exemplo, conhecer um monte de mulheres que não sabiam ler, pescadores, lá em Cabedelo. Eu ia para lá, ficava na beira daquele rio, ajudando as pessoas a ler e se interessar pela escola. Eu ia disciplinarmente para poder ajudar as pessoas na alfabetização. Sabia que estava fazendo alguma coisa que ia ajudar, que ia transformar, só não sabia que isso era política – relata Márcia.

- Às vezes, a gente pensa política só como uma coisa formal, né?

- Isso. Mais uma vez, foi meu pai que me fez pensar sobre isso. Ainda sobre nossa conversa sobre eu aceitar ser a candidata a prefeita de Conde, eu disse a ela que tudo que eu fazia não combinava com a política – relembra Márcia e acrescenta o que o pai respondeu.

- Quando você aceitou o cargo de secretária, você aceitou um cargo político. Você não fez concurso para ser secretária de educação. Então, é um cargo político – frisou seu Iveraldo.

Márcia e seu Iveraldo



Fonte: @marcialucena

- Seu pai tem uma influência muito grande na tua vida, né? – Pergunto a Márcia.
- Muito grande, sempre teve, a vida toda, sempre. Hoje mesmo, nessa confusão que eu estou, ele já morto, eu fico o tempo todo pensando o que ele me diria, o que ele indicaria – ela suspira e responde num tom de saudade.

Ainda falando sobre o fazer político, Márcia disse que ia contar uma história, entre tantas outras, que viveu com seu pai. A história se passou no interior da Paraíba, onde Márcia seguia viagem com seu Iveraldo, numa atividade de um projeto cujo objetivo era ajudar as prefeituras a implantarem o sistema de educação.

- Há muitos anos, eu estava indo com meu pai para São Sebastião do Umbuzeiro e não tinha estrada para lá. A gente passava por dentro das fazendas porque não existiam caminhos. Daí eu conversava com meu pai sobre um sonho que eu tinha desde a minha adolescência. Eu sonhava que eu era uma moça, não tem nada a ver com a minha imagem, mas eu sabia que era eu. E essa moça sempre estava correndo, puxando gente, tratando, acudindo, ajudando, como se estivesse numa guerra. E eu disse ao meu pai: acho que um dia eu vou ter que deixar Nanego e os meninos (João era bebezinho) para ir para uma guerra. Porque não é possível. Eu sonho tanto com isso que acho que isso é uma coisa do meu destino. Eu vou ter que ir para uma fronteira, uma guerra para ajudar o povo – contou Márcia, que também relatou o que o pai falou.

- Minha filha, você não acha que já está numa guerra, não? Quantas pessoas tombam sem educação? Quantas pessoas morrem sem saber de cidadania? Isso é uma guerra. E o que você está fazendo é ajudando essas pessoas nessa guerra. O que nós estamos fazendo é isso. Nós estamos aqui, engolindo barro, de porteira em porteira, para chegar numa cidade para criar um sistema de educação. Você já está realizando seu sonho – respondeu seu Iveraldo.

- E aí, nessa conversa, ele foi falando da política, explicando sobre o fazer político – lembrou Márcia.

De professora à prefeita de Conde



Imagem Altair Castro

Em 2016, Márcia foi indicada pelo PSB, partido a que era filiada, para concorrer às eleições municipais no município de Conde, litoral paraibano. A escolha se deu, entre outros motivos, pela atuação exitosa de Márcia nas gestões públicas, seja ela na prefeitura de João Pessoa, como também no governo da Paraíba. Outro ponto favorável é que ela residia em Conde e conhecia um pouco da realidade do município. Márcia resistiu ao convite, como já vimos no início deste capítulo, mas, quando aceitou, vestiu a camisa de candidata e foi para as ruas conversar com os moradores, conhecer as necessidades da população, além de buscar parcerias para executar um projeto de gestão, a partir da prefeitura.

O Conde tem um pouco mais de 27 mil habitantes. Na sua extensão de área, temos um município com forte presença de área rural, além de abrigar três comunidades quilombolas e os povos Tabajaras, distribuídos em duas aldeias indígenas. O Conde também se destaca pelas belezas de seu litoral, o que atrai inúmeros turistas. A emancipação política do município se deu em 1963 e desde esse tempo os fazendeiros, donos de terras, foram, em sua maioria, os

gestores de Conde. Márcia foi uma de suas exceções, colocada para a disputa, não por ser de uma família tradicional da política, mas por sua experiência em diversas áreas da gestão pública.

Márcia em atividade na Aldeia Vitória



Foto @marcialucena

- Márcia, foi importante o reconhecimento do seu nome para ser prefeita de Conde. Mas, olhando para trás, você acha que como te escolheram foi bacana? – Pergunto, retomando a conversa de como se deu a decisão de colocar o nome dela para ser candidata a prefeita.

- Não, eu acho que não foi correta não. Até hoje, o próprio Ricardo nunca assumiu que ele fez esse movimento. Porque esse é um movimento velado. Mas eu acho isso

desrespeitoso com uma mulher. Isso só aconteceu dessa forma porque eu sou mulher. Se eu fosse um homem, eu tinha sentado à mesa e discutido, cara a cara, olho no olho, entendeu?

- E, como tinha outros homens interessados no território, ele talvez não quisesse sentar todo mundo e admitir que não seriam os homens (que seria o natural), mas sim uma mulher. Você enxerga essa diferença?

- Totalmente. Só com a gente acontece isso de ser rebocada, de abrir o cenário e dizer: vai, entra aí.....e o danado é que a gente dá conta! – diz Márcia, sorrindo.

Muitas vezes, pensamos a política só nos espaços legislativos, mas a disputa pelos espaços de poder está em vários outros lugares, como no executivo, nos sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, entre outros espaços da sociedade. Nos governos, o primeiro escalão é composto, em sua maioria, por homens e, as mulheres, quando ocupam uma cadeira executiva, vão para pastas ligadas ao cuidado, seja do idoso, das crianças, da maternidade, das mulheres. Conforme o Mapa de Mulheres na política da ONU, dos 151 países pesquisados, o Brasil ocupa o 37º lugar em ocupação feminina nos espaços de primeiro escalão do governo federal. Dos 30 ministros, 11 são mulheres¹¹.

- Finalmente, quando a mulher é vista, ela quer pegar a oportunidade. A sua vida toda nunca foi vista, agora que é, não vai dizer não, porque está com medo. É como se esse universo masculino estivesse dando uma oportunidade a essa mulher. Um “presentinho” – Márcia faz gesto, desdenhando, quando fala a palavra presentinho.

- É muito difícil, até porque a gente sabe que, no cenário brasileiro, a política só tem homem e, para uma mulher entrar, alguém vai ter que sair – concordo com ela.

11 Dados retirados do Mapa de Mulheres na Política IPU-ONU, situação de 1º de janeiro de 2023.

Márcia, antes de ser prefeita de Conde, conheceu bem a gestão pública, passando pela prefeitura da capital paraibana e pelo Governo do Estado. Teve a primeira experiência em 2005, quando Ricardo Coutinho iniciou sua gestão em João Pessoa.

Márcia em reunião com a equipe do ProJovem – 2009



Arquivo pessoal

“A minha primeira experiência na gestão pública foi na prefeitura de João Pessoa, com o departamento que tinha sido recentemente criado pelo então prefeito Ricardo Coutinho e pela secretária de educação da época, Elisa Gonsalves. O departamento fazia uma construção entre a escola e a comunidade. Eu fui trabalhar lá e criei o programa “Ciranda Curricular”, de articulação das escolas no final de semana. Depois dessa experiência, eu fui para o Projovem, dentro da Prefeitura ainda.

Lá fiquei cinco anos. Depois fui para a Secretaria do Estado da Educação”.

Márcia chega à pasta da Educação do estado como secretária executiva. Nesse momento em que ela foi relatar essa passagem pela secretaria, senti uma certa indignação.

- Passaram três homens como titulares da secretaria e eu como executiva. Para todos que passaram, eu sempre fui a secretária adjunta. E, desde o começo, era eu que fazia o trabalho da educação, propriamente dita, dentro da rede educacional. Eu não fazia o trabalho da política, mas eu fazia o trabalho da educação. Eu só assumi a titularidade depois que passaram esses três homens. Mesmo assim, fiquei como secretária executiva, acumulando sozinha a pasta – disse Márcia.

- Normalmente, você está na titularidade sozinha, mas ser adjunta acumulando a cabeça da secretária, é mesmo estranho, né? – Questiono.

- É uma dificuldade real e concreta de dar a gente esse lugar de poder. Foi dado. Acho que foi em setembro de 2012, eu assumo a titularidade e fico até o final de 2014. Mas, por exemplo, a educação estava muito bem. A queda do índice de analfabetismo que a gente conquistou é a mesma até hoje. Eu saí em 2014 e nós estamos em 2023, ou seja, nove anos depois, o percentual do analfabetismo é o mesmo. A grande conquista que a gente fez, porque foram, se eu não me engano, cinco pontos percentuais, foi uma coisa gigante no Brasil. E permanece o mesmo. Ou seja, eu fiz um bom trabalho, mas eu não fui autorizada a continuar na secretaria da educação, porque no segundo mandato foi colocado outro no lugar. Agora que estava tudo equilibrado, veio um homem – lembrou Márcia num tom mais duro.

Nas eleições estaduais de 2014, Ricardo Coutinho foi reeleito governador da Paraíba e convidou Márcia para assumir a presidência da Funesc. Eu já conhecia Márcia de outros espaços, mas foi no Espaço Cultural que a gente se encontrou para trabalharmos juntas. Eu vinha da Secretaria da Mulher e Diversidade Humana e ela da Educação. Estava com poucos meses de gravidez, meio apreensiva com os problemas pessoais e com desejo de mudar a rota da vida. Já Márcia chega com a direção da vida profissional mudada, tentando olhar para o novo e acolhê-lo. Apesar de ter tido muita experiência na educação, a cultura sempre esteve na vida de Márcia e chegar na Funesc foi ampliar a sua criatividade, bem como o amor pelas artes. Nosso encontro foi importante para mim e para ela. Era um complemento perfeito e foi uma aventura cheia de aprendizados e entregas. Criamos muito, mas também passamos apertos e angústias.

Reunião do Conselho Diretor da Funesc – 2016 (arquivo pessoal)



- Acho que na época, em 2015, eu dizia que achava que você teria ido para a Funesc por ser mais tranquilo, comparado a secretaria de educação, porque Ricardo já vislumbrava sua candidatura no Conde e você precisaria de tempo, como também, sair de uma secretaria que tem muita pressão política – lembro a Márcia.

- Não sei. Talvez eu tivesse saído mais forte. Agora pode ter sido porque ele não queria tirar um secretário de educação no curso do governo. Ele já tinha vivido isso na primeira gestão e essa experiência é ruim. E me tirar no meio do processo seria mais danoso para a rede do que seria com o espaço cultural.

A nossa conversa foi interrompida por um cafezinho que chegou. O cunhado de Márcia preparou a bebida e eu tinha levado um bolo de ameixa com chocolate. Tomamos rapidinho o café e voltamos a conversar. Pergunto-lhe se ela enxerga mais situações de violências, com ela ou com outras mulheres, durante o período nas gestões. Ela toma seu último gole de café, respira e responde.

- O tempo todo. Quando é que um deputado chega chutando porta de um secretário? Não estou usando a expressão chutando porta não. Foi real. Eu estava atendendo alguém e anunciaram a chegada do deputado e eu pedi que aguardasse um pouquinho, mas quando eu vi foi o pé na porta – boom – Márcia se utiliza da onomatopeia para expressar o barulho da pancada na porta.

- Você acha que ele faria isso se fosse um homem secretário? – Pergunto.

- Jamais.

Márcia ainda relata mais uma situação de violência muito comum entre as mulheres que estão na gestão. Situações onde homens, por interesses diversos, passam a elogiar demais as mulheres, enviar presentes, tudo em troca de favores que, não chegando, começam a expor o trabalho das mulheres ou propagar mentiras.

- Teve outro deputado que me assediou com presentes, como *whiskey*, blusa de renda irlandesa, tudo dado pela assessoria dele, mas eu sabia que vinha dele. Ai, após dar os

presentes, ele veio pedir as coisas que queria na educação. Como eu não atendi, ele criou uma situação de dizer que eu tinha uma organização criminosa na secretaria – lembra Márcia.

- Explica melhor. Como foi isso? – Questiono.

- Ele foi para a Assembleia Legislativa, utilizou a tribuna e a coisa mais fraca que ele disse foi que, se eu não fosse a chefe da organização criminosa criada na educação, eu era feito santo em quarto de rapariga que fechava os olhos, os ouvidos e a boca, deixava o crime acontecer. São coisas que não são fáceis de dizer ao homem, de associá-los a essa coisa de prostituição, de assediar com elogios e presentes. Os homens não se relacionam dessa forma. Eles vão na conversa, na dureza, na frieza – explica Márcia.

Matéria publicada em agosto de 2013



Fonte: Blog do Dercio

No próprio ambiente de trabalho, entre os colegas, os constrangimentos e desrespeitos acontecem e, por mais que estejam no mesmo escalão, os trabalhos de muitas mulheres são sempre colocados em xeque ou menosprezados. Da mesma forma que acontece no parlamento, a realidade na maioria das gestões executivas é que as mulheres são menos ouvidas ou silenciadas.

“Eu vivi muitas violências, até mesmo com meus colegas de gestão. Por exemplo, eu estar numa reunião onde só tem eu de mulher, eu abrir a boca – ela faz gestos de quem pede para falar – e as pessoas fazerem de conta que você nem existe. E, depois de muito insistir e você falar, eles ficam fazendo pouco de sua fala – Márcia gesticula muito e nessa hora ela imita as reações dos homens nas reuniões. São gestos de quem subestima ou ridiculariza o outro”.

Ela continua relatando outras situações vividas na gestão.

“Tinha um secretário que vinha me cumprimentar, dava um cheiro no cabelo e perguntava: melou? Se referindo a tinta do cabelo, dizendo que eu só podia ter os cabelos pintados porque eu era velha – essa hora ela ri e continua – e tinha tinta mesmo. Mas enfim, são coisas que o tempo todo vão diminuindo a gente. São coisas violentas. Eu vivi várias”.

Como tinha falado antes, enquanto acontecia nossa conversa, na granja ao lado estava rolando um pagode e, bem na hora dos relatos dos casos de violências na gestão, começaram os fogos de artifícios. Parecia que cada vez que ela contava um caso, mais fogos soltavam. Mesmo com o barulho, continuei a conversa porque ela tinha um compromisso e eu não podia perder aquele momento em que ela estava ali disponível.

- E no Conde? Você viveu também violência, mesmo sendo prefeita, que é o maior cargo do município? – Pergunto.

- Total. Talvez, aqui no Conde, foi o lugar em que vi a violência se travestir das mais diferentes formas. De forma muito intensa e diferente. Na câmara de vereadores, os políticos locais me chamavam de prostituta, sem medo. O ex-prefeito ir até a Câmara de Vereadores e dizer que eu era viciada em drogas, que eu era sapatão, que eu tinha um caso com a deputada Estela, dizer de forma aberta, a vontade, numa sessão oficial, é sentir muita segurança e se sentir seguro do que está fazendo. Depois eu processar esse homem e a juíza, uma mulher, dar valor a postura dele? – Expõe Márcia.

Matéria publicada em novembro de 2017

política

Aluísio chama Marcia Lucena de vagabunda e diz que prefeita participa de orgias

12 de novembro de 2017



O ex-prefeito de Conde, Aluísio Régis (PMDB), fez duros ataques a atual prefeita do município, Márcia Lucena (PSB), durante entrevista a uma emissora de rádio da cidade, neste fim de semana. Aluísio chamou a prefeita de "sujeita vagabunda" e a acusou de participar de orgias. "Me diga qual foi a escola que ela construiu na cidade. Eu não sou sujeita não. Ele é quem é uma sujeita

Fonte: Blog Anderson Soares

- Você perdeu a causa? – Pergunto assustada.

- Eu ganhei, mas foi pior que ter perdido. O promotor se ajoelhou do meu lado, dizendo: se é desculpa que você quer, eu peço desculpa por ele. E a juíza determinou que aquela audiência era segredo de justiça para ninguém saber que ganhei o processo de Aluísio Régis. E tem mais, antes de começar a audiência, a juíza, o promotor, o ex-prefeito e os advogados dele passaram o tempo todo falando em tipos de armas. Ou seja, uma conversa para me intimidar.

Márcia não tem parentesco com nenhuma família tradicional da política de Conde, além disso, é uma mulher que fala de diversidade, feminismo, tem um olhar voltado para a juventude e um amor pelas artes. Márcia tem no corpo diversas tatuagens que refletem momentos vividos por ela. Pergunto se todas essas características lhe trouxeram preconceitos ou assustou a política no Conde.

- Assustou muito. É um preconceito porque eles diziam: só pode ser maconheira, cheia de tatuagens, usando aquelas roupas que usa. Mas, como esse tipo de preconceito não me atinge, eu sempre usei isso a meu favor para educar a população. Eu dizia: eu sou tatuada, mas vocês já viram a educação como a que vocês estão tendo agora, com alimentação? A Unidade Básica de Saúde, ela funcionava? Não é isso que define. Ser tatuado, ter um cabelo de um jeito ou de outro, o tipo de roupa, não é isso que define. Eu aproveitava para fazer uma ação pedagógica. De fato, isso nunca me atingiu, mas é real, existe.

Foto do Instagram @marcialucena



Quando você olha para trás, valeu a pena? Quando você para e olha, o que você sente?

- Pense numa coisa confusa. Eu não me arrependo de nada. Mesmo quando o pior aconteceu, que foi essa prisão arbitrária e toda essa desqualificação da minha pessoa, da minha trajetória, eu também soube tirar proveito disso. Eu não me deixei abater, eu não fiquei calada, não fiquei acuada, não fiquei no canto, eu agi também na perspectiva pedagógica. Até porque, no fundo, o que eu sou mesmo é uma professora. Todos os momentos da minha vida eu uso como elementos pedagógicos, como as crenças pedagógicas, então essa determinação, que vem não sei de onde, me ajudou nesse processo e

me impede de me arrepende. Me arrependo de nada.

Antes de continuar, queria pontuar duas situações importantes. A primeira é que a gestão de Márcia foi interrompida por uma operação do Ministério Público da Paraíba que prendeu Márcia e ela teve que se afastar por alguns dias da prefeitura. Essa situação será melhor explicada mais abaixo. A outra é que, em 2020, Márcia concorreu à reeleição e não teve êxito nas urnas. Sua gestão à frente da Prefeitura de Conde foi de 2017 a 2020.

- O que me deixa confusa sobre a pergunta é que as pessoas respondiam muito bem aos estímulos, às provocações, às coisas que eu apresentava como prefeita. Por exemplo, eu ia ao “Alô Comunidade”¹² e falava do lixo, dizendo que era um problema não só da prefeitura, mas de toda a população, que não custava nada pegar quatro varas e fazer um suporte para colocar o lixo, se organizar coletivamente. Dias depois, eu passava na comunidade e estava feito. Eu achava impressionante como as pessoas respondiam àquele estímulo. E como isso não se corporifica? Qual é o tempo? O que eu questiono é, qual é o tempo que a gente precisa ter para que uma consciência se corporifique, que ela se efetive de verdade na vida das pessoas?

- Você acha que o tempo de quatro anos não é, né? – Pergunto colocando o tempo de uma gestão.

- Não é. Porque chegou a eleição e não votaram em mim, ou não o suficiente para eu me reeleger. Todo mundo respondia tão bem, era uma união, uma unidade. As forças que eu tinha de disputa eram os vereadores e os pretensos vereadores, os carreiristas políticos, mas a população não. A população me acolhia, me recebia e respondia muito bem aos estímulos. Como essa mesma população não me reelege? Tudo bem, tinha toda a condição da torçozeleira, da prisão, do fato de eu não poder fazer campanha. Tinha tudo isso.

12 O programa Alô Comunidade acontecia todas as terças e quintas a noite, onde a prefeita e seu secretariado iam até alguma comunidade conversar e buscar saídas para os problemas daquela localidade.

Por conta da prisão, em virtude da Operação Calvário, Márcia cumpria algumas cautelares, além de usar tornozeleira eletrônica, monitorada pela polícia militar. Entre as medidas restritivas, ela não podia sair de casa à noite. Mesmo morando no mesmo terreno dos pais e irmãos, ela era proibida de visitá-los no período noturno. Na campanha eleitoral, essa medida atrapalhou muito, segundo Márcia.

Márcia em reunião política com a tornozeleira - 2020



Foto do site Pauta PB

“Eu fico pensando assim... O que faltou para essa consciência ser mais profunda? Foi só o tempo? Foi alguma coisa que eu poderia ter feito e não consegui fazer? E não percebi? Não sei. Mas eu dizer que eu me arrependo? Não, me arrependo não. Teve momentos que até bateu esse

sentimento. Depois de tudo que passei, sem poder ir à casa dos meus pais, vendo todo mundo sofrer, a família, os amigos. Um dia, falei para meu pai quando ele esteve lá em casa”.

Márcia relata como foi o diálogo dela com seu pai.

- Painho, eu estou tão arrependida de ter entrado nisso, de ter trazido essa realidade para você, para a mãe e para os meninos. Eu me arrependo tanto – disse Márcia ao pai.

- Chega, não se arrependa não. Pense o seguinte... esses quatro anos que você está concluindo agora em Conde, o que você fez na educação pode ser que acabe, mas essas pessoas que passaram pela escola nesses quatro anos, vão levar com elas isso. Então, isso não se acaba. Pode ser que essa semente que você plantou na educação, na saúde, que isso vire de gestão. Mas quem usufruiu, quem foi beneficiado com ela, vai refletir na vida pelo resto da vida. Por que você vai se arrepender? A gente está aqui para isso – respondeu seu Iveraldo.

- É isso mesmo! Respondeu Márcia e complementou que, a partir dessa conversa, ela mudou a forma de pensar.

Márcia fala ainda que os relatos que recebe até hoje de moradores e servidores de Conde são exemplos de que, no tempo que ela passou na gestão, ela conseguiu mudar a realidade do município e isso não será esquecido por quem foi beneficiado.

- Esses dias, eu recebi um relato de um professor que recebeu uma mensagem de uma aluna que começou a estudar depois dos seus 40 anos, no programa de alfabetização “Agora Vai”. Ela se alfabetizou, depois concluiu o ensino fundamental e estava concluindo o ensino médio. Ela mandou foto com aquela beca e agradeceu ao professor de alfabetização. Não estava agradecendo a mim, mas ao professor que a alfabetizou. O professor me mandou, agradeceu e me disse: olha, professora, o que o “Agora Vai” fez. Olha o que você fez, quando era prefeita. Então essas coisas vão mostrando para a gente que é para isso mesmo que a gente está aqui, o resto é perfumaria – brinca Márcia.

- Você um dia imaginou chegar ao maior cargo público do seu município? – Pergunto ao ver a alegria de Márcia relatando as experiências vividas com as pessoas de Conde.

- Nunca! E vou te dizer uma coisa... Essa entrada do Conde foi um caminho que fiz a vida inteira. Eu faço esse caminho desde muito pequenininha. Essa estrada da entrada do Conde me leva a um caminho também interno. A gente se dividia, morava em João Pessoa durante a semana e vinha todo o final de semana e feriado para cá. Só depois de uns anos que a gente veio morar aqui definitivamente. Imagina o que é para uma criança o feriado, as férias, o fim de semana? Então, visualizar da BR, aquela “trufinha” que é o Conde e entrar na estrada, era como se eu estivesse entrando no paraíso.

- De repente, você é a gestora desse paraíso – interrompo sorrindo.

- Pois é, quando eu fazia esse caminho da entrada, eu dizia: eu não acredito que eu sou prefeita dessa cidade, eu não acredito que isso está acontecendo. Meu Deus, que privilégio ser prefeita dessa cidade, onde eu fui criança, adolescente, onde eu fui jovem. Durante os quatro anos de gestão, se eu saísse do município, quando eu voltava, eu sentia essa mesma sensação – relata Márcia, toda orgulhosa.

Foto – site Distância entre Cidades



Foto: Prefeitura de Conde/PB – 2018



Quando gestora, no aniversário de 55 anos da cidade de Conde, Márcia entregou um monumento intitulado “*Árvore dos bons ventos*”, do artista visual Wilson Figueiredo. A escultura ficava localizada na entrada da cidade e fazia referência aos eucaliptos que embelezam o caminho que leva ao Conde. A proposta, segundo Márcia, era de demarcar a entrada do Município com um monumento imponente, mas também cheio de leveza e arte, além de desejar que os bons ventos soprem sobre o povo de Conde. Mas, com a não reeleição de Márcia, a nova gestão, já no primeiro mês de governo, mandou retirar a escultura, sem dar nenhuma justificativa. Na época, algumas polêmicas foram levantadas, entre elas, a de que o monumento teria relações com as forças do mal, o que atrairia atrasos para o município.

A obra “*Árvore dos bons ventos*” sendo retirada por servidores da Prefeitura de Conde



Imagens retiradas do site Termômetro da Política

- O Conde sempre foi para mim um paraíso secreto, aquele jardim secreto. O Conde sempre foi esse lugar. Depois que me tornei prefeita, eu comecei a enxergar outro Conde. Isso foi uma ruptura para mim. Eu comecei a ver um Conde que eu não via quando eu era menina, adolescente, jovem, mesmo adulta, a que eu tinha dentro de mim, aquele Conde bucólico, lindo, fantasioso. Quando eu comecei a ser prefeita, eu comecei a ver os sujeitos de

verdade dessa cidade, não só os que passavam aqui por casa, porque trabalhavam, mas eu comecei a ver os sujeitos e foi um impacto muito grande. E isso reflete até hoje.

- E o que mudou?

- Por exemplo, essa confusão agora que eu vivo, do povo pedir para eu voltar a ser prefeita, eu fico pensando, poxa vida, essas pessoas estão precisando, sabe? Não é comum você ter na política pessoas que têm essa sensibilidade para ver essas pessoas do jeito que eu vejo, para enxergar do jeito que eu enxergo. Não estou querendo dizer que eu sou única, não estou querendo dizer que eu sou especial, estou querendo dizer que aqui ao redor, quando eu olho, eu não vejo ninguém que enxerga ou tem a capacidade de enxergar essas pessoas como eu enxergo, sabe? E de ajudá-las como eu posso ajudá-las. Então, isso me deixa nessa confusão.

Estamos próximos ao processo eleitoral de 2024, onde teremos eleições municipais para escolhas de prefeitos e vereadores. Márcia está morando em Brasília, atuando no Ministério da Cidadania e Direitos Humanos, mas tem acompanhado a gestão da prefeitura de Conde, fazendo uma oposição construtiva e chamando a atenção da população quando é necessário cuidar dos recursos públicos. Mesmo estando na capital do Brasil, ela sempre tem se posicionado na política paraibana e essa postura cria a expectativa que ela possa concorrer à Prefeitura de Conde ou, como teve uma boa votação em João Pessoa nas eleições a deputada estadual, ela venha como candidata a vereadora da capital paraibana. “Eu ainda estou muito confusa. Acho que a hora ainda é de se fazer os questionamentos necessários. Não temos nenhuma resposta de como será minha posição no cenário eleitoral de 2024”.

O calvário da vida de Márcia

Em dezembro de 2018, iniciava-se na Paraíba a Operação Calvário, que passou a investigar desvio de dinheiro público na saúde e na educação durante os períodos de 2011 a

2018 no Governo do Estado. A operação é marcada por delações premiadas, mandados de busca e apreensão, além de prisões, envolvendo políticos e ex-secretários estaduais. Estamos no final de 2023 e até hoje não se tinha concluído a investigação, além de dez juízes já terem negado assumir o processo. A Operação Calvário é considerada por alguns a Lava Jato da Paraíba, fazendo menção à operação que investigou crimes de corrupção envolvendo políticos e que prendeu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As investigações dessa operação têm demonstrado não só equívocos, mas também uso indevido e arbitrário da lei por parte de juristas.

Assim como temos as estações da Via-Crucis de Cristo até chegar ao calvário, lugar onde foi crucificado, a operação trabalha com suas fases que vão sendo executadas com penas aplicadas, mesmo não tendo sido julgado os processos. Na sétima fase da operação, Márcia, junto à deputada estadual Estela Bezerra e outras pessoas que foram do primeiro escalão do governo estadual, foram presas. Era uma terça-feira, dia 17 de dezembro de 2019, naquele dia, a Paraíba acorda e se espanta com as imagens na televisão, era um espetáculo que dividiu opiniões na sociedade. Tinha os que apontavam o dedo e repetiam: crucifica-os. Tinha os que faziam uma leitura mais crítica vendo uma espetacularização e abuso de poder por parte do Ministério Público da Paraíba, autor da denúncia. E tinha ainda a parte da população que não estava entendendo bem o que estava acontecendo e tocava suas vidas sem ter o que dizer.

- O que foi a Operação Calvário para Márcia? – Pergunto tentando entender como esta situação mexeu com ela e com a vida dela.

- É um paralelo, uma realidade paralela. A Operação Calvário é algo muito violento. É um desmonte. Um desmonte, não do sujeito político, mas de uma imagem, de um conceito de vida. De um conceito de existência. É muito profundo o mal que eu enxergo numa atitude como essa da operação Calvário. É como se tivesse roubado a minha vida. Não é alma, não é corpo, é algo de uma essência diferente, é a vida. Como se tivesse roubado a minha vida e me colocado num mundo paralelo, onde eu não fui criança nessa existência paralela, eu não fui adolescente, eu não fui jovem, eu não fui adulta, eu nunca tive ali. Eles simplesmente me pegaram. A minha vida está não sei onde. É como se tivesse me tirado de

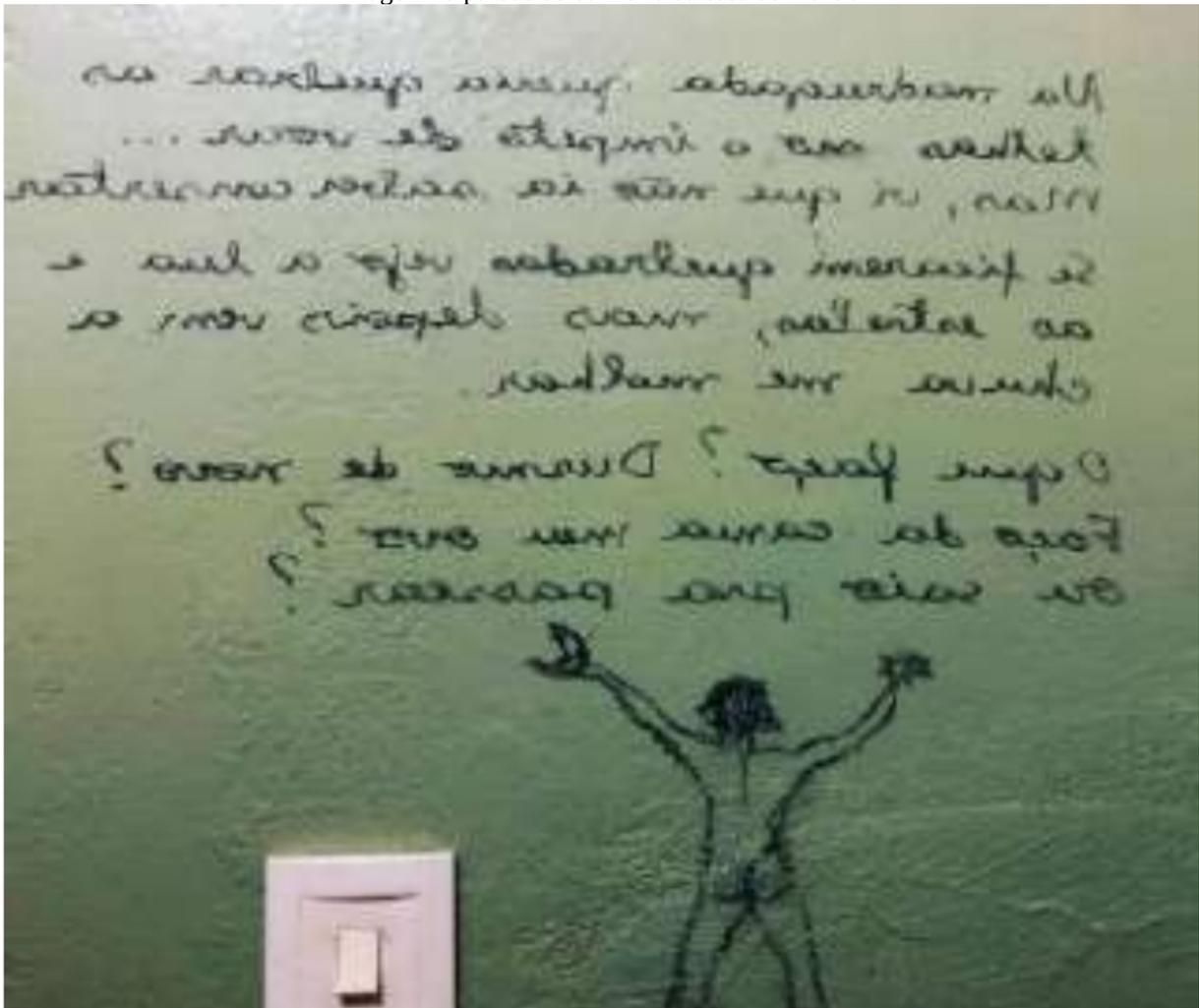
um planeta e me posto em outro planeta, entendeu? É algo de uma violência que eu não sei nem descrever.

Márcia confessa que ainda chora muito e enfrenta dificuldades. Ela relata que o companheiro dela, Nanego, se angustia vendo ela chorar e fica querendo entender o que se passa para tentar ajudar. Ela disse que, certo dia, respondeu assim:

- Não há nada de novo. Eu simplesmente não sou desse lugar que me colocaram, eu não consigo nem botar os pés no chão. Imagina um acidente bem grave, onde quem sobreviveu nesse acidente sai sem uma perna, sem um braço. Todo mundo vê que essa pessoa está sofrida porque está sem uma perna, sem um braço e que vai ter que se adaptar novamente à vida, e as pessoas vão ter que ajudá-la a refazer a vida. Eu me sinto igualmente mutilada, só que não é perna, não é braço e eu não sei que lugar é, eu não sei que pedaço meu foi arrancado. Isso é horrível, porque eu preciso me adaptar à vida e eu não consigo porque não é uma muleta, um braço artificial, não é uma cadeira de rodas, eu não sei o que é. O que vai me fazer me adaptar à vida de novo? A exercer uma profissão ou desempenhar o que eu preciso desempenhar? Eu estou mutilada e não sei onde é. Eu não sei o que perdi, o que foi arrancado. Não sei.

Nesse momento da conversa, nós paramos. Márcia chora uma dor que parece rasgar sua alma. Uma tristeza toma conta do olhar que, por minutos, se perde olhando para o chão. Suas pernas, inquietas, pareciam querer correr, não daquela varanda, mas da conversa que parecia remetê-la àquela terça-feira marcada de dores físicas, emocionais e na própria alma.

Imagem na parede do banheiro da casa de Márcia



Na madrugada queria quebrar as
 Telhas no ímpeto de voar..
 Mas vi que não ia saber consertar.
 Se ficarem quebradas vejo a lua e
 As estrelas, mas depois vem a
 Chuva me molhar
 O que faço? Durmo de novo?
 Faço da cama meu ovo?
 Ou saio para passear?

“E as pessoas também não sabem como ajudar. Às vezes, me queixo delas, dizendo que não me acolheram, mas como as pessoas podem me acolher, porque quando olham para mim, veem uma mulher forte, dinâmica, sem papa na língua. O que as pessoas veem é isso. Como elas vão me ajudar se elas não enxergam o que foi arrancado e nem eu” – diz Márcia, ainda chorando.

Confesso que esse momento foi desafiador. À minha frente estava uma mulher que se coloca no mundo como combatível, mas que naquele momento estava ferida e sangrando. Coloquei a mão em sua perna e silencieei, respeitando aquele momento. Ela respirou e quis voltar à conversa que, apesar de ser dura, ela entende ser a cruz que ela carrega e que, como ela diz, precisava ressignificar.

Márcia pegou a dor dela e a indignação por se sentir injustiçada e foi para as redes sociais, eventos e espaços de escrita para denunciar que estava sendo vítima de *lawfare*¹³. Ela não se intimidou e, além dos inúmeros programas que participou, em vários meios de comunicação, ela participou dos livros *O outro lado: o quebra-cabeça da justiça na Operação Calvário*, organizado por Amanda Rodrigues e *Calvário: o caso de Márcia Lucena*, organizado por Nicodemos Sena e Salvio Kotter. “Para a maioria das pessoas, a operação Calvário já acabou, teve fim. E, para mim, não acabou. A Operação Calvário é essa coisa sem fim. Eu não sei quando eu volto para casa. E, quando eu voltar, minha mãe está com Alzheimer, meu pai não estará mais, meus filhos tiveram que se virar com essa dor e serem as pessoas que o efeito dessa dor produziu. Enfim, quando eu conseguir voltar para casa, não estará ninguém lá. Não estará nada do que deixei lá”.

13 No contexto político brasileiro, o termo *lawfare* tem sido empregado principalmente no sentido de uso de instrumentos jurídicos para fins de perseguição política, destruição da imagem pública e inabilitação de um adversário político. Fonte: Wikipédia: a enciclopédia livre.

Parte da família de Márcia - @marcialucena



O calvário na vida de Márcia começou em dezembro de 2019 e segue até hoje com os bens bloqueados, nenhum processo julgado e convivendo com os traumas deixados pela operação. Em julho de 2020, no meio dessa tempestade, o pai de Márcia, seu Iveraldo, morreu vítima de um câncer de pâncreas. “Meu pai faleceu durante o processo. Não vou afirmar que foi devido a tudo isso, mas tenho certeza de que o que aconteceu ajudou a matá-lo, pois tínhamos uma relação de muita cumplicidade, de muita coisa em comum. A gente pensava e agia de forma muito parecida. Então, tenho certeza de que essa injustiça tão grande que aconteceu comigo afetou meu pai profundamente”¹⁴.

14 Trecho do relato de Márcia Lucena no livro *O outro lado: o outro lado do quebra-cabeça da justiça na Operação Calvário*, de Amanda Rodrigues, p. 250.

Sinto que, ao mesmo tempo que Márcia sente muitas dores por conta dos traumas vividos pela Operação Calvário, ela busca ficar de pé o tempo todo, se mostrar forte para lutar contra as injustiças que se apresentam a ela.

“Ao mesmo tempo, eu me cobro o tempo todo de não ter autopiedade, de virar a página, de deixar de lamúria. Mas é, acima de tudo, uma coisa muito violenta, movida pela ganância de algumas pessoas. Do Ricardo Vital e do Octávio Paulo¹⁵. Para mim, essas duas pessoas - claro que tem gente por trás deles - foram as pessoas que arrancaram a minha vida”.

Sabemos que as mulheres continuam lutando por ampliar seus espaços na vida pública da política. Que, em muitas situações, elas estão sempre executando o que foi pensado em mesas de reuniões organizadas por homens. Nessa Operação Calvário, Márcia, Estela e Cida foram apontadas como as pensantes da organização criminosa que atuava na política paraibana.

- Por que você acha que eles colocam as mulheres como estrategistas políticas? –
Pergunto, querendo entender essa matemática que não fecha.

- Porque faz parte desse jogo machista e patriarcal que a gente vive até hoje. Para esses algozes, é muito mais fácil meter as mulheres do que os homens, porque um dia, a rebordosa pode vir e eles acreditam na fragilidade total das mulheres. Ou seja, são uns bichos mansos, inofensivos, um bicho que eu posso pisar porque eles não vão dar rebote. E os homens têm medo do rebote.

15 Ricardo Vital é o desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba e Octávio Paulo Neto é o coordenador do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado do Ministério Público da Paraíba (Gaeco). Eles são os responsáveis pela Operação Calvário na PB.

- É como se as mulheres tivessem num lugar errado também, né?

- Isso. Elas não têm que estar na política. É legítimo tirar as mulheres. Elas se atreveram a estar, então vão aguentar. É uma praga invasiva e praga invasiva a gente corta.

Na foto, o pai e a mãe de Márcia improvisam uma tornozeleira, como ato de solidariedade à filha - Imagem postada por Iveraldo Lucena no facebook.



- Você foi presa e ficou cinco dias no presídio. Você pode falar sobre esse momento?

- Pergunto receosa, mas Márcia coloca um sorriso tímido no rosto e responde.

- Então, de tudo isso que aconteceu, esse foi o momento menos sofrido. Porque dali eu não tinha mais para onde ir. Eu tinha chegado no fim do poço do mal que podia me acontecer. Eu tinha esperança, porque, como eu sabia que eu não tinha nada a ver com tudo

aquilo, que nenhum momento da minha vida eu tive contato com nada, nem de desvio de dinheiro e nem de coisa eleitoral, eu tinha certeza, que mais dia, menos dia, eles iam me chamar e alguém ia dizer: desculpe, nós erramos com a senhora e a gente queria se desculpar.

Márcia conta que teve acesso a uma papelada que a acusava de ter contratado uma organização social (OS) para administrar a educação da Paraíba. Segundo ela, a OS só foi contratada em 2017 e, nesse tempo, ela já era prefeita de Conde e estava fora da secretaria de educação desde dezembro de 2014.

- É verdade que, quando você chegou ao presídio, solicitou à diretora para criar uma sala de aula para as presidiárias? – Pergunto, porque uma agente penitenciária que conheço me falou dessa história.

Márcia sorri, responde que sim e conta como foi o diálogo com a diretora do presídio feminino Júlia Maranhão.

- Calma, mulher! Você nem chegou na sua cela e já quer alfabetizar, tenha calma – disse a diretora a Márcia.

- Enquanto eu estiver aqui, você me aproveita, pode aproveitar, porque se der certo, eu fico vindo aqui – ela sorri e complementa. Era de uma inocência tão grande, né?

Márcia relata como foram os dias no presídio.

- Então, o tempo que passei no presídio foi um período mais tranquilo. Eu tinha tanta certeza de que tudo ia se resolver, que eu aproveitava lendo, dormindo. Teve um dia que

painho e Nanego foram me visitar e eu disse que não se preocupassem porque eu estava bem, que a cela tinha sido pintada, organizada, estava com ventilador que Jaira tinha levado, lençol, colchão, tinha tudo. Tudo isso será explicado e passará.

- E qual foi o pior momento? – Questiono.

- O pior momento foi o da busca e apreensão. Eles chegaram em casa derrubando um portão de alumínio. Eu acordei com aquele barulho estrondoso. Como eles chegaram, gritando: polícia federal, polícia federal, polícia federal. E saber que, ao mesmo tempo que eles estavam na minha casa, eles estavam invadindo a casa do meu filho João. Saber que ele estava sofrendo o mesmo. Foi muito ruim. É tanto que fiquei traumatizada e toda vez que eu ouvia um barulho, eu via uma caminhonete, eu me arrepiava e dizia: é agora. E outro momento que foi ruim foi quando eu saí do presídio, quando percebi que os caras ainda me chamavam de bandida e nem me pediram desculpas. Foi quando entendi que o negócio era mais sério do que pensava – lembrou Márcia.

- Foi aí que você sentiu que a vida foi arrancada?

- Exatamente. Foi aí que eu perdi a minha vida. Eles são absolutamente vitoriosos, porque eles atingiram o objetivo deles. Eles só não conseguiram nos matar. Matar mesmo, de ir para debaixo da terra.

- Mas será que era isso que eles queriam ou preferiam ver vocês vivos, mortos para a política e sofrendo as humilhações?

- É. Só sei que eles são vitoriosos. Porque, por exemplo, de todos, eu estou numa condição melhor, porque fui contratada pelo Ministério dos Direitos Humanos. E tantos outros que não estão em lugar nenhum? A ideia era matar a gente politicamente.

Durante sua prisão, foi organizado por amigos, artistas e familiares um ato de solidariedade à Márcia. Dezenas de pessoas foram para frente do presídio e cantaram, discursaram e gritaram palavras de ordem pedindo a libertação de Márcia.

Card de divulgação do Ato



**Ato em
solidariedade à
Márcia Lucena**

19 de agosto

Concentração: 17h
Local: Penitenciária Júlia Maranhão
(Mangabeira VII), João Pessoa-PB

Você, ser de dentro e muitos,
realizar um belo ato de apoio à
mulher que deu um ato político

**LUTE
COM ESSA
MULHER**

Concentração do ato – site ParlamentoPb



No dia seguinte, após o ato, Márcia conseguiu o habeas corpus e saiu da prisão, mas com diversas cautelares, entre elas, o uso obrigatório de uma tornozeleira, a qual ficou por 708 dias.

- Foi a maior violência que você já viveu?

- Na vida? – Perguntou ela.

- Na política – respondo.

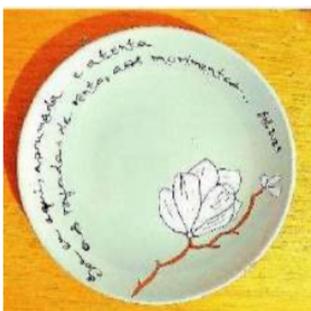
- Sim. E na vida também. Eu me lembro de dores profundas, principalmente, quando minha filha foi violentada. Foi uma dor terrível, mas era uma dor física e emocional, mas o maior impacto era físico. Nesse caso, a gente vai, faz uma terapia, toma a medicação, a gente dá o colo e as coisas vão se acomodando, encontrando um lugar para seguir. Mas a operação

Calvário não. Como ela é uma coisa, absolutamente, abstrata, porque ela atinge os valores, a nossa integridade moral, física, financeira, ela é uma coisa muito grande. E aí você vê os outros, ao seu redor, tombarem com isso também. Sem dúvida, foi a maior violência que já vivi na minha vida.

O dom de se comunicar

Márcia tem muita facilidade para se comunicar. Gosta de estar em grupo, dialogando, formando, descobrindo, construindo, sempre em coletivo. Por onde passou, a comunicação foi uma característica marcante dela. As campanhas eleitorais das quais participou foram recheadas de criatividade e Márcia surpreendia por sua desenvoltura nas câmeras, nas reuniões com apoiadores e nas atividades de rua. Após sair da Prefeitura de Conde, Márcia, além de ficar desempregada, se viu diante das consequências da Operação Calvário. Essa situação fez ela reacender os dons que tem, bem como utilizá-los em favor dela. Redescobriu o amor pela pintura e começou a pintar cerâmicas. A poesia, que sempre a acompanhou em sua caminhada, floresceu ainda mais. E, para não ser engolida pela Operação Calvário, encontrou na internet, através das redes sociais, um instrumento para dialogar com as pessoas, denunciar as injustiças, além de criar conteúdo com temas importantes da sociedade.

Publicações no Instagram que divulgam sua arte e suas atividades nas redes sociais



- Eu sempre tive muita facilidade de comunicação, desde a Secretaria de Educação, que eu usava esse meio digital para me comunicar com professores, gestores escolares e estudantes de todo o estado. Eu sempre tive muita atenção e muito respeito por isso. Quando eu entrei na prefeitura, logo vi que as dificuldades de comunicação no Conde eram grandes. As pessoas lá não tinham uma formação mínima, pois tínhamos 49% da população analfabeta. Aqui não tem jornal, não tem rádio, não tem TV, não tem nada que gerasse essa aproximação que a comunicação traz, além das comunidades distantes umas das outras, praticamente isoladas, então eu comecei a fazer um programa chamado “Olá Comunidade”, aonde eu ia para as comunidades para poder conversar com as pessoas.

- Foi um caminho que você enxergou para se comunicar com a população? –
Pergunto.

- Sim. Eu ia toda terça e quinta-feira para conversar sobre a política que eu estava desenvolvendo, a política partidária, propriamente dita, a importância da mulher na política, a importância de acompanhar a política em si.

- E nas redes sociais? Como começou?

- Nessa altura, o Facebook, Instagram, Whatsapp, essas coisas estavam com muita força dentro das comunidades. Todo mundo tinha um celular e eu comecei a fazer vídeos semanais para poder ir consolidando aquilo que tinha sido conversado na comunidade e jogava tudo nas minhas redes sociais. Tinha muito retorno.

Márcia criou, nas plataformas da internet, programas semanais como “*Diálogos*”, “*Vem Mulher*”, além de aos domingos ensinar receitas enquanto respondia e conversava com seus seguidores virtuais. Márcia também virou um símbolo contra o lawfare, debatendo com pessoas do país todo sobre justiça no Brasil. Ela também entendeu que as redes sociais eram um caminho para fazer críticas construtivas à gestão municipal e estimular a população a acompanhar as ações, além de buscar mais cidadania, através das políticas públicas.

“Toda vez que a gente mandava um projeto para a Câmara de Vereadores, onde a maioria era adversário da gestão, eu fazia um vídeo explicando o que era o projeto, qual benefício ele traria para a população e por que era importante que todo mundo fosse à Câmara de Vereadores solicitar a aprovação do projeto. O povo se organizava e ia para a Câmara e, com isso, eu consegui aprovar todos os projetos que enviei para a Câmara nos quatro anos” – diz Márcia com o semblante de satisfação.

O talento de Márcia para a comunicação, aliado à sua criatividade artística, deixa por onde passa uma marca inconfundível de autenticidade e ousadia. Olhando para o tanto de coisa que ela já fez nas plataformas digitais, me atrevo a dizer que isso a deixou viva e não permitiu que ela morresse para a política paraibana.

“Quando eu saí do presídio, coincidiu com a onda de lives que foi trazida pela pandemia, então eu comecei a montar programas. Tinha um que eu fazia só com o povo de Conde, um agricultor, uma agricultora, uma pessoa mais ligada à questão religiosa, mais ligada à cultura, professor ou professora. Sempre estávamos uma vez por semana no Fala Conde conversando sobre temas importantes para a população. Já no “Diálogos com Márcia Lucena”, eu chamava sempre alguém de fora do Conde e, às vezes, de fora da Paraíba, foram várias pessoas de segmentos diferentes. E, na campanha, eu usei muito, como todo mundo usa. Foi dessa forma que usei esse canal para falar,

denunciar, inspirar. Eu acho que eu sempre trouxe essa coisa da comunicação comigo e as mídias sociais vieram como um canal que usei por ter essa pulsação já muito forte dentro de mim”.

Foto @marcialucena



Após passear por alguns trechos da história de Márcia, que insiste, apesar da dor, em se vestir do melhor sorriso, percebo a força do ser feminino e quão importante é lutar para estar na política, não para se contaminar com os vícios impregnados, mas para doar o que se tem de melhor em favor do ser humano. Desejo que Márcia se reencontre todos os dias, que uma melodia lhe tire para dançar cotidianamente, que a poesia possa ser o calmante da alma e

que ela volte para sua casa interior, se fortaleça com os seus e cumpra seu propósito, acima de tudo, de forma feliz.

“Foi difícil manter minha presença quando tudo dizia: você não deve existir!” – Estela Bezerra

Foto de divulgação – Instagram @estelabezerraoficial



Numa tarde ensolarada de novembro, chego para uma conversa com Estela Bezerra em sua casa. O apartamento no nono andar é cheio de cores, plantas e a porta de entrada fica sempre aberta, como se esperasse a sorte chegar, parafraseando a canção *Vilarejo*, de Marisa Monte. Nesse dia, Estela tinha acabado de chegar do médico com sua irmã. Chegou esbaforida com o calor de 30 °C e com a fome estampada em seu rosto. Já passava das 14h e ela não tinha almoçado. Aos poucos, ela foi se organizando. Almoçou, respirou e já puxou uma caneta e um papel e começou a rascunhar números e fazer análises políticas sobre as candidaturas postas para as eleições municipais de João Pessoa.

Estela é uma das figuras mais complexas que já conheci. Ela tem uma inteligência fora da curva e uma capacidade de sintetizar como poucas pessoas. Paralelo a isso, é uma pessoa que gosta de se perder no tempo filosofando, até porque, outra característica marcante dela tem a ver com o tempo. O tempo cronológico dela difere do nosso, enquadrado em 24h, dividido em três turnos. Ela acredita muito mais na entrega do que nos cumprimentos de horários. Essa dinâmica com o tempo do pensar, do produzir e do cumprir hora já fez Estela ser incompreendida e, em algumas situações, já lhe rendeu adjetivos não tão bons.

Quem conhece Estela ou a admira, ou a odeia. Não há meio-termo. E até chego a imaginar que mesmo os que a odeiam, no fundo, a admiram. Ela não é fácil. Ela tem opinião sobre todo assunto. Questiona todas as pessoas. Não consegue ficar num espaço sem falar, contribuir, discordar, sugerir. Essa postura não costuma agradar todas as pessoas, principalmente, na política. Ora, como num lugar onde vários homens preparados podem suportar uma mulher, negra, lésbica, periférica e feminista, chegar e colocar seus conhecimentos, sua direção? Isso é demais para eles!

Mas, voltando para nosso encontro, após meia hora de análise dos candidatos, tento trazer a conversa para o foco deste livro. Aviso que vou começar a gravar e já começo fazendo o primeiro questionamento:

- Quando você desperta para a política? Quando você entendeu esse fazer político?

- A minha família é de servidores públicos. Meu pai foi servidor do estado e minha mãe servidora da rede ferroviária federal. Eu, ainda fazendo o ensino fundamental, via minha mãe participar de greves. Meu pai era mais conservador e minha mãe era mais do campo progressista e estava sempre trabalhando em função dos direitos das mulheres, dos direitos dos professores, dos direitos de remuneração. Então, a primeira vez que tive contato com a tensão de sujeitos coletivos buscando direitos e consensos na sociedade sobre o que é direito e dever, foi nesse processo de minha mãe participar de greve. Depois a gente passa a morar no José Américo. Eu tinha entre 10 e 11 anos, e o José Américo não tinha absolutamente nada ao redor, era um conjunto habitacional no meio do mato, assim como foi o Geisel e depois Mangabeira. Esses conjuntos habitacionais foram os que povoaram aquela região.

Dona Orlandina com os filhos (Aluísio, Ricardo, Esterlândia e Estela), netos e netas



Arquivo pessoal

Estelizabel Bezerra de Sousa carrega o nome de suas avós, Estela e Izabel. No processo de entrada na política, especificamente em 2012, ela adotou só o Estela por ser mais fácil de ser assimilado na campanha. É filha de Dona Orlandina com Seu Aluílson e tem três irmãos. Nasceu em Cabedelo, município da grande João Pessoa, mas ainda pequena se mudou para a capital. É possível notar que Dona Orlandina teve uma forte influência na trajetória de Estela e, mesmo hoje vivendo com Alzheimer avançado, a ligação das duas é forte e cheia de cuidados. Estela, por vezes, homenageia Dona Orlandina em suas redes sociais, postando fotos com ela ou resgatando momentos importantes da caminhada de sua mãe.

“No bairro José Américo não tinha nenhum tipo de equipamento de lazer, equipamento de saúde, equipamento de educação. Eu estudava no centro da cidade, no Pio XII, e a gente andava no ônibus Canaã. O ônibus sempre quebrava na ladeira do Rangel, terminava sendo uma coisa divertida, mas era uma coisa que atrapalhava a vida de muita gente. No movimento secundarista, eu também participei da luta pela meia entrada e a meia passagem para estudantes, que, à época, não eram direitos. Acho que o governador era Burity e ele tinha comprado uns cassetetes e uns equipamentos novos para a polícia militar e a gente dizia que tinha sido testado na criançada e na juventude que estava na rua pedindo pela meia entrada e meia passagem” – diz Estela, rememorando seus primeiros contatos com as lutas coletivas.

Ônibus Canaã – rota José Américo/ Cristo/ Centro



Foto do

Acervo Paraíba Bus

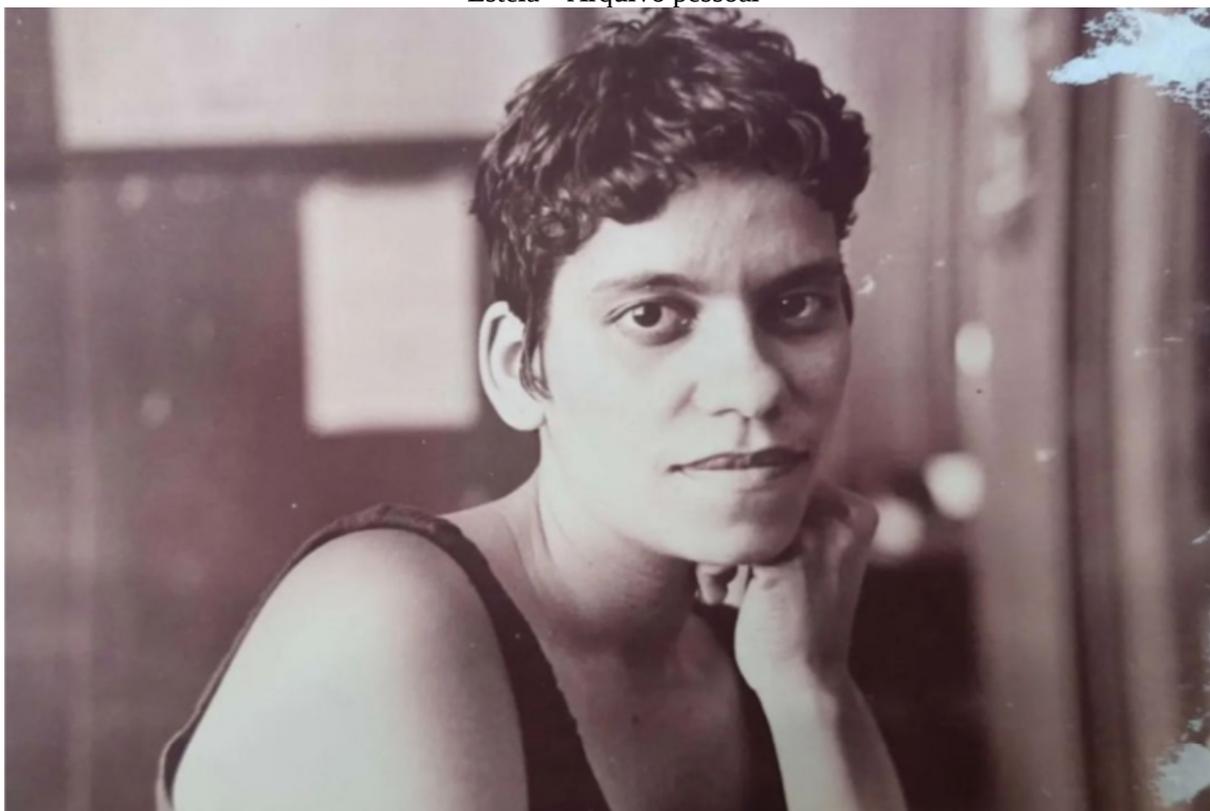
Estela faz vestibular e passa para o curso de Comunicação Social, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A questão do transporte ainda continuou um problema para ela, porque, apesar de morar perto da Universidade, não tinha ônibus que fizesse o trajeto José Américo – UFPB. “A universidade era mais perto da minha casa do que quem morava na praia ou no centro, mas era mato de um lado, mato do outro, e não tinha transporte que me levasse para universidade. Eu me entendi como sujeito político na luta por direitos básicos, direitos de ter uma vida digna”.

Ao chegar no espaço acadêmico, Estela tem contato com vários universos, tanto que, durante sua passagem pela universidade, ela vai passear pelos cursos de filosofia, arquitetura e Letras. Quando ia ser jubilada, retorna para o curso de comunicação e se forma na habilitação em jornalismo.

“Na universidade, eu me deparo com o feminismo que vai me ajudar a entender porque eu era tão fora da curva. O feminismo me ajuda e me fortalece nesse sentido, no sentido da igualdade de gênero, que era

uma coisa que eu contestava, inclusive em casa, por ver minha mãe trabalhar mais do que meu pai. E meu pai, com o tempo, passa a ser muito colaborador, mas a ideia é que ele colaborava e não que ele respondia pelas responsabilidades, compartilhava as responsabilidades que deviam ser dos dois. A desigualdade do trabalho doméstico já me chamava a atenção desde sempre. Mas eu não entendia porque também não encontrava em nenhum lugar alguém que contestasse como eu. E aí o feminismo é esse lugar onde eu vou entender a fábrica das desigualdades”.

Estela – Arquivo pessoal



Além do feminismo, a arte é outro campo em que Estela busca mergulhar. “Eu sempre fui uma pessoa muito sensível à música, ao teatro, à expressão artística e cultural. Às vezes, eu compreendia determinadas coisas a partir de uma música, a partir de um filme. Eu também tive contato com o movimento de ditadura no Brasil e na América Latina, porque eu tive um tio comunista, bem como amigos e outros parentes. Então, a ditadura era um fantasma que me rondava. Eu tinha uma visão do que era o autoritarismo, do que era o uso da força para dominar a livre expressão individual das pessoas. Eu já tinha um gosto pela música de Chico Buarque e já ia atrás das músicas que tinham sido censuradas e dos conteúdos que falavam disso. Então, eu era uma pessoa politizada, mas não era uma pessoa que tinha interesse em participar de nenhum partido político”.

Por mais que temas ligados à política já pulsassem no sangue de Estela, ela não acreditava na via formal da política, nem nos seus instrumentos de organização, como partidos, espaços legislativos e governos. Para quem não sabe, Estela era do movimento anarco punk.

- Eu não tinha interesse em participar de nenhum partido político, tanto é que eu vou me identificar na juventude com o movimento Anarco Punk, que é um movimento estético e político que questiona a representação. Eu não achava que a democracia representativa dava conta da complexidade que são as relações de poder e de produção de bens que uma sociedade precisava ter enquanto modelo para ser justa e igualitária – lembra Estela.

- E quando a chave virou? Pergunto, querendo saber como ela passou de Anarquista para uma política partidária e que disputa os espaços de poder.

- Acho que foi o feminismo mesmo, sabe? Foi o movimento feminista que me colocou em diálogo com esse estado e com essa representação que eu negava, que eu buscava desqualificar ou desconstruir a partir do anarco punk. Eu começo a repensar aos 20 anos, no início da década de 90, dois anos de Constituição, que foi um movimento estimulante para quem gosta de política. Passo a entender que é preciso ter dentro da política pessoas que dialoguem e levem questões que não iriam aparecer se as mulheres não

estivessem lá, se as pessoas que não são das oligarquias não estivessem lá. Se você só tiver a classe patronal, os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras nunca serão tratados. Então, o feminismo me ajudou muito a me reposicionar sobre a reforma política que precisava ter e a reforma democrática que precisava ter no nosso país e no nosso planeta. Mas é isso, na década de 1990 que começo a ter uma visão e uma posição diferente do anarco punk.

Movimento Feminista da PB – Ação pela legalização do Aborto (1996)



Arquivo – Cunhã – Coletivo Feminista

Estela trabalhou no SESC (Serviço Social do Comércio), na parte de cultura e produzindo audiovisual. “Aquela coisa da vertente artística e da transformação me leva para o audiovisual e, obviamente, pobre não tinha direito a fazer cinema, porque era muito caro, não tinha esses meios de produção que a gente tem hoje, que facilitaram muito a produção, mas, mesmo assim, eu fui fazer”. Na época, Estela priorizava os vídeos ligados à pauta das mulheres, mas ela também já dialogava com o movimento de crianças e adolescentes, racial e diversidade sexual. Todas essas vivências possibilitaram ampliar o olhar de Estela, que, como parlamentar, pautou todas essas questões na Assembleia Legislativa.

Nas décadas de 1980 e 1990, havia na Paraíba uma grande movimentação de organizações de mulheres e feministas. Sindicatos, partidos, grupos populares, associações de moradores e organizações não-governamentais passaram a trabalhar a pauta das mulheres. Em 1990, em João Pessoa, duas organizações foram fundadas e fizeram um trabalho importante na discussão de gênero na capital: cunhã-coletivo feminista e Centro da Mulher 8 de Março. “Há uma efervescência, um crescimento do movimento feminista. Esse movimento, que na década de 80, consegue delegacias das mulheres e começa a desenhar uma política de enfrentamento à violência contra as mulheres. Esse tema era considerado um problema privado, de ordem doméstica, para o qual não se tinha nenhuma política pública. A violência não era tratada como um tema público, político e que a sociedade deveria tratar. E é o feminismo que vai dizer que as mulheres sofrem de absenteísmo, porque elas são violentadas, porque sofrem de saúde mental, mas sem elas uma parte da economia não anda. Foi o feminismo que foi colocando isso no centro do debate político”.

Equipe da Cunhã – Coletivo Feminista – década 1990 – Arquivo da Cunhã



Estela reconhece a importância da luta feminista na sua formação política, mas também reconhece o quanto foi e é necessário para a sociedade. Os direitos conquistados são frutos da resistência das mulheres, das pesquisas no campo de gênero e da presença de parlamentares femininas transformando em lei as lutas e os estudos. O movimento

possibilitou a Estela se capacitar sobre várias áreas e a levou a muitos lugares para formações e troca de experiência.

“Eu viajei para fazer lobby em Brasília, fui para formações em São Paulo, Argentina, Chile e Estados Unidos. Então, o meu mundo começou a crescer, a minha visão começou a crescer. Começo a entender o mundo de forma diferente, e aí nesse diálogo a gente começa a construir a estratégia de ter mecanismos de políticas públicas para as mulheres. A gente, movimento feminista no Brasil, que já tinha conseguido os conselhos, compreendeu que precisava de um órgão próprio de política para a mulher. E essa interlocução com o movimento feminista global fez com que a gente focasse em ter mecanismos de políticas para as mulheres. Aqui, na Paraíba, eu vou ser uma pessoa central nessa discussão, porque depois de todo mundo discutir, eu saía para sistematizar um documento. Na verdade, eu e você. Somos nós duas que sistematizamos o documento que ia ser entregue ao candidato que dialogava com o campo progressista”.

Eu conheci Estela no início dos anos 2000. Eu era do Centro da Mulher 8 de Março e ela era da Cunhã – coletivo feminista. Participávamos de muitos movimentos de rua, reuniões e formações, mas foi em 2004 que a gente se aproximou. Foi exatamente nesse período de construção do modelo que se desejava um organismo de políticas para as mulheres na cidade de João Pessoa. As reuniões juntavam várias mulheres de diversos movimentos, bairros e partidos progressistas. A proposta era não só desenhar o órgão de gestão, mas as políticas prioritárias e o perfil que iria gerir o novo equipamento público, caso o novo prefeito decidisse criar. Ao terminar cada encontro, éramos responsáveis, Estela e eu, de sistematizar as informações e criar um documento que expressasse o desejo das mulheres. E assim foi feito. Eu era muito jovem e estava bebendo dos ensinamentos das feministas que já tinham uma trajetória de luta e formação. Eram mulheres sábias e dispostas a repassar seus aprendizados. Eu, uma jovem, mas cheia de desejo de aprender, contribuir e ampliar a visão de mundo e de justiça. Foi um encontro perfeito e que colho frutos até hoje.

Naquela conjuntura eleitoral, o candidato Ricardo Coutinho recebeu o documento, se comprometendo a criar a nova pasta e, em janeiro de 2005, eleito prefeito, ele anuncia a criação da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres da Prefeitura de João Pessoa. Foi o primeiro organismo específico na Paraíba.

- É importante lembrar que, nesse período, no Brasil, vivíamos o governo Lula que vinha implementando novas políticas na gestão. Aqui, na Paraíba, o movimento de mulheres e feministas também queria acompanhar nessa direção. Faço esse recorte, porque ter um governo federal alinhado com as temáticas trabalhadas facilita o avanço de ações e políticas públicas nos municípios. Você também percebe assim? – Pergunto.

- O Brasil tinha dado essa guinada desde 2003. Lula é o resultado dessas rupturas. Inova numa série de coisas e tem uma energia forte de transformação. É nesse contexto, que aqui em João Pessoa, o movimento feminista participa do momento eleitoral, pautando o desgaste do então prefeito Cícero Lucena com sua gestão ruim para a saúde das mulheres e pautando propostas que produzam conteúdos e compromisso com o futuro prefeito que a gente gostaria de ver na cidade. Quando Ricardo ganha, há uma construção da minha indicação para ocupar o órgão de políticas para as mulheres. A princípio, eu não tinha interesse em ir, por isso eu demoro a responder que vou – relata Estela, que aponta como um dos empecilhos para assumir foi a descoberta do câncer de garganta do seu pai.

Mobilização contra os altos índices de mortes maternas em João Pessoa (2004)



Arquivo Cunha – Coletivo Feminista

Estela terminou aceitando o convite e foi colocar em prática tudo o que tinha elaborado na campanha. Começa a nova fase de gestora pública. Uma decisão que mudou completamente a vida dela.

- Nesse organismo inovador, nosso maior papel era fazer a sociedade e a própria administração pública entender o que era estabelecer políticas que considerassem que a cidade tinha impactos diferentes para homens e mulheres –destaca Estela.

- Como o quê, por exemplo? – Questiono.

- Uma coisa simples, por exemplo. Uma rua mal iluminada, ela é insegura para um homem e uma mulher. Para um homem, ele pode ser assaltado e morto. Para uma mulher, ela pode ser assaltada, estuprada e morta. Porque a violência sexual é muito dirigida à correção e à dominação do corpo das mulheres. Outra coisa também é o trabalho invisível das mulheres que nunca foi considerado ou pensado como políticas públicas. Por exemplo, as mulheres cuidam das crianças e tudo que o governo faz para as crianças está livrando uma carga das mulheres. Tudo que se faz nos cuidados dos idosos e crianças, você está colaborando no trabalho invisível dessa mulher. E nós fizemos esse trabalho!

A sensação que sinto ao escutar Estela é que estou numa aula sobre a história do movimento de mulheres e feministas na Paraíba. Vai passando um filme de momentos que vivi nesse processo, bem como fico viajando nas imagens das lutas de quem veio antes de mim. Quantas experiências se perderam no tempo por falta de registros, mas o importante é ver os frutos, principalmente, das políticas públicas implementadas na sociedade.

Estela conseguiu avançar em ações, campanhas e políticas na Coordenadoria das Mulheres. Com isso, ela recebeu o convite para assumir a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, mas não aceitou. Em seguida, recebeu outro convite para ir para outra pasta nova, a Secretaria Municipal de Transparência Pública. “É lá que eu consigo aprofundar a ideia de Estado. Eu já tinha lido Antônio Gramsci e acreditava na ideia de que a sociedade é de fato a instância que decide as coisas. Quanto mais aprimorar a democracia participativa, mais as decisões são tomadas de maneira legítima”.

Essa segunda pasta, ocupada por Estela, é composta por três pilares: o controle interno, o orçamento democrático e a ouvidoria. “Nesta secretaria, que foi construída num governo democrático e popular, era possível acompanhar, por meio de informações qualificadas, os investimentos públicos; definir para onde iam esses investimentos e dizer para o governo o que estava sendo bem feito ou mal feito, através da ouvidoria”. Nesse momento, Estela retoma o papel e o lápis, para começa a rabiscar o organograma da secretaria, apontando o objetivo de cada organismo vinculado a ela.

“Era uma secretária que movia meios de qualificar os serviços, aumentar o aprendizado, numa relação sociedade/usuários e serviço público. Foi muito rico em termos de aprendizagem. Eu acho que é nesse momento que eu sou identificada como uma pessoa que tem uma habilidade, tanto de sistematizar informações, como mobilizar cadeias de diálogos. E eu começo a conviver mais com a parte política partidária, dialogo com a Câmara Municipal e as comunidades. Foi um processo pedagógico, em que, tanto eu me identificava como uma

mobilizadora, como sou identificada como uma pessoa que coordena processos, tem liderança e, nesse período, sou convidada a entrar no PSB. Isso é 2008”.

No ano de 2008, aconteceu o processo eleitoral e Ricardo Coutinho disputou a reeleição de prefeito. Estela assume um papel importante na campanha e, após a vitória, ela assume outra secretaria.

- Eu já tinha passado por duas secretarias, participei do processo eleitoral de recondução e, na segunda gestão de Ricardo, em 2009, assumi a Secretaria de Planejamento. Os convites se intensificaram para eu entrar no partido e eu sempre dizia que ia pensar. Eu, vinda do anarco punk e de um movimento que tinha uma certa autonomia das políticas partidárias, tinha na minha cabeça que eu dialogava com conteúdo suprapartidário de campos progressistas. Mas, cada vez mais, vou me afirmando que devo estar nestas disputas.

Estela como secretária de planejamento – Foto Zé Marques



- E por que não entrar no partido?

- Eu me questionava se eu era a pessoa que tinha perfil. Se eu era a pessoa que tinha

melhores condições de disputar. Mas, eu lembro bem que um dia falei: mas é engraçado, enquanto eu estou aqui com essa crise de conflitos, se sou realmente uma pessoa capaz de estar nesse ambiente, vem um filho de um político tradicional, vem alguém da oligarquia, que tem menos experiência e qualificação que eu, e se transforma em vereador, em deputado, em prefeito, da noite para o dia, porque herdou essa condição. E não vai representar aquela diversidade e interesses que eu quero ver dentro da política porque eles nunca passaram por estas necessidades. Só vai defender o transporte público quem já usou e precisa dele. Foram esses questionamentos que me fizeram me colocar à disposição para ser candidata a vereadora.

Abro um parêntese aqui para destacar que a desigualdade de gênero colocou as mulheres às margens da sociedade. Seu mundo se resumia ao cuidado (dos outros e da casa), não tendo a oportunidade de se preparar para o mundo público. Até hoje, muitas mulheres têm insegurança na educação, na pesquisa, no trabalho e, também, na política. Enfrentar a sociedade que fica testando, de forma insistente, a capacidade feminina é cansativo e assustador para a maioria das mulheres, independentemente de onde atuam.

Já os homens são preparados, desde pequenos, para enfrentar a sociedade, construir a política, trabalhar fora e se capacitar. É comum as mulheres se sentirem inseguras quando chega um convite para ocupar um cargo público, uma promoção no trabalho, entre outras coisas. Apesar do medo e dos desafios da vida privada (que não se acabam), muitas mulheres têm enfrentado e conquistado mais espaços, fortalecendo a chegada de outras.

“A cultura do serviço público reproduz tudo que tem na sociedade. A gente é desqualificada por não ser das famílias tradicionais, é desqualificada por ser mulher, é desqualificada por ser negro. Tudo que for menos na sociedade será, menos ainda, dentro dos espaços de disputas políticas e institucionais. É aí onde mora a história do racismo estrutural, do machismo estrutural no nosso país”.

Estela é indicada a Prefeita pelo PSB (2012)



Foto Altair Castro

Entendendo que precisava se colocar para a disputa, se quisesse ver as transformações continuando na cidade, Estela decide colocar para frente a candidatura à vereança e realiza até uma atividade de pré-campanha.

“Esse conflito vai de 2008, onde eu sou convidada a entrar no partido, passando por 2010, onde um grupo de amigas queriam me lançar a candidata a deputada federal e eu declino dessa ideia, porque eu não ia ter nem os votos da minha família (risos). A minha família não queria que eu me metesse em política partidária. Meu pai, minha mãe, minha companheira à época, ninguém achava que eu deveria entrar na disputa daquele ano. O próprio Ricardo, que era a pessoa que mais me

conduzia, dizia que pensava em outro momento, porque também precisava de muita organização, porque ele ia disputar o governo do Estado em 2010 e precisava de gente fora desse espaço da disputa. Chega 2012 e eu estou preparada para ser vereadora”.

Nesse ano de 2012, Estela, que é ainda secretária de planejamento e estava articulando sua candidatura à câmara municipal, se depara com um racha no PSB que muda todo o rumo da política em João Pessoa. A relação entre Ricardo Coutinho, que era governador da Paraíba, e Luciano Agra, que era o prefeito e poderia concorrer à reeleição, se estremece e há um rompimento, fazendo com que o partido escolhesse Estela Bezerra para ser a candidata a prefeita de João Pessoa.

- Há um racha no PSB e uma disputa interna entre o pré-candidato posto, que era Luciano Agra, e a minha pré-candidatura como prefeita. Isso se dá pelo distanciamento de Luciano, que tinha sido vice de Ricardo, e o distanciamento do próprio Ricardo. Tem várias questões aí que eu acho que não é o interesse do objeto deste estudo, mas daria um bom livro sobre como as coisas se processaram.

- Ou não – interrompo ela. Você acha que o processo não foi atropelado? Porque você já vinha numa pré-candidatura à vereadora e, de repente, seu nome surge para ser a candidata à prefeita. Você tinha esse desejo ou você acha que foi a decisão de outras pessoas que prevaleceu naquele momento e você foi? – Questiono-a.

- Não. Em todos os momentos, eu desejei. Eu já estou pronta para ser candidata a vereadora, então eu estou pronta para ser candidata – respondeu Estela de forma mais firme. Quando acontece a mudança, era numa conjuntura de muitas desconfianças e de muitas disputas que não foram feitas por mim e nem participei diretamente porque eu não estava sintonizada nesse nível, mas terminou que caiu na minha mão a representação. Eu aceitei

porque eu tinha desejo, eu tinha conhecimento. Eu não fui escolhida por qualquer critério, fui escolhida porque eu tenho uma história de luta. Na coordenadoria das mulheres, eu conheci muito, qualifiquei muitos conhecimentos, depois como transparência pública, conheci muito a máquina pública, depois como secretária de planejamento, conheci a cidade por completo. Então, eu tinha, como tenho ainda hoje, o privilégio de conhecer essa cidade.

Estela continua nesse assunto. Tive a sensação de que esse tema lhe causa um certo desconforto e, deixo-a falar.

- Luciano Agra, que era o candidato nato, foi muito desconstruído. E ele foi desconstruído não por mim, mas por outra pessoa dentro do agrupamento que tinha interesse em ser o candidato. Eu não queria que fosse nas condições internas que foram, tanto é que houve uma ruptura da administração do prefeito, que era Luciano Agra, que passou a apoiar a candidatura de Luciano Cartaxo, que no final foi o vencedor daquela eleição, apesar de que eu era considerada neófito e debatendo com pessoas que já tinham mais experiências, que tinham sido governadores, senadores, e ainda fiquei na terceira posição, sendo bem votada e saindo bem avaliada. E ainda teve uma coisa muito ruim no processo, que foi a questão com meu pai.

Durante o processo eleitoral, o pai de Estela, o qual já estava doente, terminou falecendo duas semanas antes da eleição. Esse caso abalou a candidata, que teve que recuperar o fôlego diante do luto e terminar a campanha. Esse episódio lhe trouxe algumas consequências depois.

- Meu pai morre a 15 dias da eleição e eu sinto uma responsabilidade, uma culpa muito grande porque eu estava fazendo campanha e meu pai estava em casa esperando um auxílio. Sou eu que chego de uma atividade, levo ele para o hospital e ele morre nos

meus braços, ele morre antes de chegar no hospital. Logo depois, eu vivo um período de depressão muito forte por conta disso, mas eu enxugo o choro e continuo a fazer a campanha. Meu pai tinha sido aquela pessoa que ainda achava que eu não deveria ir para as disputas eleitorais, que ele sempre achou esse ambiente muito pesado e verdadeiramente é – relata Estela.

- Você fala de um processo de depressão – volto ao assunto.

- Sim. Eu sinto uma culpa pela morte de meu pai. Entro num processo de depressão, mas mesmo assim assumo a Secretaria de Comunicação do Governo e depois sigo para a chefia de gabinete do então governador Ricardo Coutinho. Foi desafiador, mas depois, já recuperada, sigo para a disputa de deputada estadual.

Matéria publicada pelo G1 Paraíba sobre a morte do pai de Estela

G1

PARAÍBA

23/09/2012 15h21 - Atualizado em 23/09/2012 16h35

Morre em João Pessoa o pai de Estela Bezerra, Aluilson de Souza

Aluilson teve um infarto e chegou a ser levado para o Hospital de Trauma. Estela e Efraim Filho cancelaram a agenda de campanha deste domingo.

Do G1 PB



Pai de Estela tinha 75 anos e era aposentado
(Foto: Divulgação)

Morreu na tarde deste domingo (23) o pai da candidata à Prefeitura de João Pessoa Estelizabeth Bezerra (PSB), Aluilson de Souza. A informação foi confirmada pela assessoria da candidata. Ele tinha 75 anos e era aposentado.

Segundo informações da assessoria, ele sofreu um infarto por volta das 14h30 e chegou a ser atendido no Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa, acompanhado da filha, mas não resistiu e acabou morrendo.

Estela e o candidato a vice-prefeito da sua coligação, Efraim Filho (DEM), cancelaram a agenda de campanha deste domingo. O velório acontece no início da noite deste domingo, na casa São João Batista, e o enterro será na segunda-feira (24), às 10h, no Cemitério de Cabedelo.

Para ler mais notícias do G1 Paraíba, clique em g1.globo.com/paraiba. Siga também o G1 Paraíba no [Twitter](#) e por [RSS](#).

Estela enfrenta sua primeira eleição, concorrendo a um cargo majoritário, e consegue ficar em terceiro lugar, à frente de José Maranhão, nome conhecido da política paraibana. Por apenas 672 votos, Estela não chegou ao segundo turno.

Os desafios enfrentados na arena política

Após a experiência das eleições de 2012, Estela concorre à deputada estadual no processo eleitoral de 2014 e é a candidata mais votada em João Pessoa. Mas, antes de saber desse processo até chegar à Assembleia Legislativa da Paraíba, pergunto a Estela se ela enxerga situações de violência nos processos de campanhas eleitorais.

“Eu enxergo muita violência. A minha orientação sexual foi muito, muito atacada. Eles não conseguiram fazer uma campanha explícita contra a minha orientação sexual. Me chamavam de sapatão, tentavam me desqualificar dessa maneira. Eu lembro que um candidato perguntou porque eu estava arrumada, pintada, dizendo que eu não me pintava, que eu não me arrumava”.

Estela relembra esse caso e complementa, dizendo qual foi a resposta que deu ao candidato opositor.

- Isso é muito engraçado, eu não estou entendendo porque o senhor está fazendo esta pergunta. A gente está aqui numa discussão sobre a cidade e o senhor está chamando atenção para minha maquiagem? O senhor também está maquiado, o senhor também está arrumado. Eu podia estar fazendo essas questões ao senhor, mas eu não estou fazendo, porque eu, diferente do senhor, não passo óleo de peroba na cara quando saio de casa. Só pode ser muito cinismo – relatou Estela, dizendo a resposta que deu.

- Eu lembro bem de um debate que teve na TV e um candidato perguntou se você era casada, tentando expor sua orientação sexual – resgato esse momento, a fim de Estela falar

mais sobre o que aconteceu. Ela solta uma gargalhada e responde.

- Foi Maranhão (risos). Depois, ele se tornou um amigo. Ele pergunta se eu sou casada e eu respondo: por que essa pergunta? Eu vim para discutir os problemas da cidade, não vim para um programa de namoro. Aí eu perguntei: o senhor está interessado em mim, é isso? E aí a turma começa a rir, inclusive ele. Mas terminei dizendo que era bem-sucedida amorosamente e não estava disponível. Todo mundo riu! Mas eu tive que responder sobre o aborto, sendo o aborto um tema que nenhum prefeito/prefeita apita sobre ele. Sobre a união de pessoas do mesmo sexo, que também é outra matéria que não é de competência da administração municipal.

Debate com os candidatos à Prefeitura de João Pessoa (2012) – Foto Maurício Melo G1 Paraíba



As mulheres sofrem vários ataques nas campanhas eleitorais, principalmente, com temas ligados à vida privada. Isso é tão real que a Lei 14.192/21, a qual combate a violência política de gênero, ampara as mulheres da campanha eleitoral até o exercício de seus mandatos. É como se a política ainda não admitisse a presença feminina. Por tanto, desqualificar, constranger e assediar são táticas usadas pela parte da sociedade mais conservadora, que não aceita a ideia de que as mulheres podem e devem estar em todos os espaços, inclusive o de poder e decisão. “Antes de mim, recordo que já tinha assistido essas

violências com Lúcia Braga quando foi candidata à prefeita, décadas antes de mim. Fizeram um folder que era como uma vagina, tentando desqualificar ela. Um absurdo!”

- Eu sofri muita violência de gênero e orientação sexual, não só naquele momento. É impressionante, quando estou em baixa como cachorro morto, como diz na política, eu ainda sofro chutes. Informações sobre a minha vida, informações distorcidas ou negativas, são sempre evidenciadas. Não tem só isso, mas isso sempre está presente.

- E na Assembleia? Quando você olha para os 8 anos que passou naquele espaço, você identifica situações de violência com você e com as outras poucas mulheres que lá estavam? – Pergunto à Estela, imaginando que não deva ser um espaço tão acolhedor às mulheres.

- A violência política do gênero lá na Assembleia é constante. Fui a primeira mulher a presidir a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Eu fui muito questionada. Eles me contestavam. Novamente, aquilo que eu te falei, quando alguém tenta desqualificar alguém, utiliza aqueles valores menores da sociedade. Então, por ser mulher, a sua voz é sempre interrompida, o seu raciocínio é sempre interrompido. É muito mais fácil respeitar o raciocínio completo do homem do que o raciocínio das mulheres. Eu vivi na CCJ o desrespeito da minha autoridade como presidente umas quatro vezes. Uma das vezes, eu suspendi a reunião para que um deputado se acalmasse e ele veio me pedir desculpa. Mas ele me destratou na frente das câmeras e veio me pedir desculpa no privado.

Estela presidindo a Comissão de Constituição e Justiça



Foto da ALPB

Nesse momento da conversa, ao lembrar de um episódio difícil da sua atuação como deputada, Estela levanta e decide preparar uma bebida para nós. Já estava anoitecendo e a gente já tinha passeado tanto por várias histórias, numa aventura instigante, que esquecemos do tempo. Ela levanta, pega uma água com gás, um xarope de frutas vermelhas e segue para pegar folhas de manjeriço num pé vistoso que tem em sua varanda. Eu fiquei meio desconfiada do que ela ia preparar, mas me permitiu experimentar a bebida que ela cuidadosamente preparava. Enquanto pegava os ingredientes, ela não parava de falar.

“Agora, eu sou uma das deputadas que passou naquele parlamento, que mais tive a fala respeitada e ouvida, mas por imposição, por utilizar o regimento e chamar atenção de que o regimento teria que ser respeitado com mulheres falando também. Uma das discussões mais difíceis que tive lá foi sobre o título de cidadania da Eleonora

Menicucci. Teve uma tentativa de desqualificação desse título pela orientação sexual dela e queriam associar que eu estava apresentando esse pedido porque ela era abortista e lésbica e eu também era. Foi difícil, mas conseguimos”.

Ao olhar a trajetória de Estela, vejo como ela foi pioneira em vários espaços da política paraibana, abrindo portas para as mulheres em lugares ocupados só por homens ou em órgãos públicos recém-criados. Estela foi a primeira gestora de políticas públicas para as mulheres da Paraíba. Foi a primeira secretária, e única mulher, da Secretaria Municipal de Transparência Pública. Na Secretaria de Planejamento de João Pessoa, onde só homens, arquitetos, engenheiros e urbanistas eram cotados para ocupar o cargo de secretário, Estela chega e mostra sua capacidade de planejar, bem como acompanhar as ações e obras da capital paraibana, com o olhar diferenciado por conta das experiências vivenciadas em outras pastas da gestão. Ao chegar na Assembleia Legislativa, Estela ocupa a presidência da comissão mais importante da casa, sendo, também, a primeira mulher nesta cadeira.

A bebida ficou pronta e ficou uma delícia. Ela tomou o primeiro copo num gole só. Acho que estava com a garganta seca de tantas histórias. Eu tomei o meu e quis repetir também. Fizemos uma pequena pausa, mas logo retomamos porque estava curiosa da visão de Estela em relação aos partidos políticos.

O partido e a responsabilidade com a participação feminina na política

Já vimos que a legislação eleitoral brasileira traz leis que surgiram para garantir e ampliar a presença das mulheres na política. As leis para serem executadas precisam dos partidos políticos e seus dirigentes. Por isso, é importante, não só o conhecimento das legislações, mas também, a sensibilidade e a mudança de postura diante da exclusão histórica das mulheres dos espaços de poder.

- Você já foi do PSB e hoje é filiada ao PT. Você consegue avaliar, por onde você passou até hoje, se os partidos estão cumprindo as leis para avançar na participação ativa e real das mulheres? – Indago.

- Não, não. Eu posso até dizer que o PT tem uma cultura de participação maior do que o PSB. Eu vi, nos dois partidos, as pessoas atraírem candidaturas de mulheres sem condições de serem candidatas, só para garantir a cota. Quer dizer, não existe um investimento real em quadros que consigam disputar a eleição. É assim, pega fulana que é do partido e fulana vai ser candidata sem nenhuma condição de ser candidata, mas para poder manter algumas candidaturas masculinas que são consideradas mais competitivas – responde Estela.

- As leis surgem, mas também trazem outros desafios. Essa da cota, por exemplo, termina os partidos criando candidaturas “laranjas”, no lugar de investir na preparação das mulheres. Sem falar que muitas entram nesse jogo porque são constrangidas. Né isso?

- Exatamente assim. O constrangimento vem assim: você não vai fazer nada, vai só botar seu nome. Ou, se você conseguir mais uma candidata mulher, a gente garante mais coeficiente, garante mais fundo para você. Ambos os partidos utilizaram das candidaturas femininas que não têm condições de disputa. Não há nenhum respeito ao processo eleitoral.

Nas eleições de 2022, Estela foi candidata ao cargo de deputada federal, ficando na primeira suplência pelo PT. Teve 45 mil votos e, mesmo sendo deputada estadual, mulher e negra, não recebeu os mesmos recursos de todos os candidatos.

Uma das peças de campanha de Estela para deputada federal (2022)



Foto retirada do Instagram @estelabezerraoficial

- Eu fui o voto mais barato do PT nas últimas eleições. O dinheiro que recebi, dividindo aos votos que tive, diz que eu sou o voto mais barato. Ou seja, se eu tivesse tido o investimento dos dois homens que receberam da legenda, eu teria trazido mais votos. Tem muitas regras que contribuem para a valorização das candidaturas de mulheres, mas os partidos ainda estão aprendendo a lidar com essa cultura.

- Então, na sua opinião e experiência, os partidos não têm cumprido as legislações?

- Não, não tem cumprido e agora está tentando mudar a lei. Por um lado, a lei avança porque você tem muitos vereadores e muitos deputados que perderam o mandato por conta dessa malversação dos recursos. Por outro lado, dentro da Câmara Federal, os mais conservadores tentam fazer regredir a legislação para adequar a prática de não valorização da

participação das mulheres, de não considerar os mecanismos de políticas afirmativas para ampliar a presença das mulheres e dos negros e negras na política.

A Paraíba é um dos quatro estados que não elegeu nenhuma mulher para a Câmara Federal. Isso mostra, como também os dados que temos de sub-representação feminina no cenário político paraibano, que o Estado ainda é marcado pelo conservadorismo e os partidos precisam incluir, investir e formar novos quadros femininos para diminuir essa desigualdade na presença das mulheres na política.

Material de divulgação – campanha eleitoral 2022



“Como deputada, olhando para trás, eu acho que fiz o caminho certo e é uma pena não ter uma deputada federal com os marcadores que eu trago. Eu sei o que significa o processo que vivemos historicamente para que um quadro como eu, com o que eu represento, tenha tido as condições de ser deputada durante oito anos. Eu não sou uma personalidade, mas eu sou um processo histórico. É necessário para um modelo de sociedade que seja antirracista, antimachista, que tenha a visão de classe, que tenha a parcimônia e a temperança para ouvir e dialogar com setores que nunca foram visibilizados, alargar ou

radicalizar o sentido de democracia. Foi preciso muito tempo para que uma pessoa como eu, com essa história e vivência, chegasse nos lugares onde eu cheguei e tenha condições de disputar e contribuir no espaço de decisão”.

Calvário: a ferida aberta

Como já tratamos em outro capítulo, a sociedade paraibana foi surpreendida, em dezembro de 2018, com a operação Calvário, que trata de uma investigação que se inicia no Rio de Janeiro e se espalha em outros estados, incluindo a Paraíba. Um ano depois, Estela passou a ser uma das investigadas e, no raiar do dia 17 de dezembro de 2019, foi levada presa, mesmo sendo deputada estadual e tendo foro privilegiado. A operação, que tem como principal alvo o ex-governador Ricardo Coutinho, acusa de haver uma organização criminosa, dividida em núcleos político, econômico, administrativo, financeiro e operacional. Estela, junto com Márcia Lucena e Cida Ramos, são apontadas como as pensantes políticas da operação.

“Como eu não sou gestora, nem ordenadora de despesas, não estou na condição de prefeita, não estou na condição de secretária, o crime de que se fala é porque eu sou lésbica e eu tenho uma mulher com a qual eu sou casada, que é secretária, e que eu teria um amante. E isso está no processo como se fosse uma questão pública e de ordem ameaçar o orçamento público. Essa é a parte mais complexa, porque tudo que sai na mídia é sobre isso. O que tem lá dentro é que o governador tinha montado um esquema onde eu, Cida e Márcia, que tínhamos sido

candidatas à prefeita, teríamos a intenção de virar prefeita para contratar essa OS, a cruz vermelha, para dirigir todo o sistema de saúde das administrações possíveis que a gente estivesse. Então, era um crime que eu ia cometer, não cometi, que Cida e Márcia não cometeram. Essa é a tese que está lá na denúncia original, a denúncia original dizia exatamente isso”.

A vida pessoal da deputada foi uma das notícias mais comentadas na imprensa. Estela também reflete sobre a abordagem no dia da prisão.

- A coisa foi tão maquiada, tão manipulada, que quando eles fazem a busca, apreensão e prisão, eles utilizam o endereço da casa da minha mãe, que é no bairro José Américo. Em nenhum momento, uma equipe de imprensa foi esperar ou foi acompanhar a minha possível prisão na casa da minha mãe. Todas as câmaras, todas as equipes que tinham informações privilegiadas da operação, estavam em casas na praia, porque não interessava mostrar que uma possível deputada que tinha desviado dinheiro público tinha uma origem tão humilde quanto eu tinha. Aquilo destruiria o discurso da narrativa que estava sendo construída de gente que tinha se locupletado do dinheiro público – diz Estela com tom de revolta sobre a situação.

- E você foi presa? – Pergunto.

- Eu fui presa. Eu não podia ter sido presa – responde Estela, referindo-se ao fato de ser deputada estadual.

Chamada da matéria veiculada no ParlamentoPB



Assembleia decide por maioria revogar prisão de Estela

▪ dezembro 17, 2019

- Você poderia explicar melhor como se dá essa questão do foro privilegiado?
- O deputado estadual tem a mesma proteção que um deputado federal. Então, quando a justiça quer uma prisão preventiva, ele não pode prender um deputado estadual, como não pode prender o federal. Ele manda o mandado de prisão para o pleno da Câmara

Federal ou das Assembleias para que eles concordem ou não. No meu caso, eu fui presa e só depois mandaram para a Assembleia. Meus pares definiram, por maioria qualificada, que eu não ia ser presa preventivamente, mas eu ainda dormi uma noite, passei pela audiência de custódia, estando solta, e ainda desci para o presídio feminino, mesmo estando com um alvará de soltura. Depois, houve muitas outras denúncias, eu não sofri mais nenhuma denúncia, eu só tenho essa denúncia original e faz quatro anos que eu tenho meus bens e minha vida completamente tumultuados.

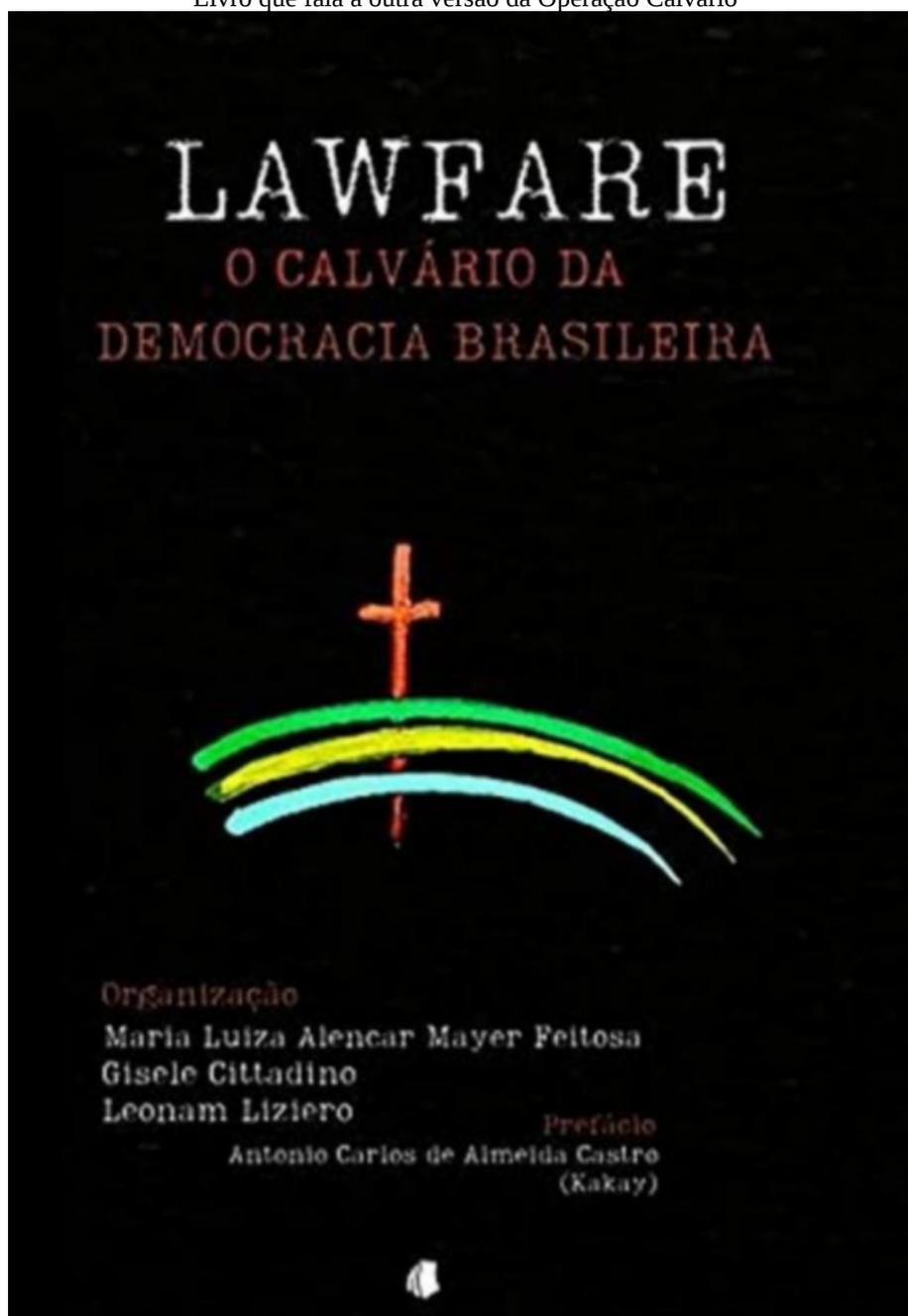
Nesse momento, o telefone tocou e desta vez ela atendeu. Era Esterlândia, a irmã dela. Ela atendeu, pois a irmã mora com a mãe e poderia ser algo sério. O telefone ficou no viva voz e ela, assim que atendeu, perguntou se estava tudo bem e se ela tinha comprado os remédios dela. A irmã respondeu que sim, mas estava ligando para saber se Estela tinha pegado a blusa dela. Ela sorriu e disse que não pegou blusa nenhuma e que precisava desligar. Apesar desta parada ter aliviado o assunto, tive que voltar nele para fazer a seguinte pergunta:

- Quando você olha para tudo isso, você acha que a operação Calvário foi a maior violência que você já viveu?

- Sim. Na política? Sim – responde Estela, olhando para os pés balançando. Tinha um ar de tristeza e ansiedade.

Em 2020, a professora doutora Maria Luiza Alencar Feitosa, com Gisele Cittadino e Leonam Liziero, lançaram o livro “*Lawfare: o calvário da democracia brasileira*”. Nele, há um capítulo intitulado “*O calvário do gênero*” que fala da denúncia envolvendo Márcia, Estela e Cida.

Livro que fala a outra versão da Operação Calvário



- A partir dos pontos apontados pelo livro “*Lawfare: o calvário da democracia brasileira*”, você consegue enxergar misoginia nesta operação? – Pergunto.

- É absurdo você identificar três mulheres como as operacionais intelectuais em um processo de experiência administrativa extensa e que teve vários outros colaboradores homens e que estavam nesse processo e interlocutores do campo da política. As mulheres,

mesmo quando fazem parte de uma solução, muitas vezes não estão no lugar das decisões políticas – aponta Estela.

- Paralelo a isso, estamos acompanhando, na conjuntura nacional, os desdobramentos da Lava Jato. Você associa as duas operações?

- Sim. Estávamos numa explosão da extrema-direita no Brasil e ela acontece com a participação de parte de duas instituições importantes. Uma que se omitia, que é o sistema de justiça, e outra que tem alguns protagonistas que parecem serem super-heróis e, que está claro hoje, que Moro e Dallagnol montaram uma turma, com modus operandi que é a da Lava Jato e saíram reproduzido em várias outras situações e aqui, na Paraíba, ela se chama Calvário. Então, assim, essa não era uma coisa contra as mulheres, é contra a democracia, é contra um pensamento libertário, progressista, que idealiza a democracia radicalizada. E toda vez que isso acontece, quem perde mais e perde primeiro é quem tem menos e quem chegou depois. Se a democracia se fragiliza, quem se prejudica primeiro são as mulheres, são os trabalhadores, são os pobres. Então, estava claro que era mais fácil montar aquele esquema de quadrilha reproduzindo a misoginia. A misoginia aí, instaurada, ela se dá exatamente porque é mais fácil, porque nós somos mais frágeis, porque esse discurso é mais fácil de pegar nas costas da gente. É mais fácil, num discurso conservador, desqualificar uma prefeita que tem tatuagem. É mais fácil pegar uma mulher negra e lésbica. Então, essas coisas vão só se afunilando, elas vão só sendo melhor instrumentalizadas. Quem quer fazer a dominação? Ora, se eu quero dominar, eu vou começar pelo mais frágil.

O olhar para a violência política contra as mulheres

Foto @estelabezerraoficial

Estela propõe 'Dia Marielle Franco' de enfrentamento às violências contra as Mulheres Negras

nov 21, 2019 | Uncategorized



Sabemos que todas as mulheres que ousam entrar na arena política sofrem violências, porque esse lugar ainda é majoritariamente masculino e a presença de outras pessoas

incomoda e gera constrangimentos. Estela apresenta marcadores sociais que, historicamente, estão à margem dos espaços de poder. Por ser mulher, negra e lésbica, pergunto se existe, na opinião dela, diferenças nos atos de violências quando a mulher vem de famílias tradicionais, das que não vêm das oligarquias políticas.

“Existe. As oligarquias, elas se reconhecem. Mesmo quando elas são concorrentes no território, elas trocam gentilezas. Então, uma mulher branca que vem de uma oligarquia sempre terá mais passabilidade dentro do espaço da política do que uma mulher de periferia e negra. Agora, o respeito, um ou outro, se consegue pelo seu posicionamento, pela sua postura. O respeito é uma coisa capaz de você construir. Eu acho que construí uma respeitabilidade. Quem não gostava de mim, me respeitava. Existe também aquela situação em que aquela mulher branca e oligárquica está na mesma condição daquela mulher negra e de periferia. Porque tem horas que os homens se juntam aqui e afastam as mulheres, e tem horas que as oligarquias se juntam aqui para afastar os periféricos. São jogos que se somam. Às vezes, a gente está no mesmo lugar que a mulher branca e oligárquica e às vezes a gente está no mesmo lugar daquele homem que também veio de periferia. Os grupos vão se movendo conforme as pautas de interesse. É muito comum as mulheres defenderem os projetos de defesa das mulheres conjuntamente. Mas ainda não existe aquela solidariedade de autodefesa das mulheres por serem mulheres. Eu acho que, de certa forma, a minha passagem pelo Parlamento despertou isso, porque eu fazia defesa bilateral quando via uma mulher ser atacada apenas por

ser mulher. Eu defendia as mulheres e o direito de fala das mulheres. O mesmo artigo que eu chamava para defender a minha fala, eu chamava para defender a fala das outras mulheres”.

A violência política de gênero é uma das grandes barreiras para as mulheres permanecerem nos espaços de poder. Os constrangimentos, os assédios e as ameaças são estratégias dirigidas às mulheres que fazem muitas delas desistirem de atuar na política.

- Você acredita que a violência política é, de fato, um obstáculo para as mulheres?

- Com certeza. Desde a hora que a menina começa a sonhar em ser alguma coisa e o sonho dela começa a ser moldado, até a hora que ela rompe com os papéis que a sociedade determinou para ela ou ela vai para esse lugar da política, todos os dias ela encara a violência. Chegou uma hora que me perguntei: será que eu vou mesmo para aquele lugar? E quando juntou a Operação Calvário, eu fiquei com dificuldade de me ver nos lugares. Como eu ia enfrentar tudo aquilo? – Se perguntava. Porque tem uma hora que a gente é um punhado de carne com nervos, com veias, com sangue, sabe? Para mim, foi muito difícil manter a minha presença, a minha existência, quando tudo dizia: você não tem que existir, você não deve existir!

Nesta hora, Estela se emociona e o silêncio perdura por alguns segundos. Ela retoma a fala, ainda emocionada, e conclui. “A violência é assim. Você não deve existir, esse lugar aqui não é para sua existência. Você está aqui, mas esse lugar não é seu. E se for preciso, a gente vai lhe matar, mas a gente não vai deixar que você permaneça aqui. É nesse nível, quando chega no ápice da violência, obviamente”.

No ápice da Operação Calvário, diversas entidades e movimentos sociais soltaram notas de solidariedade à deputada Estela, entre elas a Marcha Mundial das Mulheres, a

Articulação de Mulheres Brasileiras, o SOS Corpo, o Meu Voto será Feminista e os Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.

Foto divulgação da nota da MMM



- Você acha que a Lei 14.192 vai conseguir ajudar as mulheres na atuação política? – Pergunto para Estela que já passou por violências políticas e na época não existia a legislação.

- Não só essa lei. Tem um conjunto de leis que a gente tem criado, porque são as mulheres que tem criado, é a presença das mulheres que tem criado essa legislação. A lei, como a gente vive numa sociedade de direito, é um marco legal importante porque ela, no conflito, é quem vai definir quem está certo e quem está errado. Então, se eu estou numa

atividade, passo a mão no peito de uma pessoa, como foi o caso da ex-deputada de São Paulo, Isa Penna, quem vai definir se foi assédio ou não, vai ser a lei. Se não houver a lei, não há nem o que você denunciar. E ela serve também para modificar a opinião pública, porque a opinião pública naturaliza. É como, volto a dizer, se aqui não é o seu lugar, então você tem que aguentar tudo, e calada. Essa é a única maneira de você provar que é capaz de estar aqui. A lei é um caminho, ela não é uma certeza. Ela vai dando condição da sociedade pensar sobre.

Estela defende todas as ações afirmativas que valorizam a participação das mulheres na política. Ela também traz o debate sobre ampliar em 30% a ocupação dos cargos públicos por mulheres. “Ou seja, independente das mulheres ou da minoria de gênero que tenha concorrido, 30% dos cargos têm que ser ocupados por mulheres para poder garantir que a democracia expresse o conjunto da sociedade. Isso seria um avanço muito maior. Mas, essa lei que garante 30% das candidaturas, é o tempo inteiro tripudiada, assim como pode ser tripudiada a lei de violência de gênero”.

A noite já tinha chegado, a sala já estava escura e eu já comecei a partir para os finalmente. Diante de tantas histórias, quis saber quais os caminhos que Estela apontava para uma mudança de realidade.

- Você acredita que ainda vamos ter uma democracia com maior participação das mulheres? – Pergunto.

- O Brasil tem um avanço mais lento do que os outros países. Obviamente, o Brasil é um país continental, mas não é o único país continental. O desafio não é só uma representação de gênero, porque você pode ter uma mulher como a Damares que não representa absolutamente a pauta, o conteúdo. O Brasil tem desafios de classe, de gênero, de raça e precisa andar de forma conjugada. É raro ter uma mulher que tenha os meus marcadores e tenha os acúmulos administrativos, políticos, para, nesse momento da história,

poder representar. Como é raro ter uma Erika Hilton. Eu penso que o Brasil tem muito ainda a construir, porque é um país onde o pobre se identifica com o rico. O oprimido com seu opressor. É muito difícil, porque não é só ser negro, não é só vir da periferia, é você não negar as suas origens e contribuir no debate político sobre o que é justo e qual é a medida boa para todo mundo.

- De onde você acha que vêm as mudanças?

- Eu acho que a revolução vem das ruas sempre. Nunca vi nenhuma mudança acontecer por decreto, nem por lei. A lei e os decretos são inspirados pela mudança de mentalidade. A mudança de mentalidade tem que acontecer para que a legislação e os pactos sociais se tornem revolucionários ao ponto de serem automaticamente lembrados.

Registro da nossa conversa – 2023



Estela, que veio das lutas coletivas, tem a convicção de que sozinha não se muda nada. É nítido, durante toda a conversa, que ela tem muita esperança num amanhã melhor, não só para as mulheres, mas para todo o povo brasileiro. Em muitos momentos, ela tem um olhar arregalado, como de uma criança curiosa, mas também temerosa. Tem uma mente inquieta, umas pernas sempre agitadas e esbanja um sorriso largo que sempre chega com um suspiro nas durezas da vida. A trajetória dela não deve ter sido fácil e estar de pé é pura teimosia e coragem. Sim, ela está de pé, está viva e cheia de sonhos. Que Estela tenha força e saúde para cumprir sua missão. Deixemos as mulheres existirem na vida e também na política.



**"Eu tive que me impor!" - a
experiência política de Camila
Toscano**

CAPÍTULO 5

“Eu tive que me impor!” – Camila Toscano



Foto do Instagram de @depcamilatoscانو

Em 2020, o mundo parou por conta da Covid-19. Um vírus, até então desconhecido, que fez toda a população mundial voltar para suas casas e se isolar. No Brasil, além dessa tragédia, vivíamos um governo de extrema-direita que negava a emergência sanitária e ainda pregava contra a ciência, estimulando a população a buscar saídas não comprovadas cientificamente para controlar o vírus. Cerca de 700 mil pessoas morreram em consequência da Covid-19 no país. Diante desse cenário, começo a trabalhar na Assembleia Legislativa. Chego ao novo lugar de trabalho (que no caso não tinha ambiente físico porque todos estavam em casa) querendo aprender e descobrir aquele universo que, confesso, nunca achei tão respeitoso e plural.

Nessa época, na Casa Legislativa, tinham seis mulheres, de um total de 36 cadeiras. Eu, que vinha de uma trajetória mais progressista, observava aquele lugar como um reflexo das oportunidades na sociedade. Ali estavam os homens, brancos, ricos e heterossexuais.

Muitos ali estavam há mais de décadas se perpetuando no poder. Onde estava a maior parcela da sociedade, as mulheres? E a população negra? Onde estava a diversidade sexual? Ou seja, assim como na sociedade, esses grupos estão à margem, vendo a história passar.

Camila Toscano era uma das deputadas que atuavam na Assembleia Legislativa. Via-a como uma mulher de direita, branca, conservadora, vindo de uma trajetória familiar da política tradicional. Ao passar um período acompanhando as sessões ordinárias e outros trabalhos na Assembleia, percebi uma Camila sensível às causas sociais, respeitosa e que, mesmo diante de intimidações, se impõe e exige respeito. Logo, percebi uma mulher inteligente, aberta ao diálogo e defensora da ampliação da participação feminina na política.

A escolha por Camila neste livro se deu por vários motivos. Um deles foi saber que a deputada foi a terceira mulher, no Brasil, a fazer uma denúncia de crime, utilizando a lei 14.192/21, no processo eleitoral de 2022. Nesse ano em que aconteceu a violência política contra Camila, foi o primeiro em que a lei entrou em vigor. O caso aconteceu numa rádio na região de Guarabira, base eleitoral de Camila, numa entrevista em que o candidato a deputado estadual pelo PSB, Célio Alves, desqualificou a deputada. Mas esta é uma das histórias que vou deixar a própria Camila contar.

Quando consegui marcar nossa primeira conversa, cheguei com uma mistura de sentimentos. Um pouco ansiosa, uma dose de nervosismo, um bocado de vontade de adentrar num universo desconhecido, mas muito afim desse momento. Marcamos a primeira vez, mas depois de uma tarde de espera, não foi possível nossa conversa. A deputada estava na sessão ordinária e ainda tinha que presidir uma sessão especial. Fiquei em seu gabinete esperando e conversando com a sua secretária, que me falava de suas ações. Ela também me mostrava uns quadros pendurados na parede onde tinham várias fotos de campanhas da deputada. Entre as fotos espalhadas nas paredes, um quadro me chamou a atenção. Era uma espécie de pintura de uma fotografia que retratava Camila jogando vôlei. Eu não tinha conhecimento, mas a deputada é adepta do esporte desde sua infância, quando ainda estudava no Colégio das Lourdinhas, em João Pessoa.

Essa é a foto que inspirou a pintura do quadro que tem no Gabinete de Camila



Foto do Instagram @depcamilatoscano

- E este quadro? Perguntei à Karina, sua secretária.
- Ah, ela é jogadora de vôlei. Lindo, né? Respondeu a simpática secretária.
- É lindo. Eu não sabia que ela jogava. Mas ela pratica até hoje? Perguntei curiosa.
- Sim. É como ela consegue relaxar. É sua válvula de escape. E ela joga muito bem - respondeu a secretária, que também parece ser torcedora.

Camila deve jogar mesmo. Pesquisando mais sobre a Camila atleta, vi que já foi até convidada para a seleção paraibana de vôlei e, com seu time, já conquistou várias medalhas em jogos pelo nordeste. Na minha opinião, acho que essas vivências com esporte, cultura, áreas sociais, educação, entre outros espaços, ajudam as pessoas que estão no espaço de poder a olhar com mais sensibilidade para pautas importantes da sociedade. Camila tem mais de 40 proposituras relacionadas ao esporte na Assembleia Legislativa. Acredito que o vôlei contribuiu, não só para relaxar sua mente, mas também para inspirar projetos de lei, como estes citados acima.

Time de vôlei que Camila participa



Fotos do Instagram @depcamilatascano

Mas, voltando para o tão esperado encontro. Remarcamos para o dia seguinte e deu certo. Ao chegar em seu gabinete, a deputada já estava lá despachando com seus assessores. Ao me receber, ela já foi se desculpando pelo dia anterior (mas eu bem sei que essas coisas acontecem e muitas vezes somos atropelados pela agenda pública). Eu me apresento e falo do

livro-reportagem. Começo perguntando o que motivou Camila a entrar na política e ela responde:

“Meu pai e minha mãe. Quando eu tinha dois anos, paiho foi candidato a prefeito de Guarabira. E desde então ele não saiu mais. Ele ganhou em outubro, quando eu completei dois anos, e mainha virou secretária dele e vivia na política. Então eu vivia nesse universo. Eu fui crescendo e gostava de participar das atividades políticas, não de frente, eu gostava dos bastidores”.

Atividade com a mãe (primeira dama de Guarabira)



Foto do Instagram de Camila Toscano

Camila, sobrenome Toscano

Camila Araújo Toscano é filha de Zenóbio Toscano e Léa Toscano. Seu pai foi prefeito, por três mandatos, na cidade de Guarabira, região do brejo paraibano, e foi eleito deputado estadual por três mandatos. Zenóbio também atuou na gestão estadual, ocupando importantes cargos como o de secretário de infraestrutura e presidente-diretor da PB Gás. Sua mãe, como frisou Camila, começou a atuar no município de Guarabira, assim que seu marido se elegeu prefeito, se envolvendo na política como primeira dama e secretária do município. Dona Léa, como é conhecida, fez um percurso parecido com o do marido e, também, foi prefeita e deputada estadual. É importante registrar que Léa foi a primeira mulher a ocupar a cadeira de prefeita no Município de Guarabira, abrindo espaço, inclusive, para outras mulheres lhe sucederem.

Foto do Facebook – memorial de Zenóbio Toscano



Camila Toscano é formada em direito, é mãe de Lucas e Maria Eduarda. A deputada vem seguindo o caminho dos pais, mas começando pela Assembleia Legislativa da Paraíba. Já está no seu terceiro mandato de deputada e, quando questionada sobre uma possível candidatura no município em que seus pais foram gestores, ela não titubeia e logo responde: “Não tem como não pensar. Seria uma honra ser escolhida pelo povo de Guarabira para sentar em uma cadeira que meu pai tanto honrou”.

Foto de Camila com seus filhos e seus pais



Arquivo pessoal

Fiquei curiosa em saber mais sobre a entrada de Camila na política formal, na disputa

por um assento na casa legislativa paraibana, principalmente, porque Camila é a mais nova dos quatro filhos de Léa e Zenóbio.

- Mas Camila, você tem mais três irmãos, nenhum se interessou pela política? Perguntei.

- Todos odeiam, todos detestam! Diz Camila numa rapidez e depois solta uma gargalhada, como se aquele assunto já tivesse sido motivo de muitas risadas na família.

- Por isso, minha insistência na pergunta de querer saber mais. Por que você? Insisto.

- Eu acho... aliás, eu tenho certeza que painho, conhecendo bem os filhos, me via com o tino para isso, que além de eu gostar e participar, ele devia pensar que, se me soltasse, eu ia desenrolar e conseguir fazer as coisas. Painho morreu e eu terminei sem perguntar isso a ele – respira fundo e continua – eu não sabia que ele ia tão cedo - respondeu Camila com um tom de saudade do pai.

Foto da Família Toscano – pais e irmãos de Camila



Arquivo pessoal

Camila relata que a decisão de colocar o nome dela na disputa eleitoral de 2014 foi porque sua mãe, que na época era deputada estadual pelo PSB, decidiu que não disputaria a reeleição. O partido do qual a mãe fazia parte era o mesmo do então governador Ricardo Coutinho, que disputaria sua reeleição contra Cássio Cunha Lima. Mas, o pai de Camila, Zenóbio Toscano, sempre teve forte ligação política com o grupo Cunha Lima. Nesse impasse, Léa sai do PSB e decide não disputar. Assim, Zenóbio enxergou em Camila a pessoa que poderia representar a região de Guarabira e, também, representar o grupo político dele. O pai lançou a candidatura da filha a deputada estadual e teve êxito com a vitória de Camila com 32.682 votos. “Eu entrei por uma circunstância política, porque o partido precisava de uma candidatura da região, mas eu sempre participei da política. Eu nunca fui de microfone, nunca fui de falar, debater, mas eu sempre estive nos momentos políticos”.

Importante Camila colocar essa questão dos bastidores. A política não é só um exercício de quem tem mandato. Precisamos olhar esse campo de forma mais ampla, no nosso dia a dia. "Tudo é política", já dizia o economista Paul Krugman. As mulheres estão presentes em várias atividades políticas, seja nos movimentos sociais, como nos partidos, nas associações de bairro, nos sindicatos. A questão é que elas estão, na maioria das vezes, nos bastidores. Estão na organização dos eventos, acompanhando os companheiros, na mobilização, mas na hora de representar, falar, conduzir, as mulheres não são estimuladas, nem formadas para isso. Não há investimento na formação, nem na preparação para enfrentar o mundo público, algo tão negado a elas historicamente. Com Camila, foi um pouco diferente de outras mulheres. Incentivada pelo pai, que tinha prestígio no cenário político, ela conseguiu se projetar e assim dar continuidade a trajetória da família Toscano, sobrenome forte na política da região do Brejo.

“Eu não consigo entender essa ideia de que a política é só para homens. Se você pensar, a política vem daqui da assembleia, vem das câmaras municipais. As leis saem desses espaços. Como você quer que políticas públicas sejam feitas para as mulheres se você não tem mulheres pensando ali e ajudando a criar essas políticas públicas?”

Ninguém vai ter a sensibilidade de uma mulher. Eu não consigo entender porque a política é um ambiente extremamente masculino, quando você precisa de mulheres nela”.

A atuação política de Camila na Assembleia Legislativa da Paraíba

A pauta das mulheres é um dos carros-chefe na atuação de Camila como parlamentar. Ela é secretária-geral da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) na Paraíba, vice-presidente de Assuntos Legislativos da Comissão da Mulher da entidade, além de fazer parte do grupo de estudo que formula políticas públicas para combater a violência contra a mulher. Na Assembleia Legislativa, além de outras comissões, integra a Comissão dos Direitos da Mulher e é Vice-Presidente de Assuntos Legislativos desta comissão. “Eu tenho isso na cabeça. Aqui, somos muito poucas. Somos seis de trinta e seis. É 20%. Se você colocar 36 pessoas e colocar só 6 mulheres, você vai ver uma mulher pontualmente. Isso não está certo”.

Ao olhar para este universo da Assembleia Legislativa da Paraíba, pergunto a deputada se ela já vivenciou ou presenciou alguma violência política contra mulheres na casa legislativa.

“No primeiro mandato, painho fez a minha campanha. Painho dizia para onde eu ia, as cidades... Porém, quando eu ganhei as eleições, painho olhou para mim e disse: “se vire. Agora é com você e você vai caminhar sozinha”. Enquanto painho estava vivo, ele só veio na assembleia, eu como deputada, umas quatro, cinco vezes no máximo. Então, quando eu entrei aqui, eu sabia que tinha entrado pelo meu pai, mas eu tinha consciência de que precisava fazer algo nos quatro anos para que as pessoas reconhecessem meu trabalho. Eu não queria

chegar no final de quatro anos e dizer às pessoas: votem em mim porque sou filha de Zenóbio”.

Zenóbio com Camila em uma das poucas vezes que esteve na ALPB, durante os mandatos de sua filha – foto da assessoria de Camila Toscano



O pai de Camila morreu em 2020, vítima de um acidente vascular cerebral (AVC). Nessa época, Camila já estava no seu segundo mandato de deputada estadual. Ela reconhece que entrou na política pelas mãos de seu pai e que ele via que ela tinha jeito e gostava desse universo político. “Ele dizia: pode colocar ela como deputada, que vocês vão ver que ela tem tino, que ela vai fazer um bom trabalho”. Camila resgatou essa história para poder relatar como foi sua chegada na Assembleia Legislativa.

- Quando eu entrei, eu era muito nova... assim, né?... nova mais ou menos (risos).

Eu tinha 34 anos, com cara de menina e filha de Zenóbio. Então, quando eu entrei, as pessoas achavam que eu era uma menina mimada que estava ali porque o pai deu um emprego, porque não tinha emprego. Lembrando que eu já era advogada. Então, quando eu entrei, eu tive que me impor, porque eu ouvia várias piadas - disse a deputada.

Foto da Assembleia Legislativa da Paraíba



Camila no seu primeiro mandato – 2015

- Que tipo de piadas? - Pergunto.
- “Parece uma miss”, por exemplo. Eu sempre cortei e dizia que, se gostasse desses tipos de elogios, eu tinha feito concurso para miss, não teria me candidatado a política e, se quisesse falar, debater ou me entrevistar, eu topava, só falo sobre trabalho, política, projeto

de lei... sobre o resto, estou fora – relatou Camila.

Segundo Camila, foi importante se posicionar no início do mandato para que enxergassem ela para além de uma filha de um político. “Eu me impus no começo. Os deputados e jornalistas tiveram um impacto, mas depois todos começaram a me respeitar”. Camila diz se sentir muito respeitada na sua atuação como deputada e na Assembleia Legislativa e que isso foi consequência de sua postura ao chegar nesse espaço.

“Eu sou extremamente respeitada. Eu digo a você hoje com toda sinceridade, os meus colegas me respeitam extremamente, o meu jeito, da minha forma. Obviamente, tem hora que você é cortada, mas eu evito (pausa de alguns segundos), não é vitimizar, mas não quero levar para o lado de que tudo é porque sou mulher, porque acho que a nossa luta não ganha em nada você banalizando... isso aqui é porque sou mulher, isso aqui também é porque sou mulher... não!” - Senti Camila mais cuidadosa com as palavras.

A violência política vivida pelas mulheres nos espaços de poder sempre foi naturalizada e vista como situações corriqueiras da política. Situações como não prestar atenção quando uma mulher está falando na tribuna, cortar o som do microfone, ser julgada por sua aparência física ou vestimentas são alguns dos exemplos que as mulheres que estão no parlamento sofrem. Mas, estas práticas ainda não foram assimiladas como violências que precisam ser combatidas e penalizadas.

“Hoje eu não tenho isso de sofrer violência. Obviamente, tenho casos fora, estou falando isso dentro da assembleia. Eu não vejo nenhum

colega questionando a minha capacidade, questionando por eu ser mulher, porque a violência política é exatamente isso, por seu gênero, né? Porque os debates que têm, a forma que têm, uma fala mais grossa ou outra, não é por eu ser mulher, mas porque eu estou com uma ideia divergente do outro. Mas acho que isso foi exatamente porque lá atrás eu me impus, nesse sentido de não aceitar nenhum tipo de pessoa que quisesse me colocar para baixo, me rebaixar por eu ser nova, por eu ser menina”.

Camila na Assembleia Legislativa – fotos da assessoria



Sobre essa questão, eu sei bem o que ela está falando. Aos 28 anos, eu assumi o meu primeiro cargo de gestora pública. Fui nomeada como Coordenadora de Política para as Mulheres da Prefeitura de João Pessoa. Dois anos depois, a Coordenadoria se transformou em Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, com mais autonomia financeira e de poder. Depois desse espaço, assumi outros cargos do primeiro escalão no Governo da Paraíba,

passando pelas políticas de comunicação, mulher e diversidade humana e, encerrando este ciclo de gestão, na cultura. Eu sempre tive estatura magra e aparentei ser mais nova que a idade que tenho. Na gestão pública, isso me causou algumas chateações. Muitas vezes, eu não tinha nome, me chamavam de “a menina”. Mascarado como um “elogio”, na verdade, me desqualificavam. Me senti testada em muitos momentos, tanto na minha fala, ações e propostas de políticas públicas. Isso me cansava e me demandava muito mais do que a outros colegas. Dependendo da gestão, ser mulher é ser colocada em pastas menores, sem muito recursos e ser excluída das rodas de debates e alinhamento político.

Ao todo, passei 17 anos trabalhando com política pública. Nesse processo, vivi de tudo. Desde o chefe-gestor que, mesmo não garantindo os recursos que realmente precisávamos, estimulava a buscar caminhos e parcerias para fazer cada vez mais, como também, já tive o chefe-gestor que adorava meu trabalho, investia em tudo que planejávamos, mas não conseguia me chamar pelo nome, só “a menina das mulheres”, além do gestor-chefe que disse que gostava mesmo era de trabalhar só com os homens, ou seja, para bom entendedor, uma frase basta.

- Se você não se impõe no começo, cria um vício em cima de você que não tira mais. Por isso, quando entrei aqui, eu disse: eu vou me impor aqui e eles vão ter que me respeitar. Outra coisa, o espaço que a gente ocupa aqui é uma exceção, da exceção, da exceção. Ser uma deputada mulher e nova é uma exceção à regra. Então, se eu não fosse me impor, se eu não fosse usar a tribuna, se não fosse usar a assembleia, os projetos para mostrar a capacidade da mulher paraibana, eu ia estar na contramão do que a gente quer – afirma Camila.

- O que queremos, na sua opinião? Pergunto.

- A gente quer o empoderamento, a gente quer o respeito, a gente quer que as mulheres entrem na política, a gente quer mais espaço. Então, se eu pegar o espaço que eu consigo e uso ele de forma inadequada, ou subutilizo, ou deixo as pessoas pensarem que sou fraca, é um desperdício. Eu não podia desperdiçar a chance de ser uma voz feminina, de ser

um exemplo para a Paraíba, para o Brasil, de mulher que se impõe e que sabe o que está fazendo e que o lugar dela é ali, fazendo política – reafirma a deputada.

Em determinado momento, eu relembrei um episódio que acompanhei pelo canal do YouTube da Assembleia Legislativa, numa sessão ordinária, em que o então presidente da casa, o deputado Adriano Galdino, se irritou com uma fala da deputada Camila e quis desqualificá-la como advogada.

- Você lembra desse momento? Pergunto.

- Teve isso. Inclusive disse que eu não sabia das leis, que eu não tinha estudado. E eu disse: você me respeite, eu sou advogada, eu estudei. Lembro que foi até virtual, o que para mim é péssimo porque ele cortava o microfone. A gente passou muito por isso na pandemia. Mas, é o que estou falando. Ele faz desta forma comigo, como faria com qualquer um. Ele não faz porque eu sou mulher, por isso não quero generalizar que é uma violência de gênero. Ele desligava o microfone de todo mundo da oposição. Era ele que mandava e acabou-se. E virtualmente você não tem o que fazer. Eu não vou ficar com o microfone desligado e eu gritando na tela, eu não sou doida. Mas a gente passa muito por isso – relatou Camila.

- Eu achei a postura dele desrespeitosa, mas lembro que você logo reagiu e pediu respeito. Você acha que esta postura fez ele refletir?

- Sim. Ele pediu desculpas depois. É o que eu digo, eu aceito a troca de ideias, eu aceito você se irritar ou ficar mais acalorado, porque aqui é um lugar plural, as pessoas têm ideias diferentes e, às vezes, as divergências de pensamento fazem você sair um pouco do seu norte. Isso eu aceito, só não aceito me diminuir porque sou mulher.

Matéria sobre o debate entre Galdino e Toscano



PRINCIPAL

TEMPERATURA MÁXIMA Adriano Galdino e Camila Toscano trocam farpas durante sessão na Assembleia.

31 DE AGOSTO DE 2021



A votação de um veto do governador João Azevedo desencadeou vários embates entre deputados, na sessão desta terça (dia 31), na Assembleia.

Blog do Helder Moura

As mulheres, quando chegam ao parlamento, além de se ocuparem com as demandas de seu mandato, precisam conquistar e vigiar, cotidianamente, o respeito. Não podem baixar a guarda, mesmo que estejam no mesmo patamar de igualdade com todos os outros parlamentares. “Aqui todos somos iguais. Depois que você entra aqui, não interessa se você teve 50 mil votos ou mil, você é eleito. A justiça determina que o espaço é seu e essa vaga é sua. Ninguém compra um lugar aqui. Você não consegue comprar. Você só entra aqui se o povo quiser”.

A campanha e o episódio que levou a denúncia de crime pela lei 14.192/21

No processo eleitoral de 2022, as mulheres começaram a contar com mais um instrumento jurídico que garante a efetiva participação feminina na política. A lei 14.192/21 criminaliza o assédio, constrangimento, humilhação, perseguição ou ameaça a candidatas a cargos eletivos, ou detentoras de mandato. Com essa lei em vigor, as candidatas, no país inteiro, puderam buscar informações ou denunciar casos de violência política contra as mulheres no período eleitoral. Na Paraíba, Camila teve que recorrer à lei para entrar com uma denúncia contra o candidato a deputado estadual pelo PSB, Célio Alves. Ele a desqualificou numa entrevista a uma rádio do município de Alagoinha, próximo a Guarabira, região que é base eleitoral da deputada Camila, que disputava a reeleição à Assembleia Legislativa.

Campanha do Ministério Público Eleitoral da Paraíba - 2022



Para entender melhor o caso, pedi a Camila que relatasse o fato e os procedimentos adotados para punir o ato de violência.

“Alagoinha fica a uns 19 km de Guarabira. Ele (Célio) foi para uma rádio e alguém falou de mim. Estávamos em pré-campanha. Ele disse, sem citar meu nome, que tinha uma deputada da região que se achava blogueira, que se achava youtuber, que achava que ser deputada é estar de cabelo arrumado, maquiada, bem vestida e não tinha nada para mostrar, não tem nenhum trabalho, a única coisa que tem é mostrar a beleza dela... foi mais ou menos assim. Ele queria diminuir tudo que faço, todo meu trabalho, todas as leis, todos os projetos, todas as emendas, requerimentos, enfim”.

A entrevista estava sendo também transmitida pelas redes sociais da rádio e a deputada diz ter recebido dezenas de mensagens com vídeos do candidato desqualificando-a. “Não satisfeito, ele ainda foi para as redes sociais dele e continuou falando mal de mim”, acrescentou Camila.

A deputada ainda relatou que o comitê de campanha desse mesmo candidato ficava na frente do apartamento dos pais dela, onde ela fica quando está em Guarabira ou atuando na região do brejo. “Todo evento que ele fazia, ele pegava o microfone e ficava me ofendendo na porta da minha casa, dizendo coisas como: essa deputadazinha não tem o que mostrar, não tem o que fazer, só tem a beleza, só tem o cabelo, só pensa nisso.”

Na Lei 14.192, quando o crime for cometido na internet, redes sociais ou com transmissão ao vivo, a pena aumenta de 1/3 (um terço) até a metade (Art. 327). Esse recorte é importante porque, após o crescimento das redes sociais e das campanhas eleitorais na internet, expandem também as agressões dirigidas às mulheres que estão na política e, muitas vezes, praticadas até por pessoas de outros territórios eleitorais.

“Ele usou as redes sociais para me diminuir, o que aumenta a pena. Ele não usava meu nome, mas da região só existia eu de deputada e ele queria me menosprezar e diminuir meu trabalho inteiro por eu ser mulher, me arrumar e querer ter uma aparência boa. Mas a aparência que eu tenho pouco importa no meu trabalho. Minha aparência não diz quem eu sou ou me diminui. Na época, tinha o deputado Raniery, e não se via ele falando que o deputado estava com um terno bonito, o deputado está preocupado com a gravata que usa. Não, ele não fala. Ele diminui porque a gente é mulher” – relata Camila com um tom de indignação.

Como o fato tomou uma proporção grande e, juntando-se com os outros constrangimentos, Camila que já tinha conhecimento da nova legislação, resolveu denunciar Célio Alves por violência política de gênero.

- Eu vi a lei e vi que se enquadrava exatamente. Você querer menosprezar, diminuir, querer humilhar a pessoa pela condição de ser mulher. Quando vi que se enquadrava, eu fui atrás do Ministério Público – disse Camila.

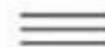
- E como foi ao chegar no Ministério Público? – Perguntei.

- Eu cheguei dizendo o que aconteceu e pedi que eles investigassem o fato, o crime. Também pedi para que eles entrassem com uma medida cautelar para que ele tirasse da internet e parasse de usar a internet e as redes sociais dele, numa pré-campanha, para denegrir minha imagem, querer me humilhar, me menosprezar por eu ser mulher. O Ministério Público recebeu a denúncia, entrou com uma liminar e a juíza mandou e determinou que ele tirasse das redes sociais o que ele falava.

Algumas matérias que saíram em sites de política da Paraíba



TopSites



Célio Alves entra na mira do MP e é denunciado por violência política de gênero praticada contra a deputada Camila Toscano

Publicado por: **Adriany Santos** em
17/08/2022 às 08:58



O candidato a deputado estadual Célio Alves (PSB) foi denunciado pelo Ministério Público Eleitoral por violência política de gênero praticada contra a deputada estadual e candidata à reeleição, Camila Toscano (PSDB).



Atualizado: 17 de agosto de 2022 às 17h50

Candidato a deputado estadual é denunciado pelo MPE por violência política de gênero

Por **Matheus Melo** | 17 de agosto de 2022 às 10h54



 *Deputada Camila Toscano (PSDB) e o candidato a deputado estadual, Célio Alves (PSB)*

O candidato a deputado estadual **Célio Alves**

O relato de Camila provoca revolta, mas também uma certa satisfação. Explico. Primeiro pela coragem da deputada de denunciar. Sabemos que não foi só Camila que sofreu violência no período eleitoral na Paraíba. Talvez, o fato de Camila ser uma autoridade política, tenha dado a ela uma segurança maior que o caso não ficaria impune. Mas, o fato é que ela foi vítima, acionou a lei e a justiça começou a atuar. A outra satisfação foi ver os órgãos funcionando e dando respostas. Isso é muito importante porque fortalece outras mulheres a não se calarem. É importante reforçar que várias entidades e órgãos realizaram campanhas divulgando a Lei 14.192, no período eleitoral.

- É um saco! Você está em campanha, está trabalhando, dialogando com as pessoas, aí você tem que parar para justificar às pessoas que seguem ele que eu não sou só um cabelo grande, que eu não sou uma roupa que uso, não sou! Eu tenho de emendas, só para a região, 10 milhões.

Camila relembra também que após a repercussão do caso, que saiu da região do brejo e ganhou visibilidade até nacional, Célio ainda invadiu a rádio da família de Camila, exigindo direito de resposta, fazendo tumultos, por conta da divulgação do caso na rádio.

- Quando a gente entrou na justiça e o caso ganhou uma repercussão grande, o PSDB nacional e estadual fizeram notas se solidarizando a mim, várias entidades fizeram notas e os meninos da rádio foram ler as notas. Eles não estavam comentando, estavam lendo as notas do PSDB. De repente, ele chega com a namorada dele. Ela vem filmando. Lá na rádio, é um prédio de dois andares e tem que subir uma escada. Ela veio filmando ele subindo a escada. Ou seja, já estavam mal-intencionados. Quando eles chegam na rádio, os meninos continuam lendo as notas e ele começa a gritar. Tudo isso sendo filmado – lembra Camila fazendo os gestos de como poderia ter sido o momento.

- O que ele gritava? O que queria? – Pergunto.

- Ele gritava: “eu quero direito a resposta, eu quero falar, eu vou entrar na rádio”.

Site do PSDB Mulher



NOTÍCIAS

Ministério Público denuncia Célio Alves por violência política de gênero contra Camila Toscano

18 de agosto de 2022



O Ministério Público Eleitoral denunciou o candidato a deputado estadual Célio Alves (PSB-PB) por violência política de gênero praticada contra a deputada estadual e candidata à

Camila relata que os meninos, como ela chama os locutores da rádio, avisaram a Célio que ele não era convidado do programa e que ele não teria espaço na rádio.

“Os meninos disseram que ele não podia falar e que ele estava invadindo uma rádio privada, que era invasão de privacidade. Mas ele continuava gritando e filmando. Acho que ele estava esperando que alguém desse um murro nele, que alguém fizesse alguma coisa ou que os meninos perdessem a razão na rádio, mas os meninos foram bem calmos e polidos e orientavam a ele que, se quisesse direito de resposta, recorresse à justiça que eles abriam espaço.”

Ao terminar de relatar esse ocorrido, Camila traz uma reflexão. Segundo ela, após a morte do pai, é como se Célio se sentisse mais à vontade para atacar, tanto a deputada, como a mãe dela. “Como disse, painho morreu já tem quatro anos e, na cabeça dele, só tem eu e minha mãe e a gente é frágil, é mulher e ele pode fazer isso tudo. Porque, se meu pai estivesse vivo, ele não entraria na minha rádio jamais. Tudo isso porque a gente é mulher e ele acha que a gente não ia para frente. Por isso que não deixei barato. Se você não para uma pessoa dessa, ela vai cada vez mais”.

Matérias sobre a invasão de Célio à Rádio da família Toscano



Essa situação remete aos séculos passados, em que as viúvas e seus filhos ficavam à margem da sociedade com a partida da figura masculina da família. Para um homem com uma mente conservadora, pensar que seu adversário político faleceu e que ele terá que enfrentar as mulheres da família, é quase uma afronta a sua masculinidade. Até porque, nesta arena, os homens são maioria e perder a disputa para uma mulher pode gerar muitas frustrações. E, muitas pessoas neste mundo não sabem lidar com as frustrações da vida.

Camila conseguiu entender bem a finalidade da Lei 14.192/21 e não teve dúvida de que o que viveu com seu adversário político foi violência e, por isso, acionou a justiça e buscou seus direitos. Como já foi falado, esse caso aconteceu no período que chamamos de

pré-campanha, o período antes do início oficial da propaganda eleitoral. Mas, sabemos também que, para algumas mulheres, é no período formal de campanha que elas mais sofrem atos que tentam desqualificá-las e afastá-las da política.

- Camila, no período de campanha, você sofreu mais algum momento de violência? Por exemplo, na internet você recebeu algum ataque? Perguntei à deputada.

- Não. Como te falei, eu consegui ter o respeito das pessoas. Isso é muito bom. Às vezes não votam em você, mas admiram e respeitam seu trabalho. E a nossa causa, a causa feminina, está ganhando muito espaço em todo canto. Agora, você tem que ter cuidado com o que você fala, a forma como fala, porque você não pode menosprezar uma pessoa, menosprezar uma mulher. E digo uma coisa, se fizerem de novo comigo, eu vou para a justiça. Porque há uma representatividade muito forte nisso. Você se sentir ofendida e entrar na justiça para que as mulheres que passam por isso tenham coragem também de buscar justiça – diz Camila com firmeza e até batendo na mesa.

- E assim a lei também se fortalece, né?

- Sim, mostra que a lei é útil. A gente só vai parar, só vai frear, se isso acontecer. Não estou julgando, porque cada uma que sabe, mas digo sempre, talvez 50% dos feminicídios que a gente tem, se as mulheres tivessem denunciado, tivessem falado, elas não teriam morrido. Porque não começa assim, primeiro é uma agressão, humilhando, é não deixando sair de casa, é tomando o cartão de crédito, é colocar ela para baixo, é desconfiando, é tratar ela feito um objeto, depois é um empurrão, depois uma tapa, depois é um murro e algo mais forte, aí ela perdoa, e ele diz que foi porque você usou uma roupa, você provocou, a culpa é sempre da vítima e se você não faz nada, quando vai tirar de casa, ele já está tão perturbado, que quando ele volta, volta para matar. A gente precisa frear no início!

Bancada feminina da ALPB em campanha contra o feminicídio



Foto @depcamilatoscano

Camila traz aqui como funciona o ciclo da violência doméstica. Nem todas as mulheres que vivenciam esse ciclo conseguem buscar ajuda. Muitas vezes, elas têm dependência financeira, emocional, ou são ameaçadas, sentem vergonha, não sabem onde procurar ajuda, tem medo de como ficará a família, entre tantas outras situações que deixam as mulheres, além de feridas no corpo e na alma, frágeis a ponto de não terem forças para buscar apoio. Por isso, é tão importante ter políticas e programas que ofereçam espaço de acolhimento a essas mulheres. A delegacia é uma política fundamental, mas até a mulher chegar lá, ela passa pelo posto de saúde ou por alguma ação de assistência social, ou até mesmo, na rede pública de educação, sendo necessário ter profissionais preparados e sensíveis para perceber e acolher uma vítima de violência. Essa é uma pauta, não só da segurança pública, mas de todas as políticas de governo.

A vida das mulheres é marcada por várias violências, seja no privado ou no público. Estamos conquistando muito no enfrentamento a violência doméstica, com a Lei Maria da Penha e a visibilidade desta problemática, que tem que ser de responsabilidade de toda a

sociedade. Mas, apesar desses avanços, o número de feminicídio tem aumentado, no Brasil e na Paraíba. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, o estado registrou 26 feminicídios. E, em 2023, só entre os meses de janeiro a outubro, 32 mulheres foram mortas pelo simples fato de serem mulheres. Se olharmos para os espaços públicos, as mulheres enfrentam a violência na política, com constrangimentos e assédios; no mundo do trabalho, com o preconceito e as desigualdades salariais, entre tantos outros espaços que nos exclui e não nos respeitam.

A experiência partidária

Fotos de Camila Toscano reconduzida à vice-presidência do PSDB-PB



Muitas mulheres partidárias já vivenciaram alguma situação conflagradora nos partidos políticos. Seja por conta das candidaturas masculinas preferenciais, ou pelo pouco investimento em formações para as mulheres, ou até mesmo nas colocações de candidaturas

laranjas para cumprimento de cotas no período eleitoral. Camila é vice-presidente do PSDB Paraíba, o que, de alguma forma, já lhe dá um privilégio no partido.

- Na vivência partidária, você se recorda de ter vivido algum tipo de violência? Ou ter presenciado alguma mulher passando por isso? – Questiono Camila.

- No PSDB, zero! Os deputados e a direção do PSDB sempre me respeitaram. O PSDB Mulher tem uma luta muito grande pela inclusão de mulheres na política, querendo que elas participem, que sejam mais candidatas, então assim, zero, zero. Não vejo isso não – responde a deputada, já cortando para qualquer possibilidade de ver situações de violência política contra a mulher em seu partido.

A experiência de Camila no partido é uma exceção, se compararmos com as falas de outras mulheres que estão nos partidos e, também, com os números de candidaturas femininas que chegam ao poder. Os partidos são peças fundamentais para olhar a sub-representação das mulheres nos espaços de poder. Com os incentivos partidários e de suas lideranças, mais candidaturas femininas podem aflorar, se capacitar, receber os recursos financeiros adequados e assim diminuir a distância entre homens e mulheres nos espaços de poder e decisão.

Encaminhando para o encerramento de nossa conversa, perguntei a Camila se, em algum momento, ela pensou em desistir da política. “Depois que entrei, não!”. Camila me olhou com um olhar desconfiado com a pergunta. Achei que ela se assustou quando a questionei. Mas, logo após uns segundos, continuou a responder.

“Eu penso em desistir não porque sou mulher, é porque muitas vezes me estresso. Aí eu penso... Meu Deus, por que estou fazendo isso? Mas quando você vê o alcance do que você faz, do que você pode fazer e onde pode chegar. Sem querer militar ou trazer para mim, mas a representatividade do que eu faço hoje é muito forte. Esse espaço é importante. O espaço que eu ocupo é importante. Deputados, você tem

de bolo, mas mulher não. A gente precisa desse espaço para que a gente faça as políticas públicas".

A deputada Camila, nesses três mandatos, garantiu 17 leis que garantem direitos para as mulheres, entre elas, a legislação 12.247/2022, que trata da violência política contra a mulher. Ela passeia por várias áreas da vida das mulheres, mas a questão da violência contra a mulher, sem dúvidas, é onde ela investe mais para garantir a cidadania das vítimas.

- Me fala de algumas leis voltadas para as mulheres que seu mandato já fez - peço a deputada.

- Eu tenho muitas leis aqui para as mulheres. Tem lei que fala da mulher vítima de violência, por exemplo, a da prioridade no IML para fazer os exames de corpo delito para elas não ficarem humilhadas lá na fila; para ela tirar os documentos de forma prioritária, porque muitas vezes elas saem de casa e deixam tudo para trás; tem a da mulher que tem um bebê que nasceu morto e ela ter o direito de ficar num quarto sozinha, porque imagina... a mulher acabou de perder um bebê, abortou, e tá num quarto com dez mulheres dando de mamar, menino chorando... é uma tortura psicológica. Essas leis não sairiam de homens. Com certeza!

E eu confirmei, concordando que é importante ter mulher nesses espaços de poder para ampliar os direitos femininos e buscar equiparar a igualdade de oportunidade em todas as áreas da sociedade.

Enquanto conversávamos, o celular dela não parava. Pelo cargo que ocupa, ela deve receber muitas demandas. Em nenhum momento, ela se desconcentrou da nossa conversa para olhar o celular. Apenas um momento em que ela procurava o vídeo da entrevista de Célio para me mostrar, ela atendeu um telefonema porque era seu filho. Ao entender que não era urgente,

ela avisou que o retornaria, após a entrevista. Isso já era no final de nossa conversa. Achei respeitoso e agradeço o tempo dedicado a nossa conversa.

Foto da nossa entrevista – agosto de 2023



Esse encontro com Camila me ensinou, reforçou alguns entendimentos diante da pesquisa de gênero, mas também desconstruiu conceitos consolidados. Logo, me vejo diante da vida me mostrando que é fundamental observar, permitir ao outro se mostrar, respeitar os processos e, além de tudo, não julgar e acolher. Muitas vezes, os pré-conceitos só terminam afastando a possibilidade de conhecer o outro lado e até ousar trazer para nossas trincheiras de lutas. Que Camila se fortaleça cada vez mais, que trilhe seu caminho com personalidade e que

seu trabalho deixe para o povo paraibano, principalmente, para as mulheres, direitos e mais cidadania.